



# **UNILAB**

**Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES**

**CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

**JUSTINO GOMES**

**GEPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO ATLÂNTICO SUL AFRICANO: O  
GOLFO DA GUINÉ NO CENTRO DAS ATENÇÕES (1999-2020)**

**ACARAPE, 2023**

JUSTINO GOMES

**GEPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO ATLÂNTICO SUL AFRICANO: O  
GOLFO DA GUINÉ NO CENTRO DAS ATENÇÕES (1999-2020)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Edson Borges.

**ACARAPE, 2023**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**  
**Sistema de Biblioteca da UNILAB**  
**Catálogo de Publicação na Fonte.**

---

Gomes, Justino.

G614g

Geopolítica do petróleo no Atlântico Sul Africano: O golfo da Guiné no centro das atenções 1999-2020 / Justino Gomes. - Redenção, 2023.

133f: il.

Monografia - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientador: Edson Borges.

1. Golfo da Guiné. 2. Petróleo. 3. Geopolítica. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 338.27282

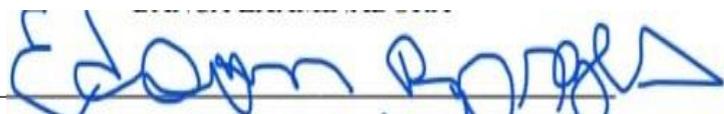
**Geopolítica do petróleo no Atlântico sul africano: o Golfo da Guiné no centro das atenções (1999-2020)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Área de Concentração: Sociologia.

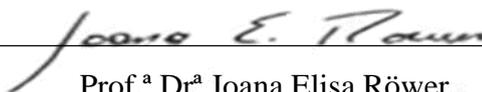
Aprovada em: 24 / 01 / 2023.

BANCA EXAMINADORA



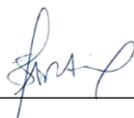
Prof. Dr. Edson Borges (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Elisa Röwer

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sueli da Silva Saraiva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## DEDICATÓRIA

À alma da minha mãe!

### CARTAS AMONTOADAS À ALMA DUMA MÃE



Com amor e carinho entrego-te mãe  
Fruto desta missão irrenunciável na época  
Que tanto acolheste com amor e esperança  
Daquela mãe que ata asas para o filho voar  
Mesmo contrastada com o teu limite da espera  
A ninguém entregarei que não fosse a tua alma

De coração entrego-te esta criação viva  
Porém, simples que não vai além das cartas  
Cartas amontoadas feitas às lágrimas ardentes  
Da vida que perdeu motivos da resistência  
No escombro da esperança de um abraço  
Afetos e olhares profundos que anunciam  
A penetração infinita dos corações intrépidos  
Vivos e sorridentes, amáveis e afáveis  
Até a inexistência afagá-los de repente  
Que se amorteceram numa vez para sempre

Braços abertos entrego fruto da viagem insólita  
Que não custava esperar a alegria do regresso  
Para festejar? Orgulhar? Nem me parece  
Talvez presenciar descarga do carvalho  
De 5 anos e 5 meses de estudo no estrangeiro

Aquela vontade da espera a brilhar no teu rosto  
Naquela tarde de despedida, afinal era traiçoeira  
Era tanta Força Exógena que derreteste ao nada?  
Sem ver, nem pegar, apenas ouvir a tua ida  
Foste responder à chamada sem celular e bateria  
Porque eu entregador das cartas amontoadas  
Ainda era estudante de 530 sem alternativas  
O que faço agora que não sou mais?  
Quem receberá esta alegria do regresso?  
Djiu? Baraka-Mandioka? Baraka-lugar?  
Áfia? Branol? Beguingue? Lanque?  
Bissau? São-Domingos? Canchungo?  
Pandim? Beira-Mar? Brasil? Portugal?  
França? Inglaterra? Nem sei dizer!

Agora que as tuas mãos não afagam mais  
Aqueles campos de cultivo que se fertilizaram  
Da tua agradável e rica mocidade, o que faço?

Sem resposta nem presença do teu regaço!

**Entrego à tua alma cartas amontoadas  
Cartas feitas a dor e sofrimento solitários  
Cartas arriscadas das lágrimas daquela notícia  
Que arruinaram a vontade viva ainda imatura!**

**Receba cartas encadeadas de alegria amarga  
Cartas expressam o flutuar da tristeza e forças  
Do vaivém do vento que traz e leva nostalgias  
As angústias e desespero da família destruída  
Apenas a tua neta mais ninguém em casa!**

**Eu que sou viajante aqui chego com cartas  
Cartas amontoadas sem significado nenhum  
Cartas são papeis como quaisquer conhecidas  
Mas diferentes e especiais! A ti estão enviadas!**

**Entrego-te cartas amontoadas  
Chave do tesouro estampado em títulos:  
Bacharel, Licenciatura e Mestrado!  
O Doutoramento chegou a alguns minutos  
Porém, da viagem não deixava de se integrar  
Sério! Nem tenho certeza do vir a ser!  
Mas receba cartas amontoadas  
De passagem chegou o entregador das cartas!**

**Quem me dera um dia ver, pegar e ter  
As Verdadeiras cartas amontoadas  
À alma duma mãe amada e querida!**

**Justino Gomes**

**Acarape, 13 de janeiro de 2023.**

## AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos aos meus pais! Foram e ainda são muito importantes na minha formação. Agradeço a contribuição de todos(as) aqueles(as) que dum forma direta ou indireta tiveram participação neste processo de formação estudantil que terá mais uma etapa encerrada com a finalização do Curso de Licenciatura em Sociologia na UNILAB.

Agradeço aos governos da Guiné-Bissau e do Brasil pela proteção e assistência que permitiram finalizar esta etapa de estudo tão importante no meu percurso académico.

Os meus agradecimentos à UNILAB e seus(suas) professores(as), servidores e técnicos por cuidado, amor e carinho que me deram desde primeira hora no Brasil.

De igual maneira, agradeço à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sueli da Silva Saraiva, que foi extremamente importante na minha vida estudantil pela contribuição enquanto docente e orientadora no curso de Bacharelado em Humanidades na UNILAB! Com o mesmo carinho e amor, agradeço ao Prof. Dr. Edson Borges por tudo que me fez e que significou na minha formação. Além de ser um orientador agradável e compreensível, foi mentor de muito aprendizado nesta fase que agora finaliza, isto é, Licenciatura em Sociologia. Acima de tudo, é um pai que o destino me deu no Brasil.

Os meus agradecimentos aos colegas estudantes da UNILAB, amigos e amigas, em especial à Turma 2017.1 pelas partilhas, contribuições e amizades feitas.

Agradeço a todos(as) professores(as) do Curso de Sociologia, incluindo trabalhadores administrativos e técnicos. De forma particular, agradeço à coordenadora do curso, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Elisa Röwer pelo trabalho incansável que faz a favor do curso.

Agradeço aos funcionários do restaurante universitário e da limpeza da UNILAB que trabalham arduamente para nos manter vivos e saudáveis. Serviços de que tanto precisamos para sobreviver e enfrentar os desafios das demandas universitárias.

Sem esquecer dos meus colegas, como Augusto Tchanchalan, Januário Manuel Insigne, Bruno Impondo Lima, Izequiel Orlando Nanque, João Pinto Ferreira e Fábio M'Man pela partilha de afetos, apoios mútuos na mesma casa em diferentes momentos. Aos meus familiares de forma geral: irmãos, primos, tios e sobrinhos. Os meus agradecimentos à Ivanita Daquene Mendes, uma prima que as palavras não chegaram a expressar a tamanha gratidão que tenho para com ela! Sendo impossível mencioná-los todos os nomes aqui, estendo os meus agradecimentos a todos e todas.

## RESUMO

O Golfo da Guiné tem sido um espaço colocado no centro das atenções nacionais e internacionais das unidades do Sistema Internacional nele inseridas e que se interagem na costa do oeste africano. A sua importância na nova geopolítica do século XXI é acentuada pelos minérios comprovados nos quais os recursos estratégicos capazes de redefinir a posição dos atores no cenário internacional se fazem presentes significativamente, como é o caso dos hidrocarbonetos: petróleo e gás. Com o avanço dos estudos da prospecção do crude nessa região, no final do século XX e início do século XXI, o interesse pela organização e formulação da intenção política ascendeu e se consolidou em 2001 com a criação da Comissão do Golfo da Guiné (CGG), cujo, entre outros objetivos, destacamos o de criar espaço de concertação permanente e resolução pacífica dos conflitos fronteiriços entre os Estados membros; identificar os recursos e racionalizar a exploração conjunta dos mesmos para o desenvolvimento sustentável da região; garantir a gestão participativa da região, evitando os conflitos fronteiriços entre os Estados através da resolução pacífica das contendas. O petróleo e as vantagens comerciais do Golfo da Guiné atraíram as potências mundiais e emergentes para essa região, abrindo, assim, um jogo geopolítico que se configura na luta pelo carburante africano e domínio da esfera da influência entre os atores. Este trabalho objetiva entender a geopolítica do petróleo no Golfo da Guiné energético formado pelos países da CGG. É um trabalho bibliográfico que se baseou na revisão da literatura. O seu quadro teórico é formado por pesquisadores africanos e não africanos em que se destacam Veríssimo (2016), Beny (2017), Pegado (2014); Rêpas (2010), Melo (2013), BINSZTOK et al. (2012) entre outros.

**Palavras-chave:** Golfo da Guiné. Petróleo. Geopolítica Internacional. África Subsaariana. Atlântico Sul.

## ABSTRAT

The Gulf of Guinea has been a space placed at the center of national and international attention of the units of the International System inserted in and that interact on the coast of West Africa. Its importance in the new geopolitics of the 21st century is accentuated by the proven miners in which the strategic resources capable of redefining the position of actors in the international scenario are significantly present, as is the case of hydrocarbons: oil and gas. With the advancement of oil prospecting studies in this region, at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, interest in the organization and formulation of political intentions rose and was consolidated in 2001 with the creation of the Gulf of Guinea Commission, whose, among other objectives, to create a space for permanent consultation and peaceful resolution of border conflicts between member states; identify resources and rationalize their joint exploitation for the sustainable development of the region, granted region management participated, avoiding the border conflicts through the states pacifically resolution of the strife. The oil and commercial advantages of the Gulf of Guinea attracted world and emerging powers to this region, thus opening a geopolitical game that is configured in the struggle for African fuel and dominance of the sphere of influence between the actors. This work aims to understand the oil geopolitics in the energetic Gulf of Guinea formed by the CGG countries. It is a bibliographic work that was based on a literature review. Its theoretical framework is formed by African and non-African researchers, in which Veríssimo (2016), Beny (2017), Pegado (2014) stand out; Rêpas (2010), Melo (2013), BINSZTOK et al. (2012) among others.

**Keywords:** Gulf of Guinea. Petroleum. Geopolitics International. Sub-Saharan Africa. South Atlantic.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Mapa do Atlântico Sul.....	p. 38
Figura 2: As quatro principais passagens marítimas no comércio internacional... ..	p. 40
Figura 3: Mapa da região hidrográfica do Atlântico Sul .....	p. 41
Figura 4: Mapa da Região Sul do Brasil .....	p. 41
Figura 5: Imagem do Boko Haram e algumas meninas sequestradas em 2014.....	p. 44
Figura 6. Gráfico da linha de tempo do grupo Boko Haram na Nigéria.....	p. 45
Figura 7: Imagem do barco da pirataria no Golfo da Guiné.....	p. 47
Tabela 1: Maiores consumidores mundiais de petróleo 2015-2018 .....	p. 54
Figura 8: Estreito de Ormuz e Estreito de Malaca.....	p. 55
Figura 9: Golfo de Áden e localização de Djibuti no mapa da África.....	p. 67
Figura 10: Mapa do continente americano na altura do Brasil e costa da África.....	p. 74
Figura 11: Porções vulcânicas do Golfo da Guiné.....	p. 75
Figura 12: Mapa do Golfo da Guiné no continente africano.....	p. 77

## **LISTA DAS ABREVIATURAS E SIGLAS**

APPA – Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo

BBPD – Bilhões de Barris por Dia

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CEEAC – Comunidade Econômica dos Estados da África Central

CGG – Comissão do Golfo da Guiné

CPIMB – Centro de Pirataria do Instituto Marítimo Brasileiro

EUA – Estados Unidos da América

FNLA – Frente Nacional da Libertação de Angola

GG – Golfo da Guiné

MDBP – Milhões de Barris por Dia

MPLA – Movimento Popular para a Libertação da Angola

NNPC – National Petroleum Corporation

OCS – Organização de Cooperação de Xangai

OGE – Orçamento Geral de Estado

OUA – Organização da Unidade Africana

PEP – Países Exportadores de Petróleo

RDC – República Democrática do Congo

RGG – Região do Golfo da Guiné

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UA – União Africana

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

ZOPACAS - A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	p. 12
	1.1 Percurso metodológico .....	p. 22
2.	GEOPOLÍTICA E SUAS CORRENTES TRADICIONAIS.....	p. 26
	2.1. Formação da geopolítica como ciência .....	p. 26
	2.2. Impacto das escolas da geopolítica na definição da ordem mundial .....	p. 31
3.	ATLÂNTICO SUL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS DE SEGURANÇA...	p. 38
4.	POTÊNCIAS TRADICIONAIS E EMERGENTES NA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO GOLFO DA GUINÉ: OS EUA E A CHINA .....	p. 51
	4.1. Petróleo no epicentro da geopolítica na virada do séc. XX para XXI ....	p. 51
	4.2. EUA na busca do mercado energético africano.....	p. 60
	4.3. O crude e o mercado africano na projeção dos EUA.....	p. 68
5.	CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA DO GOLFO DA GUINÉ E DEFINIÇÃO...	p.72
6.	O GOLFO DA GUINÉ: POTENCIAL ENERGÉTICO E ECONÔMICO. ....	p. 78
7.	A COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ E INTENCIONALIDADE POLÍTICA	p 88
8.	PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E GG: DINÂMICAS INTERNAS	p. 91
	8.1. Fluxo de extração de petróleo subsaariana entre 2000 e 2010.....	p. 95
9.	EFEITOS DO CRASH DO PETRÓLEO: ANGOLA E NIGÉRIA EM 2020....	p. 101
10.	NIGÉRIA E ANGOLA NA PROJEÇÃO DO PODER NA REGIÃO DO GG.	p. 106
	10.1. Nigéria na construção do espaço da influência na RGG.....	p. 109
	10.2. Angola na geopolítica africana e o caso da Guiné-Bissau .....	p. 117
11.	CONCLUSÃO.....	p. 125
12.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	p. 126

## 1. INTRODUÇÃO

O petróleo conquistou a hegemonia energética desde a segunda metade do século XX, quando se realizava a transição energética do carvão para o petróleo e seus derivados. Com a reorientação industrial que incrementou a produção de máquinas e veículos movidos pelo petróleo e seus derivados, a economia mundial passou a depender do petróleo como *commodity* que faz tudo girar. A partir daquele período, a procura de petróleo tornou-se a tarefa principal dos Estados e das corporações transnacionais para manter a prosperidade das suas economias e a própria segurança nacional.

A prospecção e exploração do petróleo revelou um crescimento brutal quando as jazidas do Oriente Médio, Ásia, América Latina e África começaram a ser descobertas e perfuradas para fins domésticos e comerciais. Na África, atividades petrolíferas foram iniciadas pelas potências coloniais na década de 50 do século XX. Inicialmente, com domínio total dos colonizadores, desde a legislação até a comercialização. Entretanto, após a independência, países africanos passaram a nacionalizar paulatinamente suas fontes petrolíferas e a criar, aos poucos, suas legislações e normas para seus recursos naturais, incluindo os hidrocarbonetos.

País	Companhias nacionais	Fundação
Nigéria	Nigeria National Petroleum Corporation (NNPC)	1977
Angola	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol)	1976
Sudão/ Sudão de Sul	Sudan National Petroleum Corporation (Sudapet)	1997
Congo Brazzaville	Société Nationale des Pétroles du Congo (SNPC)	1998
Guiné Equatorial	National Oil Company of the republic of Equatorial Guinean (Gepetrol)	2002
Gabão	Société Nationale Pétrolière Gabonaise	1979 / 1987
Chade	Société des Hydrocarbures du Tchad (SHT)	2006
Camarões	Société Nationale des Hydrocarbures du Cameroun (SNH)	1980

No Golfo da Guiné, as décadas de 60 e 70 do século XX foram importantes para o avanço da prospecção e exploração do crude, no entanto, as décadas de 80 e 90 foram as de maior consolidação dos estudos e preparação para a exploração mais controlada do petróleo e demais minérios sob autoridades africanas.

A criação das corporações petrolíferas nacionais africanas no Golfo da Guiné iniciou na década 1970, todavia as décadas de 1980 e 1990 do século passado revelaram aceleração desse processo. No entanto, a independência dessas corporações é incompleta devido ao fraco poder econômico, insuficiência de recursos humanos qualificados no setor petrolífero e fraca capacidade tecnológica.

O petróleo, como sendo produto estratégico, move as potências ocidentais, cujas geopolíticas e economias atingem a África em geral e o Golfo da Guiné em particular. O fraco poder material do continente africano dificulta-o na projeção duma geopolítica que contrabalance, significativamente, as das grandes potências ocidentais: Estados Unidos de América (EUA), China e União Europeia (EU). Assim, o Golfo da Guiné, sendo uma macrorregião da África Ocidental, não escapa às geopolíticas dos grandes consumidores de energia mundial. O crescente aumento do consumo do petróleo nos EUA, na China, na União Europeia, no Japão, na Índia, no Brasil... para citar apenas alguns, incrementou a importância das fontes energéticas externas para o abastecimento das demandas domésticas dessas potências tradicionais e emergentes. Para tal abastecimento, o relevo do Golfo da Guiné é inquestionável nas agendas nacionais dessas potências. Sem falar dos favoráveis fatores geográficos, menor custo de extração, de transporte e qualidade do crude africano por ter baixo nível de enxofre, o risco da exploração é menor nessa região que a do Oriente Médio: maior centro energético do mundo, mas também é uma região dominada por conflitos potenciais e aguda insegurança.

No continente africano, apesar do pouco consumo de energia, devido à ínfima industrialização, o petróleo é um dos principais produtos motivadores de disputas entre atores governamentais e corporações de cidadãos marginalizados e desprivilegiados no processo de exploração. Os conflitos travados entre facções armadas e governos africanos, sobretudo os da macrorregião do Golfo da Guiné, funcionam como fator incentivador e apelativo da presença das potências ocidentais. A dificuldade dos governos africanos na segurança do Golfo, fundamenta os acordos de Defesa e Segurança entre eles e os países centrais ou potências hegemônicas. Na penúria do continente quase em tudo (financeiro, humano e tecnológico), não se pode identificar a única refinaria autônoma e significativa do crude no Golfo da Guiné. As que existem, por exemplo, em Angola, Nigéria, Guiné-Equatorial... estão limitadas em recursos humanos, tecnológicos e financeiros. Com essa realidade, as grandes potências encontram o mercado aberto na

África, quase sem concorrência interna. Assim, a fertilidade da efetivação das suas geopolíticas é, mais que nunca, favorecida pelos governos africanos carentes de condições necessárias.

A prática de extração dos hidrocarbonetos exacerbou os conflitos étnicos e regionais, que tiveram as suas origens no período pré-colonial, mas as suas intensificações devem-se às políticas coloniais que se baseiam na divisão para melhor reinar. As clivagens, a balcanização, os efeitos dos conceitos coloniais e a arbitragem da Conferência de Berlim [1884-1885] agravaram as diferenças culturais e linguísticas que são vibrantes na África em geral e no Golfo da Guiné em particular.

Os atritos chegaram ao período das independências africanas e foram agudizados pela luta pelo poder e controle dos recursos. Com a dificuldade de distribuição dos benefícios aos cidadãos de forma equilibrada, a insatisfação desprende-se nas comunidades locais revoltadas e culmina em conflitos que atentam ao Estado. Os cidadãos buscam acesso aos direitos e *bens comuns* que merecem, e a minimização dos prejuízos demográficos, sociais, culturais, ambientais, climáticos etc., causados pela exploração do petróleo e que são as primeiras vítimas. A má gestão do processo de exploração petrolífero demonstrado pelos atores africanos ilustra desafios para o desenvolvimento sustentável do Golfo da Guiné. O clima de instabilidade política decorrente dos conflitos a volta do petróleo e não só, mas também da luta pelo poder afeta o progresso. Além disso, as injustiças social, econômica e política vistas, em alguns países, na manipulação do poder pelos fatores étnicos, religiosos, culturais minam a criação de condições favoráveis para construção de consensos nacionais e regionais.

A região do Golfo da Guiné é considerada subdesenvolvida. Vários fatores teriam sido relacionados ao subdesenvolvimento da região. Alguns fatores mais visíveis apontam para corrupção, falta da cultura democrática, instalação de regimes autoritários, personalização das instituições do Estado; usurpação da liberdade de expressão e de direitos humanos; perseguição política; monopólio do poder por uma pequena elite; fraco desenvolvimento industrial ou inexistência de uma classe empresarial capaz de projetar o setor privado e aproveitar a vasta mão-de-obra a sobrar para o desenvolvimento.

Os países africanos nacionalizaram as jazidas petrolíferas depois das independências. Com essa decisão, o Estado transformou-se única entidade legítima que legisla sobre o petróleo e que tem autoridade de decidir sobre a forma, quem e quando

deve ocorrer atividades que envolvem o petróleo. Para Oliveira (2007), no Golfo da Guiné as receitas do petróleo são geridas pelo Estado e é este o ator principal de seleção e emprego ao serviço de recursos e das pessoas que o administram. No entanto, a falta de transparência e rigor nos critérios de seleção apresenta vicissitudes que não concorrem com os princípios de igualdade e transparência. O autor considera que o processo é viciado pelos traços étnicos, familiares e políticos que muitas vezes dominam a orientação do Estado ou da entidade responsável pela escolha das pessoas que integram os processos de produção e administração petrolífero. A influência desses elementos (etnia, família e cor partidária) no processo, cria a desigualdade e discriminação social nos contextos multiétnicos que constituem a região do Golfo da Guiné. Portanto, para Oliveira (2007), esse desequilíbrio reflete na pouca importância das receitas do petróleo na melhoria de condição de vida da população dessa região.

As potencialidades da região são de ponto de vista geopolítico e geoeconômico reconhecidas, pelo que basta a boa gestão dessas potencialidades para elevar os países da região a um crescimento econômico sustentável. No entanto, a corrupção e má gestão dos recursos dos hidrocarbonetos e demais mineiros (cobre, cobalto, talita, diamante, zinco, alumínio etc.), comprovados têm sido vistos como principais obstáculos ao avanço econômico e social. Por exemplo, em Angola, um dos países dessa região, não é incomum houver o desaparecimento de valores exorbitantes em cada ano, tidos como receitas do petróleo. De acordo com MacMillan (1999), as somas que desaparecem nos cofres do Estado por ano nesse país lusófono excedem a um bilhão de dólares. Além disso, o combate às práticas desleais, principalmente, à corrupção não está assumido devidamente, fato que incentiva a perpetuação desse comportamento. (MACMILLAN, 1999 Apud PEGADO, 2014).

Collier (2006) apontou dois períodos de *booms* petrolífero na Nigéria que, além de ter iniciado a exploração em 1973, os anos de 1983 e 1993 registrados como dois períodos em que a exploração foi acelerada, mas com pouca melhoria dos índices econômicos do país. Ao se referir o caso de Angola, Collier identificou a necessidade de diversificação da economia como forma de superar a cultura monolítica do petróleo. Outra situação encontrada por esse autor refere aos gastos públicos que são pouco regulados. Esses e outros componentes precisam ser corrigidos para ajudar o país a ter maior racionalidade das receitas advindas dos seus recursos minerais.

Os conflitos internos nos países do Golfo têm caráter étnico e religioso. Para alguns autores, as diversidades étnicas e multilinguísticas, realidade típica do Golfo da Guiné, funcionaram como estrume de conflitos. Os conflitos armados que abriram o período pós-independência em Angola e que arrastaram o MPLA<sup>1</sup> e a UNITA<sup>2</sup> a se enfrentarem na luta pelo poder e posse do petróleo, diamante e demais recursos, são interpretados por Cramer (2006) como conflitos étnicos. Visto que o MPLA era conotado à etnia ovibundo maioritária no centro de Angola, ao passo que a UNITA que se situava no Sul era conotada à etnia kimbundo que era maioritária no Sul. O FNLA<sup>3</sup> que se sediava no Norte era conectado à etnia bacongo. Essas conotações étnicas terão dificultado o diálogo entre esses partidos depois da independência e abriram conflitos armados no seio dos camaradas da independência. Passando mais de uma década na guerra civil, a população sofreu bastante com o país destruído completamente pela guerra, tendo o processo de reconstrução iniciado depois da morte do líder da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi.

Na Nigéria, existem conflitos étnicos e religiosos na luta pelo poder e controle dos recursos naturais. Esses conflitos expressam sobretudo nos partidos políticos ou nas coligações partidárias. Veríssimo (2016) e Andrews (2016) fizeram uma descrição desses conflitos não só na Nigéria, mas em outros países do Golfo da Guiné, por exemplo, em Camarões, Congo Brazaville e Democrático, Gabão, Guiné Equatorial entre outros. Neste último país, os sucessivos casos de escândalos de valores monetários que Teodoro Obiang Mangué, filho do presidente da Guiné Equatorial que fez mais de 40 anos no poder, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo é um exemplo. Basta prestar a atenção à estrutura governamental: o pai é presidente e o filho é vice-presidente. Além disso, o filho passou por diferentes ministérios do seu país. “Teodorín já foi condenado na França e nos EUA por corrupção e crimes financeiros, e não esconde sua fortuna em carros, imóveis e outros objetos e hábitos de luxo” (O GLOBO, 2018, p. 1).

Obiang pai “chegou ao poder em 1979, em um golpe de Estado no qual derrubou o próprio tio, Francisco Macías Nguema, fuzilado um mês depois” (O GLOBO, 2019, p. 2). Em outubro do mesmo ano, Obiang que presidia o Conselho Militar golpista assumiu

---

<sup>1</sup> Movimento Popular para Libertação de Angola.

<sup>2</sup> União Nacional para Libertação Total de Angola.

<sup>3</sup> Frente Nacional para Libertação de Angola.

o poder e tornou-se o homem mais forte da Guiné Equatorial. Desde então, nunca mais saiu do poder. Criou, em 1982 uma nova Constituição que o atribuiu 7 anos de mandato. Tendo a primeira eleição realizada em 1989, sem candidatos concorrentes, com exceção do presidente Obiang. O seu regime ditatorial é conhecido pela mão dura contra a oposição, prisões arbitrárias, torturas e execuções dos opositores. Segundo o jornal O Globo, “Em dezembro de 2017, a polícia prendeu 147 filiados do partido político que ocupava a única cadeira da oposição no Parlamento. Vinte e oito deles foram condenados a 30 anos de prisão, e a Justiça ordenou a dissolução da legenda”. Neste cenário, “Dois dos presos, segundo denunciaram seus advogados, morreram por causa de torturas. Depois, Nguema perdoou e libertou os sobreviventes” (2019, p. 2).

E, depois da abertura democrática, sob pressão da comunidade internacional, na década noventa do século XX, Obiang ganhou as eleições em 1996, 2002, 2009 apesar de serem consideradas fraudulentas pelos observadores internacionais e pelos partidos da oposição que estimaram fraude não menos de 90% das urnas. Ele voltou a vencer a eleição de 2016 sem que as fraudes deixassem de ser denunciadas (idem).

Dirigente de um dos menores países africanos, com território equivalente ao de Alagoas, mas rico em petróleo — é o terceiro maior exportador da África subsaariana —, Obiang Nguema Mbasogo já foi considerado pela revista Forbes o oitavo presidente mais rico do mundo. Estima-se que sua fortuna seja de mais de US\$ 600 milhões. A ostentação é característica da família, que tem bens espalhados pelo mundo e o sobrenome envolvido em escândalos internacionais, incluindo no Brasil — em 2015, seu país virou enredo da Beija-Flor de Nilópolis no desfile das escolas de samba do Rio (O GLOBO, 2019, p. 2).

Mbasogo é caracterizado pelo jornalista e professor de História da África no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, como um ditador clássico e que ganha as eleições com mais de 90% de votos. Para este professor universitário, Obiang Nguema Mbasogo “controla a situação e asfixia a oposição. Mudou a Constituição pelo menos duas vezes para concentrar mais poder. Perseguiu e matou opositores. Concentra poder político e financeiro e, assim, mantém a classe política domesticada”. Além disso, “compra a influência e condescendência de outros países por causa de petróleo” (idem).

Segundo o jornal ‘O Globo’ de 15 de setembro de 2018, o Obiang Mangué, filho do governante equatoriano, teria sido condenado em 2012 pela França “por corrupção e, no ano seguinte, [a França] chegou a pedir sua extradição ao Brasil quando ele passou pelo país no Carnaval, mas ele não foi pego”. Do mesmo jornal, informa-se que, em 2014, “a justiça dos EUA decidiu que os bens dele em território norte-americano fossem

confiscados”. Em 2017, a justiça francesa voltou a pedir 3 anos de cadeia para Obiang Mangué “por desvio de verbas públicas, enriquecimento ilícito, corrupção e lavagem de dinheiro”. A perseguição foi iniciada pela França depois de Obiang Mangué ter comprado “um palacete em Paris e carros de luxo. Um dos imóveis dele vale 110 milhões de euros e fica perto do Arco do Triunfo. Entre os carros, estão Ferraris, Bentley, Bugatti Veyron, Porsche Carrera, Maybach Mercedes, Aston Martin, Maserati e Rolls-Royce (idem).

Pelo visto, no Golfo da Guiné, o caso do Obiang Mangué, filho do Obiang Mbasogo (presidente da Guiné-Equatorial) é apenas um exemplo do que tem sido o comportamento dos líderes dos países africanos em geral, e do Golfo da Guiné em particular. Nessa região, Angola é outro exemplo. Com o presidente José Eduardo dos Santos (ZEDU) no poder durante 38 anos (21 de setembro de 1979 a 26 de setembro de 2017) a sua filha, Isabel dos Santos, transformou-se numa empresária bilionária jamais vista no continente negro. As pressões das Justiças angolana, portuguesa, americana entre outras sobre a Isabel por alegados desvios de verbas públicas, corrupção, enriquecimento ilícito e lavagem do dinheiro, depois do fim do império do seu pai, é uma referência clara da realidade que se empreende neste petroestado do Golfo da Guiné.

Segundo o jornal ‘O Estado de Minas’, publicado em 23 de janeiro de 2020, “a bilionária angolana Isabel dos Santos, filha do ex-presidente José Eduardo dos Santos, foi oficialmente acusada de fraude, desvio de fundos públicos e lavagem de dinheiro pela Justiça de Angola”. A mesma Corte “afirma fazer todo o possível para trazê-la de volta ao país e levá-la a julgamento”. A mesma empresária é acusada pelo Ministério Público angolano de “tráfico de influência, abuso de bens sociais e falsificação de documentos quando era presidente do grupo público de petróleo angolano Sonangol, informou o procurador-geral Helder Pitta Gros” (O Estado de Minas, 2020, p. 1). Para este jornal, a primogênita do ZEDU dirigiu não só a petrolífera angolana, mas também outras empresas. “Considerada a mulher mais rica da África, Isabel dos Santos também dirigiu outras empresas públicas angolanas, nos setores de mineração e telecomunicações, e investiu em várias empresas, principalmente bancos, em Portugal”. Tal como fez o Obiang filho na Guiné Equatorial, “Isabel é suspeita de ter aproveitado o apoio de seu pai para obter fundos estatais do país e investi-los no exterior com a ajuda de empresas ocidentais”. Pois, seu pai José Eduardo dos Santos “governou o país por quase 40 anos,

renunciou à presidência em 2017 e foi substituído por João Lourenço”. Desde então, Isabel abandonou Angola e passou a viver “entre Londres e Dubai” (idem).

Na Nigéria, a corrupção e as disputas étnico-religiosas têm colocado constantemente os grupos étnicos do Sul e do Norte em conflitos perigosos. Os atritos refletem na distribuição da renda desigual entre as duas regiões. Sendo um país marcado pelos conflitos entre muçulmanos e cristãos, a exploração do petróleo não deixou de encontrar conflitos internos. Tudo ficou agravado com o surgimento do grupo radical islâmico, Boko Haram, em 2002<sup>4</sup>. O Sul do país reclama pelo abandono e pela exploração em que se entende ser submetido pelo Norte (ANDREWS, 2016).

Apesar das melhoras na economia durante o governo do Obasanjo, na Quarta República da Nigéria, ele não conseguiu controlar as ações reivindicativas dos movimentos sociais (de cariz étnico, religioso e regional) em torno do petróleo, principalmente, no Delta do rio Níger. A produção do crude decresceu em 20% em 2006, devido às instabilidades provocadas na região petrolífera pelos movimentos sociais que se opõem ao governo e às empresas extrativas estrangeiras. O Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (*Movement for the Emancipation of the Niger Delta* – MEND) é apenas um exemplo de muitos que se expandiram pelo território nacional (FALOLA; HEATON, 2008 Apud OLIVEIRA, 2012).

A exploração do petróleo causou não só o reforço da identidade, mas também o associativismo que visa maximizar os interesses sociais da população. A diversidade étnica, religiosa e regional encontrou, no petróleo, combustão de expressão de um espírito

---

<sup>4</sup> É uma organização inicialmente pacífica e que preza pela preservação e propagação do Islão no Norte da Nigéria. A sua origem deve a Mohammed Yusuf que o fundou, em 2002. Porém, mais tarde, o grupo adquiriu o conceito terrorista ao enveredar-se às práticas criminosas, assassinatos, vandalismos, sequestros, ataques a mão armada... A liderança do grupo passou para Abubakar Shekau, em 2009, depois da morte do Yusuf num confronto militar. Com a nova liderança do Abubakar, o grupo abriu uma página encarnada e sanguinária logo em 2009 com a insurreição que ceifaram milhares de nigerianos (as), chadianos e camaroneses. A sua presença nesses três países é assomada ainda à ligação que o grupo tem com o Estado Islâmico do Iraque e do Levante e os apoios de treinamento que recebe da Al-Qaeda do Magreb. Além disso, o grupo é apoiado por “[...] alguns outros grupos militares radicais existentes na região setentrional da África”. Ao chegar 2015, o Boko Haram, orientado pelas ideologias uabismo, jihadista salafista e fundamentalismo islâmico, é classificado, em 2015, como grupo terrorista mais mortífero do mundo. A desvinculação desse grupo criminoso com os políticos, principalmente, nigerianos é duvidosa. Considerando a sua capacidade armamentício, muitos admitem o envolvimento de políticos corruptos nesse grupo criminoso, financiando-o e equipando-o com armamentos pesados. “O nome *Boko Haram* significa “a educação não islâmica é pecado” ou “a educação ocidental é pecado” na língua Hausa, um idioma bastante falado no norte do território nigeriano” (PENA, Rodolfo F. Alves. “**Boko Haram**”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/boko-haram.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2021.

segregacionista retroalimentado pela luta pela posse do crude. Diversas classes sociais, empenham-se na luta pelo poder em todos os níveis (formais e informais); legal e ilegal; democrático e autoritário. O cenário doméstico acolhe diversos e contrastes atores. Nem sempre o diálogo com essa pluralidade foi fácil. O esforço do governo chega a não dar conta das pressões que se fazem em todos os níveis. A resposta foi, muitas vezes, repressiva e violenta contra iniciativas locais que procuram diminuir o grau de prejuízos que sofrem em consequência da exploração do petróleo nas suas comunidades.

O funcionamento debilitado do Estado na década 1990, com o regime tirânico e autoritário do general Sani Abacha, exacerbou o fenômeno de corrupção que encravou o progresso e a cultura de transparência e boa gestão. Em um tempo recorde de mais ou menos 6 anos de funcionamento da Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros instituída pelo presidente Olusegun Obasanjo, o valor desviado e roubado do erário público no regime de Abacha, década de 1990, foi de US\$ 5 bilhões. A recuperação desse valor pela Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros, em 2006, ajudou a credibilizar o país nas instituições internacionais e fazer crer os investidores a regressarem aos seus investimentos na Nigéria.

Na primeira década de 2000, a Justiça nigeriana iniciou uma série de processos de julgamento de pessoas envolvidas na corrupção, sendo que os presos e julgados por esse crime são numerosos. Mais de 80 pessoas foram traduzidas à justiça. Com essa ação, a corrupção que se instalara historicamente ficou nítida e percebida oficialmente em 2006 (FALOLA; HEATON, 2008 Apud OLIVEIRA, 2012).

Os sinais de responsabilização dos atores políticos e demais envolvidos na corrupção cativou os investidores estrangeiros formados pelas potências tradicionais e emergentes – Estados Unidos, China, Brasil... de investirem no país que se encontra na nova era da sua história. Porém, o fluxo de capitais veiculado, entre 1999 e 2007, teria sido resultado do sucesso do programa lançado pelo Obasanjo em 2003, que tem como objetivo reformar o setor econômico, promover a exportação e incentivar os investimentos. Esse programa é conhecido como Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Empoderamento Econômico (*National Economic Empowerment Development Strategy – NEEDS*) (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011 Apud OLIVEIRA, 2012).

O Obasanjo terminou, em 2007, o seu segundo mandato aberto pela segunda vitória eleitoral, em 2003. Antes de encerrar o mandato, a sua política externa expressou-se no continente africano de forma significativa. A Nigéria voltou ao cenário continental com acordos e parcerias com demais países africanos e não só, como também com Estados do Ocidente. Em 2001, Obasanjo faz-se presente no coletivo formado por Thabo Mbeki e Abdulai Wade (presidente da África do Sul e de Senegal, respectivamente na altura) na elaboração do documento estratégico para o desenvolvimento desse continente, denominado *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África*<sup>5</sup>. (AJETUNRNوبي; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011 Apud OLIVEIRA, 2012).

Nas duas repúblicas do Congo, os problemas étnicos não deixam de atravessar a política e atingir o Estado em graus elevados. Todos os dois passaram pelas guerras civis que envolvem os grupos armados contra os governos. Em alguns casos, é o próprio governo contra a população ou um grupo étnico. Tudo está à volta do poder e o controle dos recursos do país (ANDREWS, 2016).

Nestas condições, apesar do petróleo ser um produto estratégico e de importância mundial, sua presença na melhoria da condição de vida da população é ainda ínfima ou quase despercebida, porque as dificuldades ainda persistem com o mesmo ou pior grau de intensidade. Os problemas de infraestruturas sociais, escolas, centros sanitários e as estradas estão ainda patentes no quotidiano das populações.

---

<sup>5</sup> New Partnership for Africa's Development – NPAD.

### 1.1 Percurso metodológico

A situação geopolítica do petróleo no Golfo da Guiné demanda pesquisas de diferentes naturezas para compreender e aprofundar o conhecimento sobre os fatores internos e externos que contribuem para a produção de efeitos contraditórios da exploração do petróleo. Esta pesquisa alinha-se a essa necessidade irrefutável para quem queira entender esse paradoxo do petróleo num dos maiores centros petrolíferos do continente africano.

Considerando esse cenário, este trabalho tem como objetivo principal entender a geopolítica do petróleo no Golfo da Guiné. É um trabalho de natureza exploratória, por isso, não constitui nosso interesse a maior especificidade ou a concentração num país específico. Contudo, explorar a macrorregião do Golfo da Guiné, mapeando as geoestratégias que constituem geopolíticas dos atores que intervêm nesta área. A par desse objetivo principal, nossos objetivos específicos visam: a) Compreender as estratégias e os conflitos dos atores a volta do petróleo no território energético do Golfo da Guiné; b) Compreender as políticas dos atores africanos desta macrorregião para o proveito do seu petróleo e a conversão dos seus benefícios para o *bem-estar* da sua população, que se pode traduzir no conceito do desenvolvimento; c) Compreender o papel e os interesses das grandes potências no jogo geopolítico regional do Golfo da Guiné.

Qualquer trabalho acadêmico deve partir de algumas hipóteses consideradas patentes. A hipótese central que pruma este trabalho considera que a má gestão do processo de exploração do petróleo agravou as péssimas condições de vida da população do Golfo da Guiné e incentivou conflitos expressivos. A hipótese secundária admite que, a luta dos atores africanos na busca pelo domínio da esfera de influência regional desfavorece o desenvolvimento e satisfação das expectativas dos seus cidadãos.

Este estudo busca entender a geopolítica do petróleo no Golfo da Guiné entre 1999 e 2020. Esta delimitação temporal é porque a década de 1990 corresponde ao período de nacionalização das jazidas africanas, a consolidação da criação das corporações petrolíferas africanas e a acentuação das pesquisas e prospecção do petróleo. Os primeiros vinte anos do século XXI foram marcados pelo incremento da exploração do petróleo no Golfo da Guiné. Também é conhecido pela explosão de violência, insurreição e avanço de movimentos separatistas na região. Portanto, foi uma conjuntura

histórica em que a geopolítica do petróleo revelou uma dinâmica de relações sociopolíticas e socioeconômicas conflituosas entre atores regionais e internacionais.

O Golfo da Guiné propriamente dito, estende-se do Norte do Senegal (África Ocidental) ao Norte de Angola (África Austral). A sua riqueza energética comprovada lhe atribui a participação na reserva mundial energética com 9% (MELO, 2013). Pois, nessa região, encontram-se os maiores produtores do carburante no Sul do Saara. A lista dos líderes em exportação do petróleo no Golfo da Guiné é encabeçada pela Nigéria, seguida por Angola, Camarões, Congo Brazzaville, Guiné Equatorial, Gabão, Chade e Sudão. Em termos gerais, o Golfo da Guiné, o Delta do rio Níger e a bacia do rio Quanza são espaços energéticos invejáveis na África subsaariana (MELO, 2013). No entanto, essa região é considerada a mais conflituosa da África subsaariana.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de compreender disputas de espaço de influência entre as “potências” regionais africanas em si e hegemônicas no Golfo da Guiné. A impressão prévia nos instiga a admitir que as “potências” africanas procuram construir esferas de influências dentro dos campos regionais para, a partir daí, maximizar seus interesses junto das potências mundiais. No âmbito regional, o cenário nos dá a impressão inicial que remete à ideia de que o comportamento dos atores regionais é influenciado pelos atores hegemônicos. Portanto, não se pode falar da geopolítica do petróleo no Golfo da Guiné sem levar em consideração a nova ordem mundial aberta no final do século XX pelos grandes projetos energéticos ocidentais, principalmente, dos Estados Unidos, da China e da União Europeia.

A primeira e segunda décadas do século XXI representam um período de *boom petrolífero* no Golfo da Guiné. As descobertas das novas jazidas petrolíferas nessa macrorregião fizeram crescer a atenção dos diferentes atores regionais e internacionais. Considerando esses e outros fatores, o tema e o período temporal escolhidos fazem-se minimamente justificáveis o seu estudo. Isto soma-se ao nosso interesse de compreender a geopolítica do petróleo nessa macrorregião africana, do Atlântico Sul. A realização deste trabalho justifica-se por vários motivos. O primeiro é acadêmico, pois trata-se da necessidade de cumprir com um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Sociologia, curso que estou a terminar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O segundo, é o fato de ser africano e nascido na Guiné-Bissau, país da África ocidental, onde foram descobertas

reservas de petróleo que poderão determinar o futuro nacional. O terceiro, é que o nosso interesse pelo estudo da geopolítica do petróleo foi despertado, desde o segundo semestre de 2019, quando cursamos a disciplina “Relações Brasil-África: Cooperação e Geopolítica Contemporânea no Atlântico Sul”, ministrada pelo Prof. Dr. Edson Borges.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho se insere nos campos da Sociologia das Relações Internacionais e da Geopolítica. No campo da sociologia, é mais uma contribuição para o debate sobre os problemas que envolvem as sociedades africanas do Golfo da Guiné e suas reservas de petróleo. Sendo assim, os atores das políticas africanas e demais interessados podem contar com um subsídio para repensarem as contradições vividas na macrorregião do Golfo da Guiné e a exacerbação que essas contradições têm com o *boom petrolífero*, desde o final do século XX até aos dias atuais, melhor, até 2020. De outro lado, este estudo pode inspirar os futuros trabalhos sobre geopolítica do petróleo. No contexto atual, este trabalho poderá contribuir para que os diversos atores das sociedades africanas compreendam um conjunto de fenômenos que coroam o Golfo da Guiné atualmente.

A compreensão da problemática do petróleo nessa macrorregião é fundamental. Pelo destino da natureza, a maior parte do petróleo na África subsaariana encontra-se no *offshore*, ou seja, no alto mar. Durante a primeira década do século em curso, intensificou-se a exploração do “ouro negro” no Sul de Saara. Ao final de 2010, a macrorregião do Golfo da Guiné teve crescimento anual de produção de barril de petróleo calculado em 4,6% (MELO, 2013). O tal crescimento se converte em superação de problemas sociais e econômicos da região? Avançaremos com uma suposição inicial que julga que não. Sendo assim, inquieta saber por que, com tanto petróleo, a prosperidade insiste em eternizar afastadamente da população?

Em termos metodológicos, este trabalho está baseado em fontes bibliográficas: livros, jornais e artigos acadêmicos sobre geopolítica, o Golfo da Guiné e os conflitos nele encontrados à volta do petróleo e o estado da população. Não realizamos trabalho de campo, porque não é fácil encontrar todos os materiais relevantes devido à dificuldade de acesso e comunicação com os principais atores que mobilizam a geopolítica no Golfo da Guiné. Ainda mais, as restrições impostas pelo novo coronavírus desafiam todos e todas.

O estudo aponta que a perversidade das políticas menos democráticas, menos transparentes e desarticuladas com interesses dos cidadãos exacerbou crises e conflitos

regionais, dando lugar às instabilidades políticas e econômicas que dificultam o exercício estável das atividades econômicas das comunidades do Golfo da Guiné. O compromisso dos governantes africanos com a distribuição equitativa dos recursos petrolíferos precisa de ser reforçado pelos próprios africanos. A falta de investimentos significativos no setor petrolífero fragiliza os países subsaarianos produtores do petróleo. As grandes potências mundiais aproveitam-se das carências africanas para maximizar as suas políticas energéticas com vistas ao abastecimento dos seus mercados internos.

O Golfo da Guiné é vulnerável à geopolítica internacional. As instabilidades no Oriente Médio e no Leste europeu afetam os Estados do GG, porque as suas economias são dependentes do mercado internacional. A falta de construção de uma capacidade de resposta interna aos problemas de segurança, econômicos e políticos levam CGG a buscar parceiros ocidentais, emergentes e organizações internacionais a trabalhar em conjunto para garantir a segurança da região e tentar obter maior vantagem dos recursos da região.

Apesar do petróleo apresentar-se como produto estratégico na economia mundial do século XXI, as crises político-militares vividas nos últimos vinte anos podem incentivar aceleração de desenvolvimento das energias renováveis no curto e longo prazo como forma de garantir o equilíbrio na geopolítica mundial e reduzir sofrimento dos consumidores de petróleo em casos de guerra nos principais centros de provimento do crude, como o que se verifica atualmente no Leste europeu entre Rússia e Ucrânia. O cenário pode levar à reativação acentuada do carvão no sistema energético mundial.

Em termos organizacionais, além da introdução, percurso metodológico, conclusão e referências bibliográficas, apresentamos a formação da geopolítica como ciência e suas correntes tradicionais; depois, abordamos o Atlântico Sul e seus desafios de segurança; em seguida, passamos pela presença dos EUA, China e demais potências emergentes na África em geral e no Golfo da Guiné em particular; posteriormente, fizemos o enquadramento do Golfo da Guiné na região oeste africana em que foi apresentada essa região e a sua definição. Em seguida, trouxemos os potenciais energético e econômico da RGG. Feito isso, lançamos mão à Comissão do Golfo da Guiné (CGG) como sendo um instrumento político comum dos atores africanos da região que demonstra sua intencionalidade política e que representa sua geopolítica. Feito isso, apresentamos o fluxo de exploração do petróleo no Golfo da Guiné, entre finais do século XX e início do século XXI. Na sequência, abordamos os efeitos do crash de petróleo em Angola e na

Nigéria, no primeiro semestre de 2020. Por fim, apresentamos duas das maiores potências da Comissão do Golfo da Guiné na luta pela esfera de influência na região ocidental da África, especificamente, na Guiné-Bissau, trata-se de Angola e Nigéria.

## **2. GEOPOLÍTICA E SUAS CORRENTES TRADICIONAIS**

### **2.1. Formação da geopolítica como ciência**

A geopolítica como campo de estudo contou com a contribuição da Alemanha, Inglaterra, França e dos Estados Unidos na sua formação enquanto campo científico. Estes quatro países detêm as quatro grandes escolas da geopolítica conhecidas como precursoras dos estudos geopolíticos modernos. Pelo histórico desses países no processo expansionista, dá para perceber qual era o objetivo desses estudos: compreender e projetar o poder fora dos contornos nacionais. Isto é, defender os seus projetos e interesses nacionais que, na altura, estavam dominados pela ideologia expansionista.

Para Aida Maria Silvério Pinto Pegado (2014), a origem da Geopolítica coincidiu com a voga do nacionalismo na Europa no século XIX. Era um contexto em que a defesa e a expansão do território nacional constituíam preocupações e desafios dos Estados. As disputas pelo espaço, um componente natural e fundamental para a manutenção do Estado enquanto entidade política, econômica e cultural, impeliam os Estados a atritos sangrentos de conquista e dominação. A observação e apreensão desse cenário chegou à sistematização científica que deu condições para a institucionalização da Geopolítica como ciência devido aos autores que, de um lado estariam a contribuir para equilíbrio dos seus Estados no Sistema Internacional, e de outro estariam a ajudar entender a importância dos elementos geográficos na definição do poder do Estado e na condução da sua política, estratégia e geoestratégia para o sustento nacional.

A Geopolítica como ciência estuda o contexto em que é exercida a política externa, considerando a configuração geográfica e política. Para tal estudo, ela apoia-se na Ciência Política e na Geografia para entender as relações dos fatores políticos e geográficos na condução da política externa de um determinado Estado. (BONIFACE, 2008 Apud PEGADO, 2014). O estudo geopolítico “[...] abarca o conflito e a transformação, a evolução e a revolução, o ataque e a defesa, a dinâmica dos espaços terrestres e as forças políticas que lutam nestes (espaços) para sobreviver” (WEIGERT, 1943 Apud MADEIRA, 2015, p. 62-3).

Eduardo Beny (2007, p. 34) define a geopolítica como “uma associação da política à geografia, já que se trata da projecção ou fixação de certo(s) objetivo(s) políticos para uma determinada área geográfica”. Na procura da geoestratégia que é a forma de constituir e aplicar o poder, os países africanos se aproximaram. Ao longo deste processo de aproximação e unificação do continente oficializado nos anos 1960, as políticas de integração regional vêm crescendo, sobretudo, nos anos 70 e 90 do séc. XX todas as regiões africanas contaram com organizações de integração econômica para o desenvolvimento regional.

A geopolítica é “um campo de estudo autônomo que procura compreender de que forma a geografia interfere no comportamento político dos Estados e das sociedades”. A sua diferença com a geografia política consiste na perspectiva analítica dos fenômenos políticos. Ou seja, a “geografia política [...] apresenta uma visão sincrónica da realidade, enquanto isso, a geopolítica tenta apresentar uma visão diacrónica, fornecendo-lhe, simultaneamente significado, sentido e perspectiva” (NOGUEIRA 2011 Apud MADEIRA, 2015, p. 62).

A definição da Geopolítica é múltipla e abrangente, porém ela remete a um ponto tripolar: Espaço – Política – Poder. A conjugação da consciência do Espaço com as ambições políticas com o intuito de conservar ou ampliar o poder sobre o espaço traduzem-se na efetivação da geopolítica. Entre as definições feitas nesse campo, encontramos a que diz que a “geopolítica é o ramo da ciência que busca o aumento do poder do estado e maior inserção na comunidade internacional, hierarquizada pelo poder das armas agentes de política externa: o artefato nuclear, o veículo lançador de satélite e o torpedo” (SILVA, 2015, p. 11). Portanto, o sucesso de um Estado na arena internacional depende do sucesso da sua geopolítica. E este, por sua vez, depende da sua consciência do sentido do espaço e do seu artefato nuclear.

Segundo Cacian, a “geopolítica é uma ciência que se desenvolveu a partir do estudo das influências dos fatores geográficos nas decisões políticas dos Estados soberanos; decisões que objetivam salvaguardar ou ampliar o poder de determinado Estado no sistema internacional” (2020, p. 1). Para Castro (1961) Apud Madeira (2015), um dos métodos da interpretação das dinâmicas dos fenômenos políticos na sua realidade espacial é a geopolítica. Com efeito, “o termo geopolítico foi utilizado pela primeira vez pelo cientista político Rudolf Kjellén [...]”. Este sueco baseou-se “[...] na obra Politische

Geographie (Geografia Política) (1897) de Friedrich Ratzel, para defender uma visão organicista da geografia, em que o Estado se assemelha a um organismo biológico em constante expansão” (MADEIRA, 2015, p. 61). Essa visão postulava que o Estado poderia expandir o seu território e essa expansão seria feita pela colonização ou amalgamação ou pela conquista dos outros espaços vizinhos ou distantes (COSTA, 2008 Apud MADEIRA, 2015).

A geopolítica demonstra que os processos e as matrizes políticas perdem os seus significados quando são retirados dos seus quadros geográficos. Esses quadros envolvem “[...] o território, a localização, os recursos naturais e o contingente populacional”. Com base nisso, a geopolítica é caracterizada “[...] como um método que interpreta os fenômenos políticos na sua realidade espacial (CASTRO, 1961 Apud MADEIRA, 2015, p. 62). Os estudiosos da geopolítica estruturam espaços em regiões geopolíticas para melhor estudá-los e compreender seus fenômenos geopolíticos e geoestratégicos.



Para Saul Bernard Cohen, a região geopolítica é constituída pela “superfície terrestre com contiguidade de localização e complementariedade de recursos, onde existe determinado tipo ou tipos comuns de comportamento político e bases sólidas para a ação política e econômica comum” (COHEN, 2003, p. 33 Apud VERÍSSIMO, 2016, p. 190). Cohen destaca a semelhança dos elementos geográficos, que são agrupados por ele em duas dimensões, porém que formam um todo geopolítico: configuração e características. A configuração é constituída pela composição natural do espaço físico, incluindo a população e todos outros aspectos distintivos de uma região geopolítica da outra. Ao

passo que, os arranjos político-geográficos que os Estados desenvolvem para se interconectar e promover políticas comuns constituem as suas características. Essa união da configuração e característica dá existência à região geopolítica.

Com base nessa definição da região geopolítica estruturada em configuração e característica, e apoiando-se na Teoria Geral da Geopolítica, Veríssimo apresentou as regiões geopolíticas africanas. No entanto, ele admite que as fronteiras dessas regiões não são estáticas. O autor dividiu o continente africano em sete regiões geopolíticas a saber: “o *Midland Ocean* Africano; a Cintura Fragmentada Africana; a África Saariana; o *Heartland* Africano; o *Rimland* Africano; o Cone Austral; e o Golfo da Guiné”. A composição dessas regiões não obedece às fronteiras dos Estados e um Estado pode pertencer a mais de uma região geopolítica. A Geografia e as manifestações políticas, econômicas associadas com a intencionalidade política futura contribuem na definição das regiões geopolíticas africanas.

A região geopolítica de ***Midland Ocean*** é composta por: Egito, Líbia, Argélia, Tunísia, Marrocos, Saara Ocidental, Mauritânia, Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Conacri e Serra Leoa. A região geopolítica da **Cintura Fragmentada** é formada por: Egito, Eritreia, Sudão, Djibuti, Etiópia e Somália. São países da região geopolítica de **África Saariana**: Sudão, Chade, Níger, Mali, Mauritânia e Burkina Faso. Os que compõem a região geopolítica de ***Heartland Africano ou Heartland do Sul*** são: Chade, República Centro Africana, Sudão do Sul, República do Congo, [República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, Malawi, Moçambique e Botswana. A região geopolítica ***Rimland Africano*** é formada por: Comores, Moçambique, Suazilândia, Lesoto e Cabinda (Angola). Enquanto na região geopolítica do **Cone Austral** tem-se: Angola, Zâmbia, Malawi, Zimbabwe, Moçambique, Madagascar, Suazilândia, Lesoto, África do Sul, Botswana e Namíbia. Por fim, a região geopolítica do **Golfo da Guiné** é formada por: Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Congo, República Democrática do Congo (RDC), Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe, Gabão e Angola (VERÍSSIMO, 2016). Essa definição das regiões geopolíticas tem como base o aspecto geográfico e não energético.

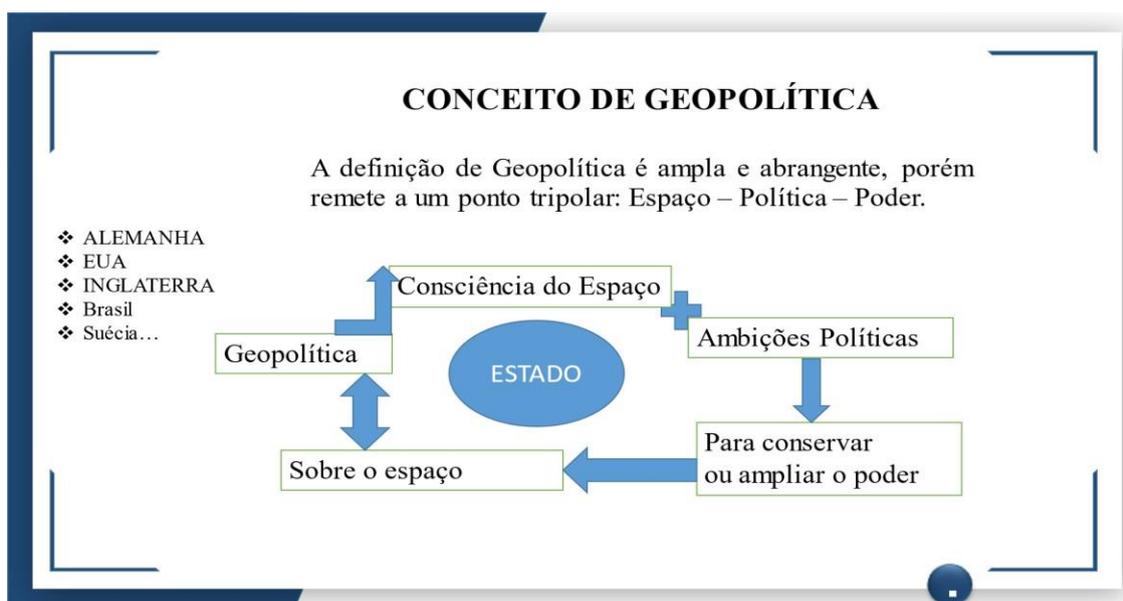
O marco comum da geopolítica africana representada pelos blocos regionais e sub-regionais que desenvolvem ações políticas e econômicas na África subsaariana são:

a promoção de integração econômica, a adoção de políticas aduaneiras comuns, a criação de mercado comum, a promoção de livre circulação de pessoas e bens, a promoção de segurança e paz na região, a fortificação da solidariedade e a partilha mútua de políticas e recursos para a erradicação de pobreza, miséria e fome, promoção de comércio, liberdade, justiça, transição democrática, transparência, fortificação das instituições democráticas, desenvolvimento regional integrado, melhoria de índices de desenvolvimento humano etc. (MADEIRA, 2015). Visto que estes são fenômenos que, apesar de se apresentarem em escalas diferenciadas de país a país, são problemas que todos enfrentam. A formação de uma economia ou integração econômica forte para melhorar a condição de vida da população é um dos objetivos da geopolítica africana na dimensão integracionista.

É neste conjunto de iniciativas de enfrentar os problemas socioeconômicos, de transporte, de circulação, de infraestruturas e de comunicação que se pode enquadrar a Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África e outros instrumentos. A evolução da intenção política desenvolvimentista fez emergir a necessidade de atualizar e ampliar o fluxo de organização interna que deu origem à União Africana (UA), substituindo a antiga Organização da Unidade Africana (OUA). Se na primeira organização, a ideia era criar uma unidade do continente, espécie Estados Unidos da África (ideia defendida fortemente por Kwame Nkrumah como forma de negar a balcanização fabricada pelas fronteiras artificiais na Conferência de Berlim de 1884-85, porém sem sucesso), na segunda organização, União Africana, seria fomentado o aprofundamento da cooperação entre Estados africanos, sem deixar de lado a cooperação no plano internacional com os países desenvolvidos, nos âmbitos bilateral e multilateral.

Jackson Sales da Silva (2015) apresentou um panorama dos fundadores do estudo geopolítico ou os principais clássicos desse campo. Dentro desse panorama precursor da geopolítica, configura o alemão Friedrich Ratzel, o britânico Sir Halford John Mackinder, o sueco Rudolf Kjellen e o estadunidense Alfred Thayer Mahan. Ao pensarem a geopolítica, estes autores conciliaram a geografia e a política em função do progresso. A expansão de um Estado ou o ritmo da sua evolução em direção aos estágios avançados, pode traduzir-se no prenúncio da sua capacidade de transformar numa potência dominadora. E, isso seria o resultado da sua geopolítica.

É com base na análise progressista que, em 1905, o britânico Halford Mackinder alertou aos seus contemporâneos de então, sobre a possibilidade de a Eurásia apresentar-se como um espaço favorável à emergência das potências capazes de dominar o mundo futuramente, apontando o dedo, principalmente, à China (SILVA, 2015). Hoje, a influência da China no mundo é incontestável, sobretudo no espaço Sul. Na mesma ótica, “o professor sueco Rudolf Kjellén afirmou ser geopolítica a ciência do estado que busca as leis inexoráveis do progresso, e, como entes, os estados foram forjados na guerra. Assim, geopolítica é a ciência primária da guerra” (SILVA, 2015, p. 12).



Além desses clássicos, Silva (2015) destacou o brasileiro, General Carlos de Meira Mattos, o norte-americano Joseph Nye e o outro norte-americano Saul Bernard Cohen como teóricos atuais da geopolítica. Portanto, o trabalho do Silva é importante para entender a abordagem conceitual da geopolítica e a sua relação com o petróleo, economia e capitalismo transitório em ondas. Para ele, o capitalismo teria passado pela primeira, segunda e terceira ondas. Nessa última, ele encontra-se na relação geopolítica com o petróleo sob envolvimento dos poderes militar, econômico e político.

## 2.2. Impacto das escolas da geopolítica na definição da ordem mundial

Se por um lado, a geopolítica contribuiu para a análise e interpretação das políticas internacionais, por outro lado, influenciou os comportamentos cruéis na história da Humanidade. Há quem diga que a colonização europeia e a barbárie nazista foram incentivadas pelas obras e revistas geopolíticas, como é caso “das obras de Karl

Haushofer, da *Escola Geopolítica de Munique* e da revista *Zeitschrift für Geopolitik* criada em 1924 (MELLO 1999 Apud MADEIRA, 2015, p. 62 [grifo do original]).

De acordo com Madeira (2015, p. 63), as quatro grandes escolas da geopolítica são “Escola de Geopolítica Inglesa fundada por Halford Mackinder, Escola Alemã criada por Friedrich Ratzel, Escola Francesa de Geopolítica constituída por Vidal de La Blanche e Escola Norte-Americana de Geopolítica instituída por Alfred Mahan”. No entanto, segundo este autor, dentro desse campo desenhado pelas escolas da geopolítica, há que se considerar duas correntes fundamentais que ajudam a entender o conceito da geopolítica. “A primeira diz respeito à teoria do Estado orgânico que emerge a partir do darwinismo social e tem como principais teóricos Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellen”; a segunda corrente denominada geoestratégia baseia-se mais em factos geográficos e políticos e tem como principais fundadores Alfred Mahan e Halford Mackinder (CÉLERIÉR 1969; GLASSNER 1993 Apud MADEIRA, 2015).

A primeira corrente (Estado orgânico) é formulada pelo biólogo e químico alemão Friedrich Ratzel na sua obra intitulada *Geografia Política (1896)*, teve a influência da Biologia e contou com a contribuição do trabalho de Charles Darwin. Com base nas contribuições teóricas do darwinismo, o autor concebe o Estado como um organismo vivo. Para explicar isso, “Ratzel debruça-se acerca dos fundamentos que governam as relações entre o espaço geográfico (a terra) e os Estados, considerando que todas as atividades da sociedade e do Estado deveriam ser vistas sob o prisma dos seus verdadeiros fundamentos (...)”. Pois, esses fundamentos, segundo Ratzel, não se encontram no outro lugar que não seja a própria “[...] superfície da terra na perspectiva de que estes dependem diretamente do solo em que vivem (Weigert 1943, Apud MADEIRA, 2015, p. 63).

Nessa visão de Ratzel, o Estado depende fundamentalmente da terra. Estando numa dependência geográfica, o Estado prospera a partir do que tem na sua posse ou geografia. Portanto, a saúde do Estado depende da saúde e do tamanho da sua geografia. Com esta leitura, a sensação de aumentar o território do Estado alimenta-se na psicologia política estatal. Para Silva (2015), Ratzel compreendeu a força que a unificação do espaço e a política contém em si. Com base nessa compreensão, ele sistematizou a premissa maior “espaço vital”. Uma concepção ideológica proveniente do entendimento de que “o espaço é poder e a geografia é destino”. Isto é, o Estado alemão deve pautar-se na

unificação do seu território, porque quanto maior é o espaço geográfico, maior é a possibilidade de projetar o poder. Como sendo um autor influenciado pelo naturalismo, Ratzel entende que as condições naturais são determinantes do comportamento e ação humana. Assim, o fundamento das atividades da sociedade é a superfície da terra ou o solo. Portanto, a escola geopolítica de Ratzel ou alemã é denominada Escola Determinista.

A trilha aberta por Ratzel foi seguida pelo seu discípulo Rudolf Kjellen que interliga o Estado com a vida. O título do seu livro é bastante ilustrativo, *O Estado como manifesto da vida* (1916). A metáfora do Estado com a vida atribui a condição biológica ao Estado. Nessa obra, Kjellen concebe o Estado como algo inserido num espaço. Assim, a “geopolítica é o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenómeno localizado em certo espaço da Terra, logo do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político” (SANTOS 1993, Apud MADEIRA, 2015, p. 63). Portanto, a geopolítica nos remete ao estudo de um determinado território definido pelas suas políticas e recursos animados e inanimados.

Para Kjellen, existem espaços vitais. Esses espaços são importantes para o Estado. Ter posse e domínio dos espaços vitais é conquistar a vida ao próprio Estado. Porque, os recursos desse espaço são fundamentais para a prosperidade do Estado e da sua sociedade. Essas teorias influenciaram os Estados Unidos da América na definição de suas políticas externas. Por exemplo, no início do século XXI, essa nação classificou o Golfo da Guiné como “espaço vital”. Essa classificação dialoga com os paradigmas da escola geopolítica alemã acima apresentada. Ao definir essa macrorregião como “espaço vital” para Washington, reconhecesse os recursos ou a geoeconomia acumulada no Golfo e que são importantes para a economia americana em particular e economia mundial em geral (VERÍSSIMO, 2016).

A geopolítica apresentada pela escola alemã, ou seja, Ratzel e seus discípulos, ainda que tentasse ilustrar a importância da geografia para o Estado, ela incentiva a ocupação e a expropriação das terras ou territórios ou recursos dos outros. Seria essa a característica negativa da geopolítica com a descrença dos projetos coloniais. Porém, no contexto atual, a aplicação da geopolítica não significa necessariamente a ocupação e domínio militar, mas, sim, as políticas econômicas e influência cultural são manejadas contra estados ou territórios cujos espaços são vitais no entender dos pretendentes. Com

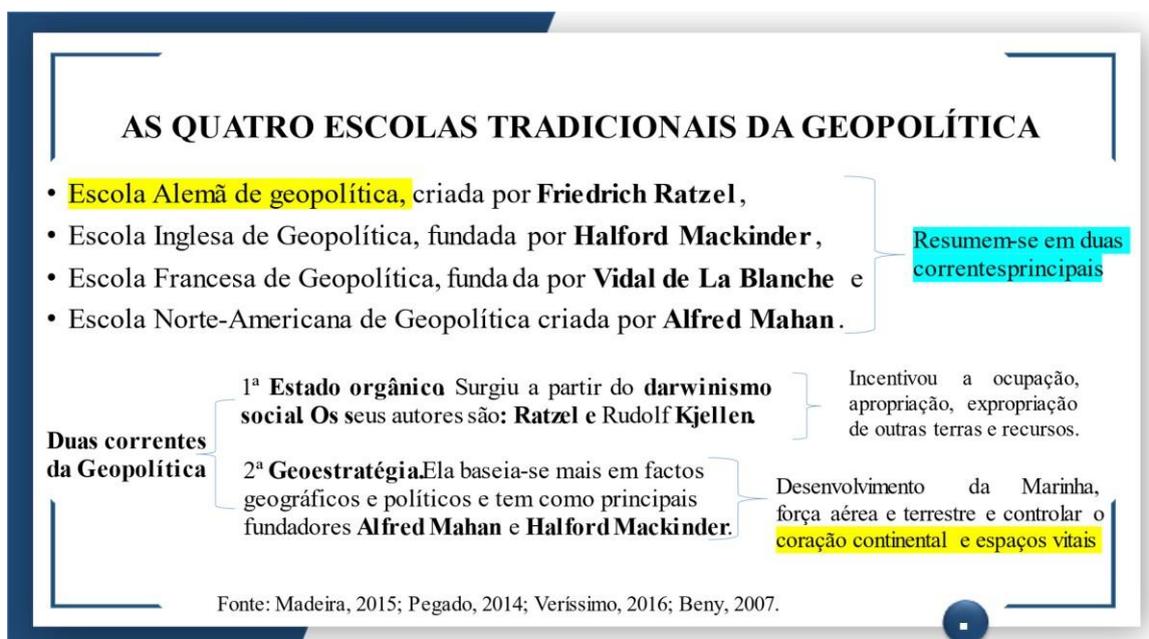
isso, queremos dialogar com Joseph Nye, autor do conceito de *Soft Power* e *Hard Power*, ou seja, poder de influência e poder coercitivo em outras palavras, poder brando e poder bruto. O segundo poder, não é necessariamente recorrente no princípio das relações, mas ele é acionado sempre que se pretende ameaçar ou dissuadir uma unidade das suas intenções, tal como fazem as potências globais e regionais. “Na contemporaneidade, já não se quer mais conquistar territórios, mas, sim, mercados e mentes. Em consequência, a estatalidade pós-moderna passa a ser identificada com o axioma: abrir novos mercados e conquistar corações e mentes” (GÓES E SILVA, 2017, p. 54).

A segunda é a corrente ‘geoestratégia’. Esta tenta estudar as condições geográficas em relação à política e estratégias circundantes, a partir daí emite recomendações importantes ao Estado, ou seja, “[...] a teoria da geoestratégia [...] fornece recomendações políticas precisas para o governo de um Estado com base em sua situação geográfica” (CANCIAN, 2020, p. 1). Essa mesma concepção é apresentada por João Paulo Madeira que explica que, a “segunda corrente ‘geoestratégia’ privilegia a análise do sistema de Estados, procurando encontrar modelos de comportamento que se adequam a este sistema com o objetivo de formular as melhores estratégias para as suas ações”. É uma corrente que teve contribuições do almirante norte-americano Alfred Mahan, que é “[...] um dos mais importantes precursores desta corrente, desenvolveu a Teoria do Poder Marítimo tendo fornecido recomendações específicas para a política externa do seu país” (MADEIRA, 2015, p. 63-4).

É nesta teoria da geoestratégia que Mahan baseou-se para recomendar aos Estados Unidos da América a formação da potência naval ao nível do ocidente (Grã-Bretanha) na altura como forma de balancear o poder e evitar as possíveis agressões. Para ele, “os EUA deveriam traçar como estratégia de sobrevivência, a hegemonia e o controle sobre o seu continente no sentido de impedir a expansão do Japão no Extremo Oriente e centrar-se, a médio prazo, nas questões marítimas” (GLASSNER, 1993 Apud MADEIRA, 2015, p. 64). Esta recomendação repercutiu na sociedade americana. A argumentação de Mahan, transmitida na *Teoria do Poder Marítimo* foi acatada ou “[...] tornou-se a bíblia dos defensores do destino manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte-americano” (MELLO, 1999, p. 15 Apud MADEIRA, 2015, p. 64).

A geopolítica de Mahan “centrou as suas teorias na importância do mar para as grandes potências”. Devido a relevância do mar na altura, ele não ficou fora da análise do Mahan que “defendia que o poder se manifesta através do posicionamento geográfico, da tipologia do território, da população, do Governo e do aproveitamento que se pode fazer do mar através da marinha militar, da marinha mercante e das indústrias” (PEGADO, 2014, p. 44).

Os pensamentos orientados à prevenção e formação do poder para a defesa nacional no contexto internacional marcado pelas disputas constantes pelos espaços e poder, tentaram atravessar âmbitos importantes da estratégia militar. Além do espaço naval que precisa ser controlado, os espaços terrestre e aéreo também foram pensados pelos precursores da geopolítica moderna. Mackinder, por exemplo, pensou as estratégias de definição do poder mundial através de controle daquilo que ele chama de “Heartland” ou “coração continental”, localizado na Eurásia.



De acordo com Renato Cancian (2020), a preocupação de Mackinder era conter a possível aliança entre a Rússia e a Alemanha, para evitar mudança da ordem mundial que seria a transformação do poder global. A preocupação surgiu devido ao desenvolvimento das tecnologias de transporte terrestre e das vias de comunicação ferroviárias abertas no início do século XX e que facilitariam a interação fora das linhas marítimas. Além desse novo fator desqualificador do cenário naval, “[...] do ponto de vista estratégico, a articulação entre recursos industriais e recursos naturais e

demográficos” que seria possível na Eurásia em geral, incluindo a Rússia e Alemanha reconfigurar o poder e a ordem mundial.

A fórmula apresentada por Mackinder na explicação dessa teoria foi: “Quem controla a Europa Oriental, domina a Terra Central; quem controla a Terra Central, domina a Ilha Mundial; e quem controla a Ilha Mundial, domina o Mundo” (CANCIAN, 2020, p. 4). Essa proposição é dita de outra maneira: “quem governa a Europa de Leste, comanda o Heartland; quem governa o Heartland comanda a Ilha Mundo e quem governa a Ilha Mundo, controla o Mundo” (Glassner 1993, p. 226 Apud MADEIRA, 2015, p. 64). Esse estrategista britânico influenciou os Estados Unidos a redefinir a sua prioridade que até então era influenciada pela formação e fortificação do tradicional poder naval.

Nos trabalhos que apontam para os estudos da geopolítica, não encontramos os principiantes na Modernidade, mas na Antiguidade. Os estudos das relações de poder que ancoram na geografia, poder e política não são exclusivamente dos pesquisadores modernos. Dado que explica a origem do conceito da geopolítica nas sociedades clássicas, nomeadamente Grécia e Roma. Os principais nomes dos clássicos na história da racionalização e sistematização do saber – Heródoto, Hipócrates, Tucídides, Platão, Aristóteles, Lucrécio, Estrabão e Possidônio – não são desconhecidos no campo do saber geopolítico. Os trabalhos dessas figuras proeminentes são perceptíveis e reconhecidos pelo seu caráter geopolítico pelos pesquisadores. Com o tempo, emergiu outros nomes tais como: Marco Polo, Mandeville, Constantino VII, Marcelino e Alberto Magno. Esses últimos expressaram o período da Idade Média (BONFIM, 2005 Apud PEGADO, 2014).

Sendo que os conceitos são formulados e reformulados seguindo as mudanças sistêmicas, o conceito da geopolítica sofreu ressignificações em contextos históricos diferentes. Após a Idade Média, seguiu-se a Idade Moderna [1453 a 1789]. Essa última coincidiu com um movimento sociocultural dominado pelo domínio das técnicas navais, de navegação e de aperfeiçoamento tecnológico. Em conjunto, as longas viagens pelos oceanos foram possíveis, em consequência disso, a nomenclatura “descobrimento” encaixou-se na experiência prático-cultural e no meio acadêmico para demarcar esse período. A cultura expansionista apoiada na dominação e conquista, visando a apropriação da terra e dos recursos influenciou a definição do conceito de geopolítica.

Naquela altura, a preocupação com o poder, sobretudo, mecanismo de conservação desse instrumento tão desejado pelo ser humano, atraiu pensadores como

Maquiavel (1469-1527), Jean Bodin (1530-1596), Montesquieu (1689-1755) entre outros a repensarem melhores técnicas e estratégias de conquistar e manter o poder. As recomendações feitas por esses autores aos detentores do poder alinham-se ao conceito da geopolítica, afincado na busca de recursos e maximização de poder. Se Maquiavel centralizou sua análise no príncipe, desenhando como esse deveria manter o seu poder, Bodin procurou entender as zonas vulneráveis ou não, ou seja, zonas que dada as suas condições geográficas podem ser dominadas ou não por um poder invasor. Dentre zona setentrional, intermédia ou temperada e meridional delimitadas sob critérios de Bodin, ele classificou a segunda (intermédia) a mais sensível à dominação. Enquanto Montesquieu construiu um mundo formado em zonas frias, temperadas e quentes tendo como pistas, entre outras, fatores geográficos, demográficos e culturais (PEGADO, 2014).

O encadeamento dos autores e seus trabalhos que, de certa forma, cabem ao campo geopolítico, renovando o seu conceito, chegou à Idade Contemporânea com destaque de autores que procuram atualizar os debates anteriores: Emmanuel Kant (1724-1804), George Jellinek (1851-1911) e Friedrich Ratzel (1844-1904) entre outros. Esses autores abordaram a relação do Homem com a Natureza. Kant realçou a relevância da natureza na evolução da humanidade. Ao passo que Jellinek abordou a relação do Homem e o território. Ratzel formulou o determinismo geográfico. Com essa teoria, Ratzel demonstrou a condicionalidade que o ser humano está sujeito aos fatores geográficos (BENY, 2007; PEGADO, 2014).

As diferentes perspectivas analíticas da geopolítica apresentadas definem a geopolítica como um instrumento fundamental para política externa de Estado. Elas demonstram também formas de recortes analíticos no estudo da geopolítica. Na última instância, os teóricos da geopolítica ilustram que a natureza determina o poder de Estado e ao mesmo tempo o poder determinado pela natureza é usado para defender a natureza. Os recursos, o espaço e a população são conjugados para formar um Estado como entidade biológica que precisa viver no cenário internacional sob políticas coerentes aos seus objetivos. Essa variação teórica e conceptual teria demonstrado a complexidade de perspectivas de análise geopolítica que transparece no campo acadêmico através de pensamentos convergentes e divergentes sobre a geopolítica. No entanto, há uma aproximação teórica na definição da geopolítica que considera a geografia o seu elemento

fundamental, com a percepção de que ela determina os componentes político, econômico, tecnológico etc., no demais, ela influencia o modo de governar ao predizer as condições naturais, econômicas e demográficas sobre quais o Estado está estruturado.

Todos esses elementos são manejados no Atlântico Sul em geral e, claro, a macrorregião do Golfo da Guiné não constitui a exceção, visto que as potências tradicionais, emergentes e atores africanos projetam a sua geopolítica incessantemente, seja para explorar os recursos, seja para exercer o poder da influência na região, seja para ressignificar a posição no Sistema Internacional, seja para garantir segurança de recursos.

### 3. ATLÂNTICO SUL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS DE SEGURANÇA

O Atlântico Sul situa-se entre América do Sul e o continente africano. A sua importância é inquestionável na comunicação marítima e na economia política tanto para o continente americano quanto para a África e Europa. A história política e comercial destes três continentes está intimamente ligada ao oceano Atlântico desde o período das aventuras europeias até a efetivação da empresa colonial. Sendo utilizado historicamente pelos navegadores para chegar ao Índico e ao Pacífico, o Atlântico marcou e continua a marcar a vida política dos povos africanos, americanos, europeus e asiáticos que o utilizam para os diversos fins: comerciais, transporte, comunicação, segurança, defesa, pesca, migração, vigilância... em vários níveis.

*Figura 1: Mapa do Atlântico Sul*



Fonte: Padilha (2015).

Segundo Luiz Padilha, o Atlântico Sul apresenta-se ser uma área geoestratégica com possíveis causas de tensões e conflitos. As tensões e conflitos podem ser causados pelo “interesse internacional na descoberta de novas reservas petrolíferas, bem como de recursos minerais e pesqueiros na plataforma continental brasileira e na costa africana”. Além do petróleo, “no litoral africano, a questão da pirataria no Golfo da Guiné pode ser escalada para uma tensão internacional”. O Atlântico Sul acolhe diversos atores locais e estrangeiros. Estes últimos travam concorrências acirradas entre eles. A “presença de atores estrangeiros como Rússia, China e Índia, pode vir a questionar a hegemonia americana nos oceanos”. Por outro lado, o “aumento da presença e influência desses países no continente africano, nas áreas econômicas e militar, bem como o lançamento dessas potências emergentes ao mar, pode suscitar nos EUA a necessidade de uma demonstração de sua força naval” (PADILHA, 2015, p. 1).

Segundo Padilha (2015), é possível identificar as principais áreas focais no Atlântico Sul. Essas áreas concorrem para o acirramento de conflitos entre as potências no Atlântico Sul. No mapa anterior, essas áreas foram marcadas em círculos. São elas:

O Cone Sul Africano onde se encontra o Cabo da Boa Esperança; o saliente africano e o Golfo da Guiné; a região do Estuário do Rio da Prata e sua projeção sobre o arquipélago das Malvinas; e a Foz do Rio Amazonas com sua projeção para o arquipélago de Fernando de Noronha. Dessas áreas, as duas últimas foram levantadas como as mais possíveis de serem atingidas por um conflito, tendo em vista o histórico contencioso e os atores envolvidos (PADILHA, 2015, p. 1).

Segundo Alcides Cunha, professor das Relações Internacionais da Universidade de Brasília UNB, “Pelo Atlântico Sul transita uma parcela substantiva do comércio internacional. Ali estão minerais estratégicos, áreas em disputa territorial”. O mesmo professor considera que “há também o trânsito de cargas tóxicas e uma série de transições de grupos de crime organizado e pirataria” (ATLÂNTICO, 2017, p. 36).

A utilização do Atlântico Sul para atingir o Índico e o Pacífico era obrigatória, no entanto, a abertura dos canais de Suez, em 1869, e do Panamá, em 1914, reduziram a importância do Atlântico Sul, uma vez que o comércio internacional passou a ser massivamente efetuado por meio desses dois canais alternativos além do Atlântico Sul. Portanto, a partir da segunda metade do séc. XIX aos dias atuais, estes canais e outras vias de comunicação marítima foram fundamentais no comércio internacional. (ATLÂNTICO, 2017). Segundo David Harvey (2014, p. 12) “[...] com o endurecimento das lutas de descolonização, o lado mais sórdido e perverso do regime imperial tornou-se

mais evidente. Isso culminou [...] na tentativa anglo-francesa de retomar o Canal de Suez”.

*Figura 2: As quatro principais passagens marítimas no comércio internacional*



*Fonte: Paúl (2021)*

Segundo Fernanda Paúl (2021, p. 1), o canal de Suez é uma passagem marítima vital para cadeias de abastecimento no mundo. Ele comunica com vários outros canais importantes, senão, “fundamentais para o funcionamento da economia global”. O canal de Suez localiza-se no Egito e liga o Oriente e o Ocidente. Passou a funcionar em 1869. A sua extensão é de 193 Km e interliga o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho (PAÚL, 2021, p. 2). Ao passo que o Atlântico Sul, do lado brasileiro, abrange uma área de aproximadamente 186 mil Km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 2,2% do território brasileiro. A sua Bacia Hidrográfica localiza-se maioritariamente no Sul do Brasil, cobrindo em proporção desigual quatro Estados brasileiros: Rio Grande do Sul (76,4%), Santa Catarina (19,7%), Paraná (3,1%) e São Paulo (0,8%). A sua importância socioeconômica é inquestionável. Além de integrar 450 municípios brasileiros, nela vive cerca de 7% da população ou cerca de 12 milhões de habitantes. O turismo, a agricultura, a mineração e a pesca são as principais atividades econômicas dessa região (MACEDO, 2019; TODA MATÉRIA, 2021).

Mapa da região hidrográfica do Atlântico Sul



Figura 3. Fonte: Toda Matéria (2021)

Mapa da Região Sul do Brasil



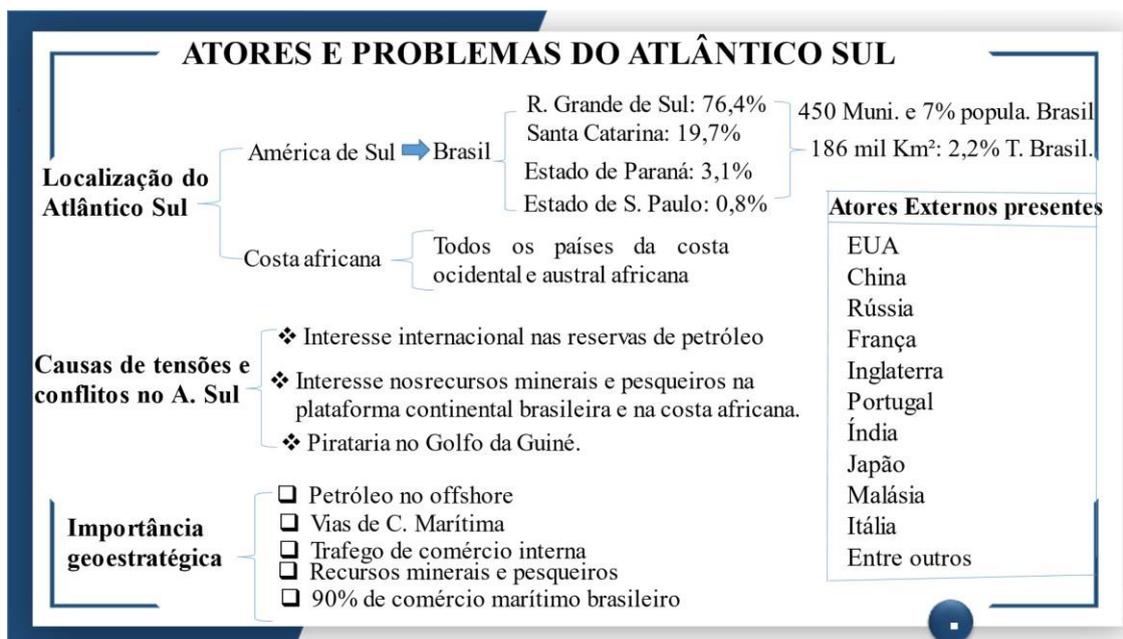
Figura 4. Fonte: Wilson Teixeira Moutinho

Estes mapas evidenciam a composição da Bacia Hidrográfica do Atlântico Sul no lado brasileiro, tendo a região Sul do país como referência. No entanto, em termos geopolíticos, o Atlântico Sul é considerado a partir da América do Sul e da África, englobando todos os países banhados pelo oceano Atlântico tanto do lado africano quanto do lado americano, como mostra o mapa do Atlântico Sul anterior.

O Atlântico Sul é uma zona energética com potencial contribuição para a economia mundial. As reservas de petróleo localizadas nele são de grande relevância no cenário energético. Com o crescimento demográfico, a migração interna e externa desgarrou-se num nível quase incontrolado, com graves implicações aos governos nacionais. A esse crescimento também, estão associados à pobreza e a fragilidade de Estados nacionais em controlar os seus territórios e conter violências e crime organizado. O *boom* energético exacerbou conflitos internos e disputas das potências hegemônicas na região. Ao lado disso, as atividades ilícitas e ilegais são tentadas por diferentes atores.

Com efeito, “[...] dois aspectos têm demandado mais esforços para a segurança da região do Atlântico Sul”. Esses aspectos concentram-se no único elemento, petróleo. E são discriminados em: “[...] crescimento na produção petrolífera das reservas localizadas em bacias dos litorais da América do Sul e da África Ocidental, além do

potencial do petróleo encontrado na camada pré-sal do litoral brasileiro”. Sobre o primeiro aspecto, produção de petróleo, o jornal informa que “[... a produção diária de petróleo no mar da América do Sul, que era de 2,5 milhões de barris em 2005, deve saltar para 6,1 milhões de barris até 2030, um crescimento de 144%”. Enquanto isso se projeta na América do Sul, a África Ocidental intensifica o cenário com a sua projeção exorbitante. “Neste mesmo período [de 2005 a 2030], a produção no litoral da África pode passar de 4,9 (milhões) a 12,4 milhões de barris por dia, um crescimento de 153%” (ATLÂNTICO, 2017, p. 36).



Dentro do Atlântico Sul, encontra-se o Golfo da Guiné. Uma região de extrema importância no âmbito político, econômico e marítimo. “Região estratégica na geopolítica internacional, tanto do ponto de vista do desenvolvimento sustentável quanto particularmente relacionado apenas ao aspecto econômico [...]” (ATLÂNTICO, 2017, p. 38). Em termos econômicos, basta considerar a fatia de 9% das reservas mundiais de petróleo retidas por esse Golfo, sem contar com a sua vantagem geoestratégica para efetivação da geopolítica regional, continental e mundial.

O pescado é uma renda inquestionável nesta região. Além disso, a sua comunicação marítima com os três cantos do planeta (América do Sul, Europa e Ásia), é um potencial enorme para o comércio marítimo e o bem-estar das economias que se posicionam bem na exploração das vantagens desse Golfo. Porém, os países africanos frágeis e com pouco desenvolvimento do setor fluvial em geral e marinha nacional em

particular não fazem grande aproveitamento das vantagens dessa região. Antes, pelo contrário, enfrentam mais consequências negativas do Golfo que positivas, porque a pirataria, a violência, o tráfico de drogas e o crime organizado desestabilizam a região e ameaçam a soberania nacional.

Entre vários exemplos, pode ser citado o caso do grupo terrorista nigeriano que surgiu em 2002, na cidade de Maiduguri, Estado de Yobe, com o nome Talibã nigeriana, sob liderança inicial do Mohamed Ali e que tem a ideologia islâmica como fundamento da criação duma comunidade islâmica separatista. Um ano após a sua criação, começou a perturbar o Estado nigeriano na disputa pelo acesso aos recursos pesqueiros. Em 2003, houve confronto armado com a polícia da Nigéria, sendo morto muitos dos seus elementos. No entanto, alguma parte da elite política nigeriana tem mãos obscuras nesse grupo, financiando os seus atos e a própria liderança do grupo anuncia publicamente a integração de alguns filhos de políticos do país. Em 2009, Mohamed Ali foi preso e morto pelo Estado nigeriano, na sequência do conflito que envolveu o grupo e as autoridades nacionais. Desde então, o grupo tornou-se mais violento. Em janeiro de 2010, Boko Haram orquestrou um ataque à cidade de Maiduguri na qual fez vários óbitos e feridos, sob a liderança do Abubakar Shekau que substituiu Mohamed Ali. As delegacias, as igrejas, os centros comerciais, as escolas, as comunidades etc., foram frequentemente atacados pelo Boko Haram (PALADINI, 2014).

Na sequência dos seus atos terríveis que trouxeram resultados negativos para a Nigéria a nível nacional e internacional, ganhou diferentes denominações, incluindo terroristas, chegando a ter ligações com a Al-Qaeda em 2011 e diferentes grupos Jihadistas que o financiam. “Em abril de 2014 o grupo sequestrou 276 meninas na região de Chibok, no Norte da Nigéria. O episódio fez com que o grupo ficasse conhecido globalmente devido a repercussão na imprensa”. Em decorrência disso, “os Estados Unidos enviaram equipes para auxiliar o governo nigeriano e representantes do Reino Unido, EUA, França e cinco Estados africanos adotaram um plano de ação conjunto para lutar contra o grupo”. Contudo, o grupo não foi neutralizado na altura, pelo contrário, expandiu-se para demais regiões do continente. “As ações do Boko Haram se estenderam a países vizinhos da Nigéria, especialmente Camarões, país onde foi montada uma operação para combatê-lo” (PALADINI, 2014, p. 4).

Com efeito, “a política na Nigéria é uma agravante para que grupos como esse [Boko Haram] surjam e aumentem sua força rapidamente. A corrupção no país é um fato recorrente e os líderes do governo fazem o que for preciso para continuarem no poder”. A cumplicidade dos políticos é reconhecida por eles mesmos, tanto que em “janeiro de 2012, o presidente Goodluck declarou que ‘alguns deles [financiadores e simpatizantes do Boko Haram] estão no Executivo do governo, outros no Legislativo, enquanto alguns estão inclusive no Judiciário” (PALADINI, 2014, p. 4).

Esse grupo aterrorizou o mundo pelos seus atos terroristas e o que mais explodiu no cenário internacional foi o de 14 de abril de 2014. Uma ação que culminou com o sequestro de 246 meninas na cidade de Chibok, Estado de Borno, nordeste da Nigéria. “No dia do sequestro, 275 meninas estavam reunidas para fazer uma prova na Escola Estadual de Segundo Grau, onde estudavam. Mas, o número de sequestradas foi de 246”. Passando quatro anos, “algumas foram libertas e outras conseguiram fugir. Mas, cerca da metade ainda continua aprisionada [...]. Segundo os pais das vítimas, 112 garotas ainda estão presas, porém outras fontes dizem que há 122 desaparecidas” (GUIAME, 2018, p. 1). A negociação que terminou na libertação de algumas meninas sequestradas foi positiva devido à aceitação da proposta do grupo Boko Haram em trocar os seus combatentes jihadistas presos pelas autoridades nigerianas com as meninas sequestradas.

*Figura 5: Imagem do Boko Haram e algumas meninas sequestradas em 2014*



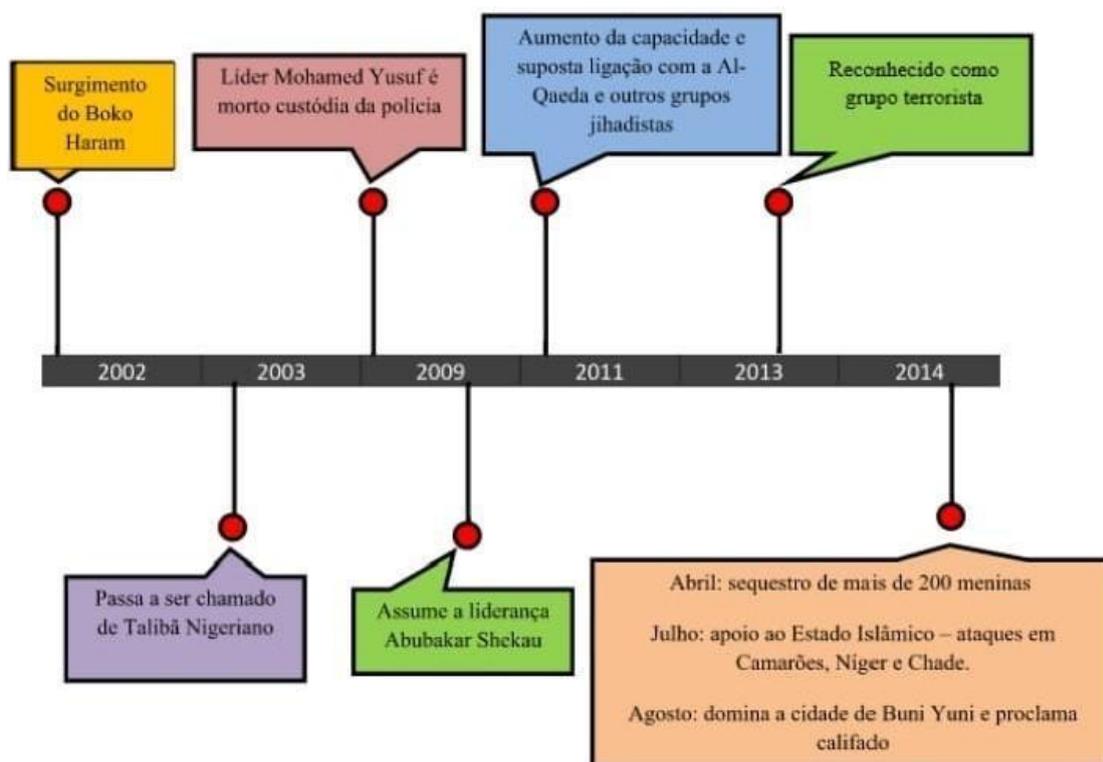
Fonte: o Mundo, 2018.

Fonte BBC News Brasil

O histórico do Boko Haram na Nigéria pode ser sintetizado no gráfico da linha de tempo que se segue. As suas ações iniciaram no início do século XXI, com a criação do grupo por alguns muçulmanos que acreditam que a religião pode ser eficaz na resposta

aos diversos problemas culturais, econômicos e políticos que a Nigéria enfrenta. Depois da criação do grupo, começaram divergências com o governo sobre a exploração dos recursos. Uma força paralela ao governo, Boko Haram, não desistiu de seguir a sua ideologia e teve cumplicidade não só interna, mas externa também. Ele é financiado interna e externamente por seus comparsas ou simpatizantes. Ao completar 14 anos de existência, aterrorizou o mundo com ato jamais imaginável na história política nigeriana, afetando severamente o estado nigeriano, o Direito Internacional e os Direitos Humanos.

Figura 6. Gráfico da linha de tempo do grupo Boko Haram na Nigéria



Fonte: Paladini (2014, p. 2)

Considerando tudo isso e demais fatores da política e economia nigeriana, Hellen Tracy Lemes Teixeira questiona “Como continuará a Nigéria a ser soberana, se seu povo está sob constante ataque e disseminação?”. É uma pergunta que pode ser estendida a todos os países do Golfo da Guiné, visto que os problemas econômicos, problemas de segurança e políticos estão longe de serem superados de modo a garantir a soberania e o bem-estar do povo da região do Golfo. A corrupção, des governação, violência são duras.

Segundo Teixeira, “a violência com que o grupo extremista Boko Haram utiliza perante o povo nigeriano, conflita diretamente com os direitos humanos e o direito à vida desses”. O estado também exerce a violência direta e simbólica no uso exagerado do

poder contra a sua população. Essa é a característica dos Estados do Golfo da Guiné. Segundo ela, na Nigéria,

A população que por si só já é vulnerável devido a sua economia fraca e sua proteção quase nula, ainda se vê perante a ataques brutais como sequestros, estupros e até mesmo tráfico de pessoas, sem nenhuma esperança de salvação por parte daqueles que deveriam fazer de tudo para manter sua posição soberana. Um Estado só é assim considerado a partir da composição dos elementos território, povo e governo. (TEIXEIRA, 2022, p. 28)

No âmbito da segurança, no Golfo da Guiné, destacam-se as práticas dapirataria, de assaltos a mãos armadas e da exploração ilegal dos recursos. Não obstante, os países africanos e seus parceiros de desenvolvimento desdobram esforços em reforçar a segurança do Golfo da Guiné. Segundo o analista da consultoria África Monitor, Pedro Esteves, “Europa, Estados Unidos e os países da região do Atlântico Sul na costa africana têm se unido no combate à pirataria, numa tentativa de se assegurar a normalidade da situação marítima estratégica naquela região”. O mesmo analista deu por saber que os programas bilaterais e multilaterais desenvolvidos pela ONU a favor da segurança do Golfo da Guiné concentram-se mais na formação, treinamento e equipamento de pessoal com tecnologias adequadas para a luta contra a pirataria. Com essas ajudas da ONU, tenta-se conter também a imigração ilegal. “Há um declínio constante no número de incidentes e atividades ilegais registradas ao longo dos últimos anos, mas a insegurança permanece como uma fonte de preocupação. Os países com razão têm pedido mais apoiointernacional nos esforços regionais” (ATLÂNTICO, 2017, p. 38).

Segundo o primeiro-ministro congolês, o Golfo da Guiné “é uma das zonas-chave para o comércio internacional [...] rico em hidrocarbonetos que representam um quarto das reservas mundiais”. Esta observação foi feita na abertura do simpósio que teve lugar em 2021 entre o governo do Congo e o Ministério da Defesa da França. O mesmo governante afirma que o GG é “uma zona marítima de alto risco devido à migração do fenómeno da pirataria marítima proveniente do Golfo de Áden, no Corno de África”. No final desse simpósio, que contou com a representação de “Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Nigéria, República do Congo, República Democrática do Congo, República da Guiné, Senegal, Serra Leoa e Togo”, o general francês em representação da França, afirmou que o encontro tem como objetivo “trocar informações sobre problemas comuns dos países do golfo da Guiné: a

predação dos recursos naturais, designadamente os haliêuticos, obviamente a pirataria e o fenómeno da imigração clandestina” (EXPRESSO DAS ILHAS, 2021, p. 1).

*Figura 7: Imagem do barco da pirataria no GG. Fonte: Expresso das Ilhas (2021).*



Para a ONU, tendo em conta ao nível de crimes, violências, tráfico de seres humanos, pirataria etc., a saída para o Golfo da Guiné passa pela resposta aos problemas internos das estruturas administrativas de modo a relançar as economias dos Estados que compõem a região. De acordo com o jornal Atlântico (2017, p. 38) “A solução apontada pela ONU é promover a paz e a estabilidade regional, fortalecer as instituições do Estado, desenvolver a economia dos países e respeitar os direitos humanos”. A necessidade de unificar as forças e coordenar as políticas para o bem da região é demonstrada pelos líderes africanos dessa região, todavia, os desafios não são menores.

Segundo a professora Odete Maria de Oliveira (2007)<sup>6</sup>, a África na busca pela coordenação da sua ação política, desenvolve um processo de integração visto desde o desencravar do espírito pan-africanista na década 1950 e 1960 do século XX e que vem crescendo e desmembrando em várias iniciativas de regionalismo e de interação, porém a integração não é fácil devido vários fatores internos e externos. No plano interno, tem-se as especificidades de cada país, com imensa diversidade cultural e problemas específicos. Além disso, as assimetrias dos Estados africanos e a rivalidade decorrente das disputas que levam, de vez em quando, a golpes de Estado não ajudam à promoção

---

<sup>6</sup> Professora orientadora do doutorando do Genésio de Carvalho, fez essa apresentação no Prefácio da obra do Carvalho, intitulada *África e política de cooperação da União Europeia: a experiência da Guiné-Bissau*. Ijuí: Ed Unijuí, 2007.

de uma política de integração tanto regional quanto continental completa. No âmbito externo, a ingerência dos países desenvolvidos e colonialistas são visíveis, pois, isso não contribui para a autonomia do continente em assumir o seu processo de integração de forma independente. Isso teve reflexos perceptíveis na busca pela segurança do Atlântico Sul africano.

No encontro de chefes de Estado dos países africanos<sup>7</sup>, realizado em outubro de 2016 em Lomé, Faure Gnassingbé, presidente do Togo na altura, realçou a importância de a união entre os países africanos para melhor defender e explorar os seus recursos no Golfo da Guiné. Aos seus pares, Gnassingbé alertou que “Trabalhar juntos e tomar ações coletivas e afirmativas são as únicas maneiras pelas quais seremos capazes de proteger melhor os valiosos bens que são nossos mares, nossos oceanos e seus recursos” (Atlântico, 2017, p. 38). Essa exortação do presidente togolês desafia os atores africanos a superar o nacionalismo acentuado e priorizar o interesse comum do continente.

Segundo Gaspar, “o Golfo da Guiné é uma importante rota para o comércio marítimo, não só para os países da região, como também para as grandes frotas mundiais, cuja segurança energética e comércio depende do mar”. A autora acrescenta que “concomitantemente, a abundância dos recursos possibilita a aquisição de riquezas para o suporte do desenvolvimento econômico da população” (idem). É de suma importância os Estados africanos criarem políticas adequadas para seus recursos. No encontro de Lomé, segundo Gaspar, os Estados africanos traçaram linhas orientadoras. Nisso, “[...] criaram medidas socioeconómicas para a prevenção da criminalidade no mar, envidando os seus esforços de forma a reduzir a pobreza e criar políticas que visam a eliminação dos problemas sociais existentes”. Essas medidas podem ser encontradas no capítulo II do artigo 5º da Carta de Lomé (GASPAR, 2017, p. 240).

Nesse encontro, o projeto GoGiN que visa construir a rede de partilha de informações entre países africanos e a plataforma de coordenação regional da União Europeia sobre os mecanismos da segurança marítima foi aplaudido com a crença de ser vista como potencial para ajudar na segurança dessa parte do Atlântico. O projeto foi “[...] co-financiado pela União Europeia e pela Dinamarca (que irão contribuir com 7,5 milhões de euros e 1,8 milhões de euros, respectivamente) [...]”. Para o comissário europeu para o Ambiente, Assuntos Marítimos e Pescas, Karmenu Vella, “A luta contra a criminalidade

---

<sup>7</sup> O encontro foi organizado pela União Africana (UA) e teve a presença de 17 chefes de Estado africanos.

marítima e promoção da segurança marítima (são) é um verdadeiro desafio que a África e a União Europeia devem enfrentar de mãos dadas” (ATLÂNTICO, 2017, p. 38). Essa demonstração da necessidade de coordenação na luta contra a pirataria e a segurança do Golfo da Guiné expressa o quão a região é ameaçada pela insegurança. Na busca dessa segurança, faz-se investimentos vultosos. Se só a contenção da pirataria consumiu, aproximadamente, US\$ 1 bilhão em 2014, imagine o custo total da segurança no seu todo. Para Karmenu Vella, o valor geral da segurança marítima do Golfo da Guiné, no mesmo ano, está muito além desse valor (ATLÂNTICO, 2017). Porque além da pirataria, existem outros fenômenos que devem ser desmotivados e combatidos e que já foram identificados.

Em 27 de novembro de 2012, a Comissão do Golfo da Guiné realizou em Luanda, a Conferência sobre Paz e Segurança. Um momento de reflexão sobre a situação da região e possíveis diálogos com os parceiros da África e do ocidente. A conferência simboliza um marco importante para a reorientação das políticas e interesses dos Estados da Região do Golfo da Guiné. As instituições e personalidades de alta referência fizeram-se presentes e isso expressa a importância desse evento na projeção geopolítica da região. É uma oportunidade para juntos refletirem sobre os problemas que afetam a região. Nesse encontro, participaram Estados da CGG, com a ausência apenas de Camarões, Estados membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ausentando a França e Inglaterra, a ONU fez-se presente também, a União Africana, a CEDEAO, a CEEAC, a Organização Mundial das Migrações, a Organização Marítima Internacional, o Gana e o Brasil não se ausentaram.

Na presença quase de toda a conjuntura que intervém direta ou indiretamente na região, os países africanos do Golfo da Guiné apresentaram as suas intenções, propostas, visões, e estratégias viáveis para a segurança da região do Golfo da Guiné. Segundo o discurso do presidente em exercício da CGG, na época, o malgrado José Eduardo dos Santos, a segurança do Golfo depende das ações conjuntas entre atores africanos e não africanos. Para os africanos da região, não se deve preocupar apenas com os problemas cujas manifestações são claras no Golfo, mas dar atenção à prevenção de todos os tipos de fenômenos que afetam ou podem afetar a segurança e o desenvolvimento da região. A definição do desenvolvimento do Golfo apresentada nesta conferência é ancorada à segurança. Isto é, uma ideia de desenvolvimento que depende da segurança. E a segurança é definida pela CGG como a “ausência de ameaça militar, pressão e coerção política ou

outra contra a região ou algum dos Estados dela integrantes, e que possa pôr em causa a vida dos seus cidadãos, os valores culturais da comunidade”. Também a segurança da região diz respeito a ausência de coerção ou outra forma de poder que ponha em causa, “o seu desenvolvimento sustentado e a capacidade da região se promover como actor internacional” (CGG, 2012, p. 19).

Com efeito, “apesar do clima de insegurança no Golfo da Guiné, o Atlântico Sul permaneceu como o mais pacífico dos oceanos durante a segunda metade do século XX”. A pouca importância que teria sido perdida a favor da abertura do canal de Suez e do Panamá, terá sido recuperada na década 70 do mesmo século, quando se deu a crise do petróleo causado pelos países da Opep. “O Atlântico Sul voltou a ganhar certa importância na época dos superpetroleiros, durante os anos 1970, em função da primeira crise do petróleo e de uma interrupção temporária do tráfego de navios pelo canal de Suez” (ATLÂNTICO, 2017, p. 40)

A cooperação do Brasil com os países africanos banhados pelo Atlântico Sul na área de Defesa e Segurança está mais imbricada pela ZOPACAS, um instrumento de cooperação e de partilha de tecnologias entre países da América do Sul integrantes do espaço Anomalia Magnética do Atlântico Sul (AMAS) e os países africanos dessa região sul atlântico. No ano de 1986, o Brasil impulsionou a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como forma de criar um “foro de colaboração e integração regional” (p. 40). Nessa organização de carácter regional, fazem parte os seguintes países da América Latina: Brasil, Argentina e Uruguai. Na África, estão presentes: África do Sul, Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa de Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (ATLÂNTICO, 2017). Como podemos notar, é uma constelação dos países do Golfo da Guiné, da Costa Ocidental e Austral Africana.

São países com condições geoestratégicas extremamente comprovadas para o Brasil e não só. A implementação de políticas conjuntas de defesa e segurança trará vantagens para todos. A posição do Brasil nesse conjunto é favorável para a sua geopolítica e projeção do poder político, económico e militar. A geografia que esses países africanos formam em conjunto é extremamente rica em termos dos recursos naturais e é muito favorável para o comércio marítimo de que a economia do Brasil

depende muito. A maior parte dos produtos brasileiros é transportada por via marítima. Os países africanos que fazem parte de ZOPACAS são todos ligados ao Oceano Atlântico. Assim, implementar boas relações políticas, econômicas e militares com esses países é uma contribuição para o comércio desses países latino com África. Além dos recursos naturais, a demografia crescente desse território africano formado em conjunto por esses países da ZOPACAS constitui um potencial consumidor dos produtos industrializados do Brasil, caso ele saia bem nas suas políticas externas para a região. Segundo Cauê Rodrigues Pimentel, o Brasil tem a ambição de “transformar o Atlântico Sul em espaço privilegiado para sua projeção internacional”. E espera-se que essa projeção seja amparada entre outras formas pela ZOPACAS. No entanto, a “ZOPACAS padece de problemas de institucionalização, agravados pela falta de capacidades materiais e pela concorrência com as grandes potências presentes na região” (PIMENTEL, 2015, p. 113).

O Brasil no meio das grandes potências mundiais a sua geopolítica sentiu algumas dificuldades, porém tem influência na região do Golfo da Guiné. O pano de fundo dos problemas dessa região é o petróleo. A política interna e externa do Golfo da Guiné é modelada pelo crude que desde a década 1970 aos dias atuais revela disputas de poderes e interesses.

#### **4. POTÊNCIAS TRADICIONAIS E EMERGENTES NO GG: EUA E CHINA**

##### **4.1. Petróleo no epicentro da geopolítica na virada do séc. XX para séc. XXI**

As décadas abertas pelo século XXI estão sobrecarregadas pelas disputas pelos mercados e pelos combustíveis fósseis entre as potências globais e emergentes. Nessa disputa, o continente africano aparece como novo mercado promissor e alternativo dos centros tradicionais de disputa que se encontram na instabilidade. O Médio Oriente que vinha a ser o ponto sobre qual as competições energéticas são massivamente efetuadas, passou a dividir a centralidade das agendas dos atores com outros centros marginais do contexto global, porque está abalado pelas inseguranças que ameaçam a estabilidade das atividades comerciais e energéticas ali efetuadas tradicionalmente. O crescimento econômico das potências, apesar das assimetrias entre os atores, por exemplo, os EUA, a China e alguns países da União Europeia, demanda a diversificação dos mercados. Nessa prescrição, no que se refere ao mercado de abastecimento do crude, a África introduziu-

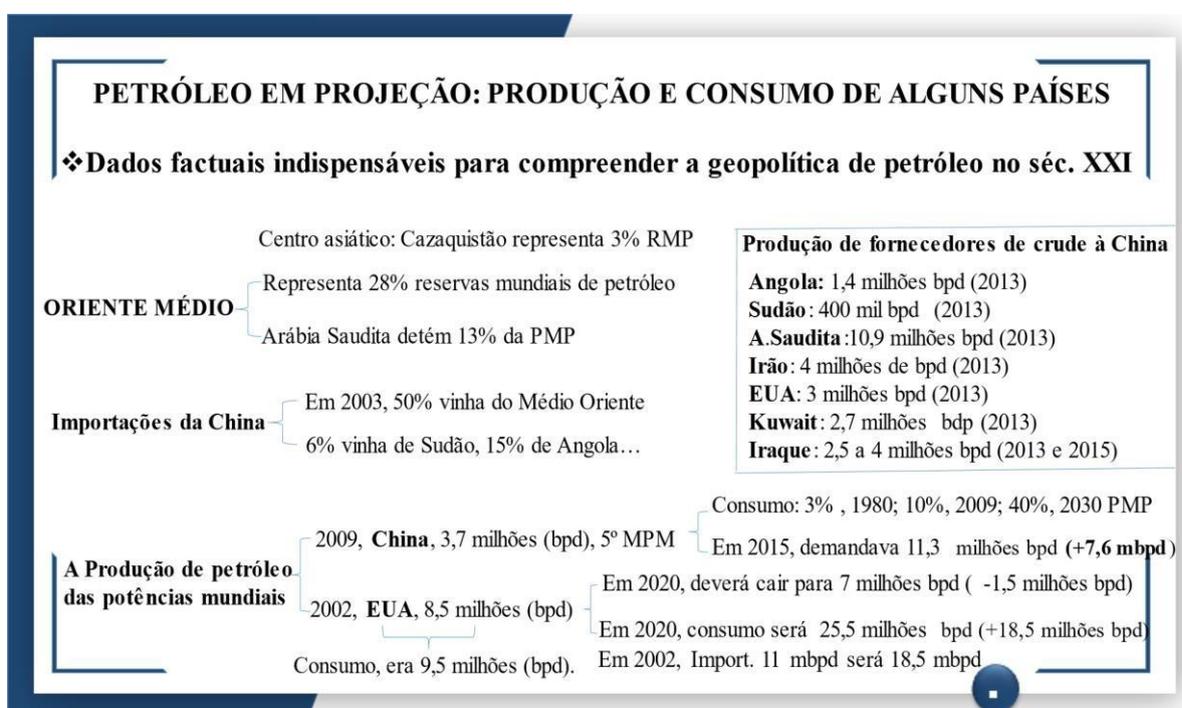
se nas agendas dos Estados consumidores e voltou a se configurar como espaço de disputas geopolíticas (RÊPAS, 2010).

Para Escobar (2016), o Oriente Médio Árabe é um dos principais depósitos da reserva do petróleo, tendo 28% da reserva mundial. Porém, o centro asiático não deixou de ser oleoso e fosfórico. A República de Cazaquistão sozinha representa 3% das reservas mundiais do petróleo. Até finais do século XX, Oriente Médio ou Médio Oriente foi um dos principais fornecedores do petróleo à China. Em 2003 as importações chinesas vindas dessa região somavam 50% do total da sua importação. Ao mesmo tempo que a China marcava a sua presença muito visível na área petrolífera do Irã, sobretudo na prospecção, exploração e refino do petróleo iraniano. Ainda em 2003, 6% da importação do petróleo da China vinha do Sudão, país africano. Naquele período, apenas o Japão estava à frente da China na importação do petróleo iraniano.

Contudo, China é um gigante de ouro negro [petróleo], chegando a ocupar, em 2009, a posição relevante no gráfico mundial de produtores desse produto estratégico. Ela “[...] é na verdade o quinto maior produtor de petróleo do mundo, com 3,7 milhões de barris por dia (bpd), pouco abaixo do Irã e ligeiramente acima do México”. No entanto, o seu nível de consumo vem aumentando gradualmente. Se em 1980 apenas consumia 3% da produção mundial, em 2009 o seu consumo subiu para 10%. Estando acima do Japão e abaixo dos Estados Unidos da América que gastaram 27%. E, ainda, estava prevista a Pequim, um consumo de 40% mundial para os anos 2030. Apesar da sua capacidade de produção interna, era prevista uma escassez enorme de petróleo para as atividades industriais chinesas no ano 2015. Os indicadores da AIE demonstram que a demanda seria de 11,3 milhão de barris por dia em 2015 (ESCOBAR, 2016, p. 109)

Considerando o nível de produção dos seus fornecedores, teremos Angola com 1,4 milhão de barris por dia, Cazaquistão com o mesmo valor que Angola, 1,4 milhão de barris por dia e Sudão com 400 mil barris por dia. Esses países adicionam-se aos fornecedores de Pequim no Oriente Médio em que “[...] Arábia Saudita produziria, em 2015, 10,9 milhões bpd; o Irã cerca de quatro milhões; EUA três milhões, Kuwait, 2,7 milhões – e depois o Iraque, atualmente [2013] com 2,5 milhões, e que provavelmente chegará a quatro milhões de barris em 2015” (ESCOBAR, 2016, p. 155). Mesmo com esse mapeamento, a China não se sente tranquila, porque a sua economia sedenta precisa de muito óleo para beber.

Neste leque de produção mundial do petróleo, a Arábia Saudita detém 13% da produção mundial. Em 2009, a boa parte do seu petróleo foi exportada para a China, no cumprimento do acordo de fornecimento de 500 mil barris por dia à China. Ainda no ano 2009, este país asiático previa para 2013 e 2014 importações significativas do petróleo iraquiano. Além da Arábia Saudita, os acordos China-Irã, no ano 2009, apresentaram uma soma de 27 bilhões de dólares, representando um crescimento de 37% e ocupando o lugar de segundo exportador do ouro negro para a China. Tudo ficou mais fluido e intacto devido às sanções impostas ao Irã pelos EUA. Tendo a porta ocidental fechada, a porta da Ásia foi aberta em forma de alternativa. Portanto, embargos estadunidenses ao Irã só fortalecem a China. Mas, as mesmas sanções limitaram a aceitação do Irã como membro pleno da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) (ESCOBAR, 2016).



Segundo Roberto Morais (2019), os Estados Unidos da América são os maiores consumidores de petróleo no mundo, seguidos da China, Índia, Japão, Arábia Saudita, Rússia, Brasil, Coreia do Sul, Canadá, Alemanha, Irã e México como se vê no quadro seguinte. Em 2018, o consumo mundial de petróleo foi de 99,8 milhões de barris por dia. Os dados são da 68ª edição da petrolífera BP publicados no relatório *Statistical Review of World Energy* (2019). Em 2018, a demanda global por petróleo aumentou acima da média, apresentando um crescimento de “1,5%, acima da média de 1.2%” (MORAIS, 2019, p. 1).

Tabela 1: Maiores consumidores mundiais de petróleo 2015-2018

Maiores consumidores mundiais de petróleo 2015-2018 (Em milhões de barris por dia)					
Ranking 2018	País	Consumo 2018	Consumo 2017	Consumo 2016	Consumo 2015
1	<b>EUA</b>	20,5	20,0	19,7	19,5
2	<b>China</b>	13,5	12,8	12,3	12,0
3	<b>Índia</b>	5,2	4,9	4,7	4,2
4	<b>Japão</b>	3,9	4,0	4,0	4,2
5	<b>Arábia Saudita</b>	3,7	3,8	3,9	3,9
6	<b>Rússia</b>	3,2	3,2	3,2	3,1
7	<b>Brasil</b>	3,1	3,1	3,0	3,1
8	<b>Coreia do Sul</b>	2,8	2,8	2,8	2,6
9	<b>Canadá</b>	2,4	2,4	2,4	2,4
10	<b>Alemanha</b>	2,3	2,4	2,4	2,3
11	<b>Irã</b>	1,9	1,8	1,7	1,8
12	<b>México</b>	1,9	1,9	2,0	1,9

Fonte: BP Statistical Review of World Energy WE 2019. Elaboração: PESSANHA, 2019.

Os crescimentos de consumo nos EUA, na China e na Índia provocaram grandes alterações no consumo mundial do petróleo calculadas na ordem de 1.5%. A China e a Índia tiveram uma média de crescimento do consumo de petróleo de pelo menos 5% ao ano na última década”. Quanto ao mercado, registra-se que a “região da Ásia Pacífico tem sido o mercado de petróleo que mais cresceu na última década no mundo: crescimento média anual de 2,7%, depois a África e o Oriente Médio”. Os mesmos dados de BP dão perspectiva que apontam para a China e Índia como futuros maiores consumidores do petróleo tendo em conta a sua densidade populacional. Além da população numerosa, há um movimento de instalação cada vez mais de refinarias na Ásia, com destaque para esses dois países e no Oriente Médio. Percebe-se que esse fluxo continuará a longo prazo (MORAIS, 2019, p. 1).

Apesar do petróleo ter a notoriedade na nova indústria do século XXI, 70% da energia chinesa é produzida a partir do carvão e 90% da sua reserva comprovada está em carvão. Por outro lado, “[...] a maior parte da ‘fábrica do mundo’ funciona à base de carvão”. Contudo, a China desenvolve a biomassa e a energia solar como formas futuras de sustentar a sua energia. A demanda do petróleo nas indústrias chinesas é grande. Imagine “[...] suas fábricas produzindo copiosamente tudo, desde tênis até *laptops*, seu mercado de automóveis vivendo um *boom* como se não houvesse amanhã [só no mês de novembro de 2009], foi produzido 1,34 milhão de veículos [...]”. Essa necessidade exige do país um esforço enorme na procura das reservas estratégicas de petróleo (ESCOBAR, 2016, p. 108-9).

De acordo com Bernardi, a China lidera a importação do petróleo líquido. A Administração de Informações sobre Energia dos Estados Unidos da América (AIE) informou que "a China ultrapassou os Estados Unidos no final de 2013 como o maior importador líquido do mundo de petróleo, em parte devido ao aumento do consumo de petróleo da China". Além disso, "o crescimento do consumo de petróleo da China representou cerca de 43% do crescimento do consumo mundial de petróleo em 2014" (BERNARDI, 2019, p. 77-8).

Além da intenção de aproveitar o mercado virgem africano de petróleo, Pequim encurvou-se para esse continente devido às ameaças dos EUA na linha de transporte do petróleo asiático para a China. Com 80% do seu petróleo atravessando o Estreito de Malaca e 20% passando pelo Estreito de Ormuz, zonas extremamente perigosas para a China, na medida que, as patrulhas dos porta-aviões americanos são incessantes nessas zonas, sendo que a qualquer momento pode ocorrer desastres catastróficos para China, por isso, procurar outras paradas para abastecer o petróleo seria importante e urgente para Pequim (ESCOBAR, 2016). Essa necessidade somou-se à desapropriação das petrolíferas africanas pelas grandes potências, pois, as petrolíferas africanas fazem a produção compartilhada com as petrolíferas estrangeiras (tradicionalistas e emergentes). Portanto, a China foi procurar a alternativa ao estreito de Ormuz e Malaca na África, ao mesmo tempo, aproveitando um vazio existente.

*Figura 8: Estreito de Ormuz e Estreito de Malaca*



*Fonte: internet.*

A estratégia chinesa na África é evitar especulações de preços de petróleo e obstáculos futuros, por isso, ela compra as ações dos acionistas nas empresas petrolíferas africanas, como foi explicado pelo Escobar:

Quando as companhias estatais chinesas compram participação acionária em campos petrolíferos africanos, elas estão protegendo a China de aumentos no preço de óleo, com o bônus adicional de não haver problemas – como aconteceu em 2005, quando a China National Offshore Oil Corp (CNOOC) tentou comprar a Unocal nos Estados Unidos (2016, p. 110).

Essa tática visa gerar bons resultados no Novo Grande Jogo. Porém, enfraquece os países africanos, porque, de certa maneira, perdem a capacidade de controle e definição de preço do “ouro negro”. A China empenha-se em ampliar seus fornecedores a nível do Sul Global. Essa intenção chinesa visa maximizar vantagens e não perder o jogo frente aos Estados Unidos. Na primeira década do séc. XXI, sobretudo em 2010, a prioridade da China era “[...] desenvolver cuidadosamente um conjunto notavelmente diversificado de fornecedores de energia – um fluxo de energia que cobre Rússia, Mar da China Meridional, Ásia Central, Mar da China Oriental, Oriente Médio, África e América do Sul” (ESCOBAR, 2016, p. 156).

Segundo o professor estadunidense de Estudos de Paz e Segurança Mundial da Five Colleges, Michael T. Klare, os Estados Unidos da América enfrentam, desde finais do século XX e início do séc. XXI, problemas de segurança energética, causados pelo crescente consumo interno num contexto em que a produção interna se reduz cada vez mais. O nível das reservas internas demonstra ser incapaz de cobrir as demandas. Estando com a redução da capacidade de abastecimento interno, o país encontra-se numa dependência das fontes externas de petróleo e gás. O cenário tornou-se preocupante para um país que depende, em grande parte, da energia fóssil para a saúde da sua economia e segurança nacional, isto se olharmos para o seu nível e tipo de industrialização e pouco desenvolvimento de energia renovável. Considerando estes dois imperativos – economia e a segurança interna – a dependência desse elemento, energia, ao mercado externo ilustra a vulnerabilidade dos EUA ao exterior (KLARE, 2004).

Em 2001, o Secretário da Energia dos EUA, Spencer Abraham, disse na Conferência Nacional de Energia: “EUA enfrentarão uma grande crise energética durante as duas próximas décadas. O fracasso diante deste desafio ameaçará a prosperidade da nossa nação, comprometerá nossa segurança nacional e literalmente alterará nosso estilo de vida” (KLARE, 2004, p. 202). Essa preocupação vai ao encontro da preocupação do

governo estadunidense em geral que levou à criação de Grupo Nacional de Desenvolvimento das Políticas de Energia (GNDPE) em 2001 pelo presidente Bush e que ficava responsável pela elaboração de Novo Projeto de Energia (NEP), sob a liderança de Dick Cheney, Ex-Secretário de Defesa e Vice-presidente de Bush (KLARE, 2004).

A solução para os EUA foi procurar estratégias viáveis para evitar consequências do prenúncio doloroso da falta de energia. O esforço contínuo do governo através da criação de comissões estratégicas para encontrar saídas por meio de planos energéticos estratégicos não encontrou, em 2001, saídas no entorno doméstico. Apesar das recomendações da diversificação e a inovação energética, o país tinha que desdobrar esforços na política externa para garantir a importação do “ouro negro”, ou seja, petróleo das outras fontes externas. Sendo uma clareza para Washington, a dependência da importação de petróleo e gás, os estrategistas do Pentágono tinham que conhecer e construir o mapa energético mundial. Foi assim que o Golfo Pérsico, o Mar Cáspio, o mar do Sul da China, a África Ocidental e a América Latina foram traçados como potenciais zonas oleosas e fosfóricas que podem abastecer o mercado americano (KLARE, 2004).

Segundo Paulo Jorge Malva de Jesus Rêpas, a corrida à África não está sendo feita pela primeira vez pelas potências no século XXI. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que desde o desencrave do Atlântico Norte e, mais tarde, no século XV, o Atlântico Sul, vislumbraremos intensas e históricas procuras pelo continente negro. O século XIX preencheu a sua segunda metade pelas disputas entre potências europeias ao continente negro, se quisermos, o auge do colonialismo. No século XXI, os desafios do crescimento econômico e o acelerado grau da industrialização, cujas consequências imediatas provocaram o aumento do nível de consumo do petróleo na América, na Ásia e na Europa, abriram uma nova arrancada à África.

Desde finais do século XX, a África vem sendo percebido como novo espaço no qual a teatralidade energética e comercial cresce sem precedência. As duas primeiras décadas do presente século comprovaram que “*estamos a presenciar uma nova corrida a África*” no século XXI (SANTOS, 2009 Apud RÊPAS, 2010, p. 90 [grifo do original]). Além das condições objetivas do mercado africano, caracterizado como mercado de consumo dos produtos industrializados ou manufaturados do ocidente, de um lado, e commodities produzidas no continente e exportadas para grandes centros industriais

(América, Ásia e Europa) de outro lado, a matéria prima da África, com destaque ao petróleo, gás e minérios, desperta a atenção dos gigantes industrializados.

O presidente da Cambridge Energy Research Associates (CERA), Daniel Yergin, estudou a participação do petróleo na esfera econômica e política dos Estados no século XX, concretamente, nos anos 1930, na altura em que o mercado era dominado diretamente pelo Estado. Para tal estudo, a fórmula utilizada pelo Yergin é que o petróleo ocupava 10% na economia, ao passo que, na política, ele participava com 90%. Isto é, as ações petrolíferas estavam presentes na economia nacional numa soma de dez por cento do total. No entanto, a política era dominada pelas ações petrolíferas. Naquela época de 1930, os assuntos do petróleo eram nacionais e internos, envolvendo a segurança nacional. Não obstante, passando um pouco mais de meio século, ou seja, a partir do ano 2000, o petróleo tendo uma utilidade crescente na sociedade devido ao desenvolvimento de setores da comunicação, transporte, indústria etc., passou a ser um assunto planetário e problemático. Em outras palavras, a partir da década 2000 para frente, o assunto do petróleo globalizou-se (SÉBILLE-LOPEZ, 2006)

Nessa mudança de valor de uso, o petróleo é percebido como maior matéria prima que tem o vínculo com a geopolítica. Ele conquistou o estatuto de commodity estratégico que molda os atores do sistema internacional. Foi nesta progressão que Yergin afirmou “[...] que nenhuma outra matéria-prima tem laços tão estreitos com a geopolítica [mais que o petróleo]. Verifica-se isto no Médio Oriente, na Rússia, na China, na América Latina... Em todos os países do mundo” (YERGIN Apud SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 9). As tensões geopolíticas que assombram a bacia do Mar Cáspio, o centro asiático, o Golfo da Guiné, o Golfo do México, o Médio Oriente etc., são todas de âmbito energético.

A internacionalização dos assuntos do petróleo demonstra a importância dessa commodity na sociedade, principalmente no setor da energia. Apesar de momentos conturbados nos anos 1973, com a guerra do Kippur, a conhecida primeira crise de petróleo causada pelos produtores árabes em reivindicação contra políticas americanas no mundo árabe e na busca pelo melhor preço do barril e, mais tarde, a Revolução Islâmica iraniana entre 1979 e 1980, a importância do petróleo não desapareceu, ainda que a diversificação dos setores energéticos despertasse atenção dos países desenvolvidos (SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

O consumo mundial da energia primária por tipos de recursos em 2003, apresentado pela Agência Internacional da Energia (AIE) ilustra que o petróleo ocupava 35%; seguido por carvão 23,3%; o gás natural ocupava 21,1%; combustíveis renováveis (biomassa) era de 11%; energia nuclear era de 6,9%; hidroelétricos eram consumidos na ordem de 2,2% e outras energias, ou seja, energias renováveis ocupavam 0,5% (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 10). Ainda em 2003, havia sinais que indicavam para um aumento de consumo de petróleo nos anos seguintes. O aumento tem a ver com, entre outras, a subida crescente das demandas industriais, o crescimento demográfico, o avanço cada vez mais do processo de globalização, o pouco desenvolvimento da tecnologia da energia renovável.

A globalização foi resultado de grandes transformações políticas e econômicas ocorridas na década de 1970, principalmente uma nova fase ou natureza do desenvolvimento do capitalismo histórico (PAUTASSO, 2013). A globalização, por outro lado, representa a expansão dos projetos e modelos dos Estados centrais para a periferia do sistema internacional. Ela provocou o desmonte de projetos nacionais de desenvolvimento com a ideia de propor outros projetos globais e dinâmicos baseados na economia do mercado e liberalismo político. Projetos esses que se impuseram a partir do fim da Guerra-Fria, nos finais da década 80 do século XX. O contexto da globalização e liberalização do Pós-Guerra Fria foi confrontado também com a internacionalização resultante da formação dos Estados nacionais (PAUTASSO, 2013).

Segundo Anderson Vichinkeski Teixeira, a globalização foi um processo de encurtamento das distâncias territoriais e da aproximação intercultural que enfraqueceu as prerrogativas que se afirmaram historicamente como próprias do Estado-Nação. “Entre tais prerrogativas, a soberania é talvez aquela que dê sinais de ter sofrido os maiores abalos” (TEIXEIRA, 2011, p. 69-70). Os Estados frágeis, principalmente, africanos para darem resposta aos desafios que lhes atravessam – subdesenvolvimento, defesa, segurança etc. – têm que superar as fronteiras nacionais e se internacionalizarem através da capacidade de desenvolvimento de sistemas de integração e interação. Pois, a integração regional é “um instrumento de reforço do poder de barganha internacional” (CERVO & BUENO, 2008, Apud VERÍSSIMO, 2016, p. 196).

Os dados publicados em 2002 pela Energy Information Administration (EIA) demonstram que “[...] o consumo mundial de energia primária deveria duplicar, para

passar além de 9 Gtep<sup>8</sup> em 2001, para 18 Gtep em 2030” (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 10). A energia primária é a energia que se encontra na natureza em estado bruto ou sem transformação. Portanto, uma energia que não sofreu ainda a transformação. As fontes da energia primária são: o vento, o sol, marés, carvão e petróleo. A partir de fontes de energia primária, produz-se demais energias através de processos de transformação (SALDO POSITIVO, 2022).

Sobre os hidrocarbonetos, isto é, o petróleo e o gás, o estudo aponta que a sua predominância no setor energético permanece “[...] e deverá ainda cobrir mais de 60 por cento das necessidades em energia comercial, com 73 por cento para o petróleo e 28 por cento para o gás” (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 10). O acentuado grau de relevância do petróleo que está na sua repercussão geopolítica, segundo este autor, é justificado pelo aumento dos números de intervenientes no seu campo. A estrutura internacional de 1945 contava com 60 Estados, porém em 2005 conta-se com 191. Esta ampliação das unidades do Sistema Internacional tem impactos enormes na demanda pelo petróleo e gás (idem). Tendo esse número de Estados de um lado, e de outro os Estados consumidores, companhias nacionais, companhias independentes e os produtores, a cadeia do setor energético cresceu largamente e afetou a política. Sendo várias vezes visto como fator de guerra pelos países, a energia move e conecta potências entre si, e estas com os Estados em desenvolvimento produtores da energia. É nesta ordem de relação interesse-necessidade-segurança-prosperidade dos Estados e das economias que a África em geral e o Golfo da Guiné em particular são procurados pelas potências tradicionais e emergentes.

#### **4.2. EUA na busca do mercado energético africano**

Estima-se que o continente africano detém cerca de 11% das reservas globais de petróleo. Tradicionalmente, a União Europeia constitui o seu principal parceiro comercial, seguida por EUA que apareceram no novo cenário como segundo parceiro e a China emergente coloca-se na terceira posição, quando se fala do comércio africano. Contudo, ao chegarmos na região subsaariana, entre esses três atores, a China exporta mais que ninguém para essa parada (RÉPAS, 2010). Mesmo assim, os EUA entram no

---

<sup>8</sup> Gtep = giga de tonelada equivalente de petróleo. Gtep (G = giga (10<sup>9</sup>); tep = tonelada equivalente de petróleo. 1 tep corresponde à energia produzida pela combustão de uma tonelada de petróleo.

continente levando as políticas e estratégias combinadas com os interesses de Washington.

A estratégia da China em aumentar a sua influência no continente africano, no início do século XXI, funcionou. Em 2007, Pequim ofereceu-se para a construção, de raiz, da Nova Sede da Conferência da Organização da União Africana (OUA) onde investiu cerca de 200 milhões de dólares. Em 28 de janeiro de 2012, Hu Juntao, presidenteda China na altura, marcou a sua presença no continente negro, concretamente em AddisAbeba, capital da Etiópia, para inaugurar esta sede<sup>9</sup> por ele financiada (OLIVEIRA, 2012). Com essa proposta da China, a outra proposta que tinha sido feita pelo presidenteda Líbia, Mohamed Omar Gaddafi, quando ocupava a cadeira de presidência da União Africana, foi abandonada pelos líderes africanos. Gaddafi propunha construir, na sua terranatal, Sirte, uma nova sede para a União Africana. No entanto, o primeiro-ministro da Etiópia na época, Melezes Zinawi, dissera que terá sido ele que solicitou o apoio chinês para aquele projeto, cedendo as taxas alfandegárias ao país asiático, para este importar tudo que tem a ver com a construção sem precisar pagar nada relativo às tarifas aduaneiras (FERRO, 2012).

A China abriu as suas escolas para os jovens africanos desde 1956, tendo já beneficiado “18 mil estudantes de 50 países africanos” com bolsa de estudo (RÊPAS, 2010, p. 96). A relação da China com a África antecedeu as independências africanas que iniciaram na década 50 do século passado. Porque desde 1949 a China cooperava com a África, sendo a sua presença na defesa da libertação do continente do jugo colonial sentida no âmbito diplomático, apoiando os nacionalistas africanos em vários domínios: material, formação militar, fornecimento das armas, assistência médica entre outras (BERNARDI, 2019).

Todavia, na década 1990, as relações da China e África cresciam na ordem de 7% anual. Nessa época, a economia de Pequim começou a ser sentida a nível mundial, expandindo de forma acelerada. Por outro lado, o acesso aos recursos naturais passou a ser prioridade. Diante desta situação, a África tornou-se para China um parceiro comercial

---

<sup>9</sup> “O complexo dispõe de um anfiteatro com 2 mil e 500 lugares e de uma pista de aterragem de helicópteros para receber os dirigentes estrangeiros provenientes diretamente do aeroporto e eliminando as longas caravanas automóveis que causavam grandes engarrafamentos em Adis Abeba. O edifício vai também albergar 700 dos mil e 300 funcionários da União Africana. Os restantes 600 ficarão nas antigas instalações.” (FERRO, 2012, s/p). Disponível em : <https://www.voaportugues.com/a/article-01-16-12-au-headquarters-137423408/1262018.html>. Aceso em 25 de jun. 2021.

com o qual pode suprir, em parte, suas demandas. Entre outras regiões em que a prospecção de petróleo foi feita pelas grandes empresas chinesas, por exemplo, Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), Corporação Nacional de Petróleo Offshore da China (CNOOC) e Companhia Petrolífera da China (SINOPEC), o continente africano foi o espaço em que tiveram maior prosperidade, com destaque para Sudão, Angola, Argélia, Nigéria etc. (KYNGE, 2006).

O fluxo de penetração da China na África, intensificado na década 1990, não se desestimulou durante os últimos vinte anos. Apesar das críticas que se fazem sobre as obras chinesas, vistas como inseguras e sem garantia, as construtoras chinesas executaram várias obras e o governo de Pequim financiou vários projetos de desenvolvimento na África, com destaque para os setores da infraestrutura e energia. O seu ambicioso projeto *Um cinturão: uma rota*, também conhecido como *Cinturão Azul* que objetiva conectar o mundo pelas rodovias: ligando a China com África, América e Europa, incluindo a ligação interna da Ásia no seu todo com a China pelas rodovias e ferrovias promete redimensionar a presença de Pequim no mundo com vistas a redefinição da Nova Ordem Mundial, sob domínio comercial e energético da China, deslocando o centro do comércio internacional do Ocidente para Eurásia. Assim, o petrodólar será substituído pelo petroyuan (BERNARDI, 2019).

Porém, três anos depois da construção da sede da União Africana, parece que os africanos não comercializavam mais com ninguém que não fosse a China. Segundo Ferro (2012): “a nova sede da União Africana simboliza assim a crescente influência chinesa no continente”. A primeira década deste século é “a década de Pequim na África” em termos de trocas comerciais e de exportação. “Em 2010, a China ultrapassou os Estados Unidos como o principal parceiro comercial da África”. As informações avançadas pelo governo de Pequim anunciam que naquele ano as trocas comerciais com a África cresceram para “114 mil milhões de dólares. Dez anos antes, esse número ficava-se pelos 10 mil milhões. De acordo com as últimas estatísticas, cerca de 70% das exportações petrolíferas africanas vão para a China” (FERRO, 2012, s/p).

Todavia, não são invisíveis os interesses dos atores hegemônicos na África. Todos eles são movidos pelas demandas dos seus mercados internos, das suas políticas objetivadas no controle do sistema global ou preservação da posição no sistema. Os EUA reconfiguraram as suas posições e interesses no início do século XXI, tendo o

acontecimento de 11 de setembro de 2001 como um fenômeno acelerador das dinâmicas que vinham sendo elaboradas e executadas, paulatinamente, pelos sucessivos governos norte-americanos (GÓES E SILVA, 2017).

A reabertura dos EUA para a África, neste novo século, que alguns teóricos denominam “século chinês”, devido ao acelerado nível de industrialização, crescimento econômico, desenvolvimento e alargamento ao globo deste país asiático, é bastante identificada pelo fator energético, tendo o petróleo no centro da agenda.

Uma vez localizados centros produtores do petróleo e gás importantes para Washington, resta encontrar como estes produtores podem ser estimulados, porém obrigados a incrementarem as suas produções e exportá-las para a América. A solução foi desenvolver uma diplomacia forte, porém coercitiva para criar e/ou reforçar a cooperação bilateral e multilateral com os países produtores de petróleo e gás no plano da segurança energética. A diplomacia foi acompanhada por um plano militar estratégico que assegurava os interesses norte-americanos. Sabendo que quase todos os países e regiões identificados pelo Washington como importantes para o sucesso do seu plano energético estão com problemas internos que envolvem conflitos de uma ou outra natureza: étnica, grupos separatistas, corrupção aguda, regimes autoritários, radicais islâmicos, grupos armados etc. Essa configuração dificulta o sucesso da diplomacia estadunidense. Portanto, tinha de haver outro plano que abria o caminho seguro no meio das dificuldades que circundam os territórios petrolíferos (KLARE, 2006).

Assim, o plano nacional energético de Washington estruturou-se em dois eixos principais – eixo energético e o eixo de segurança. Em consequência desses eixos, tem-se uma política externa norte-americana dos finais da década 1980 e segunda década do século XXI movida pela guerra. Foi criado pelos EUA o primeiro *Centro do Comando Unificado do Exército Americano para o Continente Africano* (AFRICOM), em 2007, para seguir a sua política energética (RÊPAS, 2010; PAMBAZUKA NEWS, 2013). Retomaremos esse assunto à frente.

No Médio Oriente, na América Latina e no Mar Cáspio a estratégia não é diferente, porque em nome do petróleo,

Os EUA declararam pela primeira vez seu propósito de empregar a força para proteger o petróleo do Golfo Pérsico em 1980, mediante a Doutrina Carter, e aplicou este princípio pela primeira vez em 1987, com o “re-embandeiramento” dos tanques petrolíferos do Kuwait (equipando-os com bandeiras estadunidenses com a finalidade de permitir sua defesa por parte das

forças navais deste país). A guerra do Golfo Pérsico de 1990-1 foi outra aplicação deste princípio e o mesmo aconteceu com a invasão estadunidense ao Iraque em 2003. Assistimos agora a extensão a outras áreas do mundo das quais os EUA se tornaram dependentes para abastecerem-se de petróleo, inclusive do Mar Cáspio e da Colômbia. Se a experiência estadunidense no Golfo fornecer alguma chave, esta estará no envio e no uso das forças militares norte-americanas nestas áreas” (KLARE, 2006, p. 219).

O que aconteceu com a Líbia de Gaddafi, em 2011, é a continuidade da história. Para os EUA, o componente militar é necessário para seguintes objetivos: 1º, porque os centros energéticos estão acirrados de conflitos internos e os EUA precisam abrir caminhos seguros para a transferência energética; 2º, porque os regimes autoritários precisam ser derrotados para facilitar o acesso à energia; 3º, porque os aliados ou países amigos de Washington precisam ser protegidos para que o processo de fornecimento de energia não seja ininterrupto; 4º, porque as zonas petrolíferas precisam ser controladas pelos EUA como forma de garantir a segurança de investimentos norte-americanos; 5º, porque as multinacionais americanas precisam da segurança; 6º, porque as potências emergentes precisam ser impedidas de terem influência e privilégios na África. Este pensamento guia e sustenta a estratégia dos EUA na luta pelo petróleo na África.

Esse cenário conheceu o seu ponto acentuado na presidência de George Walker Bush, apesar do seu início remonta ao governo Clinton. Portanto, Washington lançou um plano energético nacional de longo prazo para dar resposta ao declínio energético doméstico percebido desde a década 1980 do século XX e que prevê um afunilamento cada vez maior. Até 2020, o nível de consumo e déficit energético dos Estados Unidos era previsto no quadro apresentado por Ex-Secretário de Defesa e Vice-Presidente de Jorge W. Bush, Dick Cheney, no âmbito do relatório que foi transformado em NEP<sup>10</sup>. Nesse, “[...] a produção do petróleo estadunidense declinou de 8,5 milhões de barris por dia (mbd) em 2002 a 7 mbd,<sup>11</sup> em 2020, enquanto o consumo saltará de 19,5 mbd para 25,5 mbd, o que significa que as importações totais deverão subir de 11 mbd a 18,5 mbd” (KLARE, 2006, p. 205). Essa situação é catastrófica para os EUA, por isso, é urgente adotar estratégias que visam colmatar a situação o quanto antes. Pois,

A questão do petróleo vai colocar Washington em competição cada vez mais directa com Pequim, uma vez que a China está a aumentar a sua presença no sector petrolífero, em vários países africanos. O Sudão é apenas um exemplo. A construção, que agora [2010] se inicia, de uma refinaria gigantesca em N'Djamena, sob a inteira responsabilidade de Pequim, é outro caso (RÉPAS, 2010, p. 94).

<sup>10</sup> Plano Energético Nacional.

<sup>11</sup> Milhões de barris por dia.

[...]

Nos Estados Unidos, o acesso da China ao petróleo africano criou uma verdadeira psicose. **Em 2005 e 2006, são inúmeros os relatórios confidenciais, as comissões do Senado e os memorandos dos think tanks conservadores ou liberais que evocaram um estrangulamento do aprovisionamento petrolífero dos Estados Unidos e a perspectiva de uma guerra dos recursos em África**, a qual poderia degenerar numa colisão frontal entre as duas potências ou precipitar a data de um conflito aberto, já considerado como inevitável no horizonte de 2020-2030 (RÊPAS, 2010, p. 94-95 [destaque nosso]).

É dessa forma que a disputa pelos recursos energéticos e não só é travada na África. Os EUA tentam impedir a presença significativa de atores emergentes no setor petrolífero como forma de garantir o provimento externo da sua energia. Mas isso causa fricções com potências emergentes e líderes africanos.

A reação dos líderes africanos contra as políticas norte-americanas relativas ao AFRICOM fizera sentir as angústias desses contra a geopolítica de Bush no 50<sup>a</sup> aniversário da África, na sede da União Africana, na Etiópia, quando juntos reivindicaram o direito ao controle dos seus territórios, recursos e autonomia na gestão dos seus recursos. Os líderes africanos acusam os Estados Unidos de ingerência nos conflitos do continente e apontaram o dedo à brigada da Marinha dos EUA, localizada na Alemanha, ou seja, a “Marinha Forças África (MARFORAF), que coordenou ataques e manobras militares em todo o continente Africano [...]” de ser uma geopolítica estadunidense de querer apropriar-se dos recursos da África. No entanto, para o governo norte-americano a sua projeção militar compromete-se a dar segurança aos EUA e aos africanos, incluindo suas soberanias.

Em linha com sua política agressiva e expansionista para África, AFRICOM, lançado pelo presidente George W. Bush, afirma estar a proteger a segurança nacional dos Estados Unidos, aumentando a capacidade dos países africanos para se defender contra as ameaças transnacionais” (PAMBAZUKA NEWS, 2013, s/p).

Dessa forma, os africanos foram levados a crer que o AFRICOM é uma das mais promissoras contribuições que podem desfrutar entre as escassas que existem. Os africanos suspeitam-se dos EUA e vêm o AFRICOM com certa relutância. A “[...] estratégia do AFRICOM inclui doutrinação, gestão de dissidência e gradualmente espalhando sua influência por todo o continente, explorando as tensões onde quer que existam”. O Hard Power desse comando não se distancia de outros comandos veiculados pelos Estados Unidos e que já estão bem consolidados no globo. “Ao manter a par de outras iniciativas da OTAN, bem como as intervenções unilaterais tomadas por alguns de seus países membros como a França, o AFRICOM continua a servir os interesses

exclusivos dos países dominantes e suas elites compradoras locais” (PAMBAZUKA NEWS, 2013).

O AFRICOM tem bases distribuídas em toda região subsaariana. Em 2019, apresentou localidades em que as suas bases duradouras e não duradouras estão localizadas. Essas bases foram situadas em pontos estratégicos da região. Foram cercando o território energético da África, principalmente o Golfo da Guiné (GG). Veja a lista no quadro seguinte:



Desde a criação desse comando, em 2007, até 2013 o governo americano não encontrou um único país africano que se ofereceu a acolher essa brigada. Pois, os africanos acreditam que alojar uma base americana dessa no continente seria garantir acesso à matéria prima e a espaços de suma importância estratégica aos EUA para um tempo de afinidade imaginável. Não obstante, a recusa da base do AFRICOM não elimina a presença militar dos EUA na África. Passando pouco tempo, devido aos interesses obscuros das elites africanas, o alojamento do AFRICOM tornou-se uma disputa entre países (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021).

Essa potência mundial (EUA) tem a maior base naval estrangeira em todo o continente. A sua única base permanente e incomparável no continente está localizada no Djibuti. Além desse país, os EUA instalaram bases móveis ou provisórias em 15 países africanos, nos quais 13 na região subsaariana e dois na região de Magreb. Segundo Abel

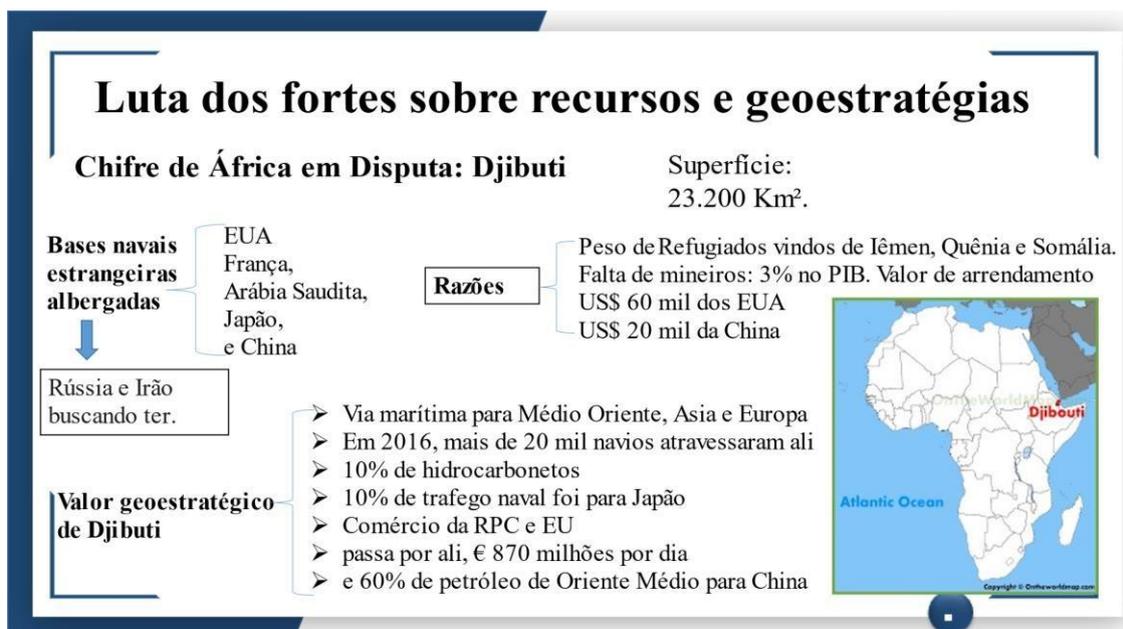
Coelho de Moraes, os EUA têm “[...] bases no Burkina Faso, Quênia, Níger, Chade, Somália, Seychelles, Sudão do Sul, Camarões e na República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Uganda” (MORAIS, 2017, p. 1).

Figura 9: Golfo de Áden e localização de Djibuti no mapa da África



Fonte: internet.

O mesmo país africano situado no chifre da África, na zona oriental da África, Djibuti, concentra a base naval da França, Arábia Saudita, Japão, e China, com a Rússia procurando instalar-se ali, enquanto o Irão fracassou nas negociações para estatuar a sua base naval no mesmo país disputado pelas potências mundiais. A base naval chinesa em Djibuti, conhecida como Base de Apoio ao Exército de Libertação Popular da China foi instituída em 2017, e é uma ramificação da Marinha do Exército de Libertação Popular da China (MELP).



A razão da sobrecarga militar das potências nesse ponto da África explica-se pela localização geográfica estratégica desse país em relação aos canais de circulação do crude africano e do Médio Oriente para os maiores centros de consumo: América, Ásia e Europa. O tripé formado pelo estreito de Babelmândebe, onde situa o Djibuti, intercomunica a África e a Ásia através do Golfo de Áden e ao mesmo tempo interliga o Mar Vermelho e o Oceano Índico.

Nesse tripé, cujo epicentro é o Golfo de Áden, passa uma soma espantosa de exportações e importações asiáticas, europeias e americanas. “Em 2016, mais de vinte mil navios passaram ao largo do Djibuti, assim como 10% do total dos hidrocarbonetos, sendo que 10% do tráfego naval tem o Japão como destino”. No demais “[...] a maior parte do comércio da RPC com a União Europeia, estimado em 870 milhões de euros pordia no ano transato [2016], transita pelo golfo de Áden e mar Vermelho, além de mais de 60% do petróleo do Médio Oriente para a RPC” (MORAIS, 2017, p. 2).

Para assegurar o capital investido nessas exportações e importações, as potências encontraram soluções baseadas em políticas militares. Assim, decoraram o Djibuti de munições que não têm o dia de se explodirem. Porém, questiona-se por que este pequeno país de 23.200 Km<sup>2</sup>, aceita alojar os mísseis que se explodirem o país desaparecerá no mapa? As razões são óbvias: o país é sobrecarregado pelos refugiados vindos dos países vizinhos que são abalados pelas instabilidades: Iêmen, Quênia e Somália. Além disso, carece de minerais, sendo que em 2016, o setor mineral participou apenas com 3% no PIB. Assim, o turismo é um dos setores econômicos mais importantes. Nesta situação, o arrendamento das parcelas do seu território para as potências instalarem as suas bases constitui uma das saídas encontradas pelo governo para sustentar a economia nacional. Estima-se que os EUA pagam ao governo africano mais de 60 mil dólares por ano para a manutenção da permanência da sua base, ao passo que a China entrega ao governo djibutiano mais de 20 mil dólares por ano para o mesmo efeito (MORAIS, 2017).

#### **4.3. O crude e o mercado africano na projeção dos EUA**

O petróleo inquietou as autoridades americanas. Em 2007, no meio da projeção acelerada da China na África, as autoridades americanas manifestaram as suas preocupações com o petróleo africano. As previsões pareciam estar ameaçadas, porque o

“dragão vermelho” bebia muitos barris de petróleo das reservas desse continente, principalmente do Golfo da Guiné. Pois, em 2005, Angola tornou-se o maior fornecedor de petróleo à China no mundo, ultrapassando a Arábia Saudita que ocupava essa estatística. Sob essa pressão, os estrategistas de Washington ficaram incomodados com o dragão asiático até que foi necessária uma mensagem de tranquilização.

A investigadora da *Brookings Institution*, Erica Downs, sentiu a necessidade de baixar a temperatura dos seus conterrâneos americanos ao informar que “*as companhias chinesas não estão em vias de ganhar a corrida ao petróleo africano*” (MICHEL, 2009, Apud RÊPAS, 2010, p. 95 [grifo do original]). Essa investigadora informa que a China apenas toma, por si, jazidas marginais de Gabão e da Nigéria, assim como outras jazidas instáveis que companhias americanas e europeias não se interessam. Porém, a mesma pesquisadora excepciona o Sudão, onde a China tem bastante controle das jazidas. Para Erica Downs, Pequim comprava seu petróleo importado da África a preço de mercado. É nessa condição que a China gastou nove mil milhões na compra de petróleo de Angola em 2006, valor que equivale a 15% da importação de petróleo da China no mundo. Com esses dados, Angola superou a Arábia Saudita e o Irão no abastecimento de crude a Pequim (RÊPAS, 2010; BENY, 2017).

A geopolítica do petróleo no continente africano está inserida no *novo grande jogo* cujo fim justifica-se pelos meios, ao passo que o petróleo serve de bússola. Até 2007, a China controlava 70% das exportações do petróleo africano, tendo deixado escapar do seu controle apenas 30%. Os Estados Unidos, nesse mesmo ano, detinham 85% da exportação, perdendo apenas 15% do crude desse continente. Esses dados expostos por Erica Downs reforçaram a tranquilidade em Washington quanto à presença da China na África (RÊPAS, 2010, p. 95).

Perante a disputa de recursos, a estratégia norte-americana de pressionar, através de redução da ajuda militar, os países africanos em assinar acordos para libertar os seus soldados da jurisdição do Tribunal Penal Internacional de Haia, facilitou a penetração da China no continente. À medida que os Estados Unidos criam distanciamento ou pressionam, a China avança no terreno com projetos estruturais, principalmente, nos setores de infraestrutura, energia e comércio (ABBOTT, 2007).

No entanto, a pressão é feita de forma diferenciada. Com os grandes produtores do petróleo no Golfo da Guiné em que os interesses dos EUA estão vivos, o

comportamento desse gigante é cauteloso. Os assuntos a ele sensíveis: democracia, liberdade de expressão, direitos humanos etc. são tratados de forma pacífica, sendo até despercebidos pelas autoridades de Washington. O petróleo funcionou como elemento modelador da política externa dos EUA (OLIVEIRA, 2012).

Na condição de boa condução do processo de exploração dos mineiros, o ambiente interno pode ser o primeiro a alcançar-se de satisfação, vindo uma mudança de condição de vida dos cidadãos, mas esta unidade do Sistema Internacional pode causar mudança da sua capacidade relativa na configuração do poder no cenário internacional. Se admitirmos que o processo de descoberta e exploração dos hidrocarbonetos desencadeado na África subsaariana teve e ainda tem repercussões internacionais na medida em que as grandes potências buscam diversificar as suas fontes de aquisição e ampliar os seus mercados para o alcance da segurança energética, devemos reconhecer que o processo dos recursos energéticos atravessa dimensão nacional e internacional. Portanto, a sua interação nas relações internacionais faz-se sentir. Por isso, pode ter impacto no cenário internacional (ZECA et al., 2016).

O controle dos hidrocarbonetos passou a envolver intervenções geoestratégicas e geopolíticas dos gigantes do planeta. Daí que os produtores que souberam manejar a objetividade, utilidade e pragmatismo na exploração podem maximizar as suas posições estratégicas no Sistema Internacional, porque, com certeza, farão parte das agendas dos preponderantes no Sistema, isto é, atores cujas capacidades relativas no sistema são dominantes (ZECA et al., 2016). A experiência da Nigéria é um exemplo disso. As decisões dos EUA sobre esse grande produtor de petróleo no Golfo da Guiné, na última década do século passado, foram contenciosas em assuntos sensíveis, tendo em conta os interesses energéticos estadunidenses (OLIVEIRA, 2012).

Em 1973, em decorrência do auge do petróleo nigeriano, os EUA adentraram-se na região para aprofundar suas relações econômicas com Lagos. As relações dos EUA com a Nigéria são mais sentidas nos setores de segurança, comércio e energia. Esse país africano renovou a sua Força Armada tendo o petróleo como o pivô da sua política externa. Sendo um produto estratégico, ressignificou a posição do país no cenário internacional. No âmbito energético, os EUA, nos finais da década de 1970 passaram a ser os maiores compradores do petróleo da Nigéria. Nessa época, a nacionalização desse setor estava a se consolidar, pois a empresa *British Petroleum* foi nacionalizada em 1979.

A resistência da Nigéria perante as intenções americanas nos anos sessenta foi sentida, por exemplo, a independência do Zimbábue era defendida pela Nigéria, enquanto os EUA colocaram-se contra essa posição. Porém, ao chegar à década oitenta, o país africano perdeu a resistência devido à decadência econômica advinda das crises do preço do petróleo (MIKELL, 2008 Apud OLIVEIRA, 2012).

A partir da Segunda República da Nigéria, na década de oitenta, principalmente a partir de 1985, os investimentos dos EUA na Nigéria cresceram, no entanto, ainda estão superados pela metrópole (Inglaterra) e pelos países europeus. No final da Segunda República nigeriana, os investimentos estadunidenses representavam “menos de 40% do investimento realizado pelos países europeus, e menos de 10% do investimento realizado pelo Reino Unido” (MIKELL, 2008 Apud OLIVEIRA, 2012, p. 87). Com efeito, as políticas do apartheid na África do Sul dificultaram as relações políticas entre a Nigéria e os EUA na década de 1980. Devido à posição clara da Nigéria contra o apartheid, sua relação política com os EUA, nesse período, restringiu-se porque o gigante americano não partilhava a mesma posição com o emergente africano sobre apartheid sul-africano.

Na década de 1990, durante a Terceira República da Nigéria, a Guerra Fria já tinha acabado, a política externa dos EUA tomou outras direções. A prioridade securitária dos anos sessenta e oitenta foi substituído pela assistência ao desenvolvimento. No caso da Nigéria, houve um afrouxamento dos investimentos estadunidenses e a situação se agravou na era do presidente Sani Abacha. Os comportamentos menos democráticos de Abacha em censurar os movimentos pró-democracia e instalar o autoritarismo, esteve na justificativa dos EUA afastarem-se do governo central e direcionarem os seus investimentos a causa dos movimentos pró-democratas (OLIVEIRA, 2012).

No entanto, no mesmo período que a retirada dos EUA na negociação ou parceria com o governo foi justificado pelo autoritarismo e violação dos direitos humanos, os ativistas nigerianos foram assassinados na Nigéria sem que Washington tomasse uma decisão severa contra as autoridades nigerianas como vinha fazendo. A tragédia ocorrida com os ativistas da etnia Ogoni da Nigéria, na década de 1990, ou seja, o assassinato de sete ativistas do movimento de libertação do povo Ogoni que reivindicavam a redistribuição da renda do petróleo no Sul do país; a melhoria de condição de vida e bem-estar social; o investimento do dinheiro do petróleo nas comunidades em que o crude era extraído para minimizar o sofrimento da população com a ação extrativa; a redução de

impactos de poluição e degradação do solo causada pelas indústrias petrolíferas ... não arrancou nenhuma sentença americana contra o governo nigeriano ou contra o presidente Sani Abacha. Antes, pelo contrário, “[...] o próprio secretário de Estado estadunidense fez questão de garantir às companhias do país que atuavam na Nigéria que nenhum embargo ao petróleo nigeriano seria imposto” (ADEBAJO, 2008, Apud OLIVEIRA, 2012, p. 87).

De acordo com o Departamento de Estatística dos Estados Unidos, a Líbia era a oitava maior reserva de petróleo no mundo, conservando 41,5% das reservas mundiais (RÊPAS, 2010). Mas por ter uma relação mais crítica com os EUA, o seu ex-presidente, Gaddafi, não teve a simpatia do governo americano. Apesar de todas as justificativas feitas sobre o caso do ataque à Líbia, o petróleo não deixava de constituir o pano de fundo, pois a política energética americana lançada por Jorge W. Bush no início do séc. XXI apontou, entre outros espaços energéticos, a África como centro que os EUA devem privilegiar para atender as demandas energéticas de Washington a longo prazo.

O petróleo não deixará de ser um dos motivos obscuros, quando sabemos que, em 2001 e 2006, nos EUA, houve uma preocupação enorme – expressa nos relatórios confidenciais das instituições americanas e nas vozes das figuras proeminentes desse país – sobre a perda dos espaços de aprovisionamento do petróleo na África devido à entrada acelerada da China neste continente; ao sabermos que o petróleo africano é um dos motivos de remanejamento do comando AFRICOM, não deixaremos de perceber o epicentro desse líquido nos problemas da Líbia. Aliás, o Plano Nacional Energético de Cheney e Bush, descrito por Klare (2006) deixou nítido a intenção das autoridades americanas sobre o seu programa energético e a forma como esse programa deve e vai ser executado: a fórmula é simples: combinar a diplomacia, a economia, a política e os mísseis nos centros energéticos do Médio Oriente, da América Latina e da África. Nesta última região, o Golfo da Guiné é o mais disputado, visto que a China e Índia colocaram também os seus olhos nele, ampliando e consolidando a cooperação com países produtores.

## **5. CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA DO GG E SUA DEFINIÇÃO**

O Golfo da Guiné é uma reentrância do oceano Atlântico na costa ocidental africana que banha os países que se situam ao seu redor. Geograficamente, ele se estende do Norte do Senegal ao Norte de Angola. Em termos geográficos, “[...] o golfo da Guiné

é uma concavidade na costa ocidental de África, entre a fronteira da costa marfinense e liberiana à norte, e a fronteira entre a Namíbia e o Sul de Angola” (GOULART Apud PEGADO, 2014, p. 182). A constituição da sua condição geopolítica é marcada pela intenção política que os atores políticos da região demonstram na procura de um desenvolvimento sustentável e não só, mas também na busca pela paz e segurança regional (VERÍSSIMO, 2016).

Segundo o dicionário Infopédia, o Golfo da Guiné é o mais amplo de todos os que existem no continente africano. Nele desembocam alguns rios importantes do continente: Volta, Ogooué e Níger. “O esporão formado pelo extenso Delta do Níger dá origem a dois golfos menores: o do Benim e o do Biafra<sup>12</sup>”. O mesmo dicionário considera que o “Golfo da Guiné é percorrido no sentido oeste-este por uma corrente de água quente (corrente da Guiné)”. Além disso, na região do Golfo da Guiné, existem várias ilhas originárias dos fenômenos vulcânicos posicionadas, de acordo com a plataforma tectónica do Golfo, no sentido nordeste-sudeste. Essas ilhas são vistas, “[...] como prolongamento dos Vulcões dos Camarões: as principais são as de Fernão Pó, Ano Bom e São Tomé e Príncipe” (idem).

Segundo esse dicionário, a dimensão da costa do Golfo da Guiné olhada de ocidente para o oriente integra a Libéria, Costa de Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e São João Baptista de Ajuda, pequena possessão portuguesa de então. Para o Capitão de Mar e Guerra, o brasileiro Jackson Sales da Silva, o Golfo da Guiné está

“localizado no continente africano, estende-se de Senegal até Angola, compreendendo a porção marítima dos seguintes países: Gâmbia, Guiné Equatorial, Guiné, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria, Camarões, Nigéria, Benin, Togo, Gana, Gabão e Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe e Congo” (SILVA, 2015, p. 46).

As observações de Gilberto da Piedade Veríssimo – uma figura importante na política angolana e na região do Golfo da Guiné; exerceu altas funções nas Forças Armadas e no Executivo de Angola, sem esquecer da sua passagem pelo Secretariado Executivo Adjunto para Assuntos Políticos da Comissão do Golfo da Guiné –, atravessaram essa tendência geográfica. No seu estudo da geopolítica do Golfo da Guiné, distinguiu o mapa geográfico do Golfo da Guiné (GG) do mapa desenhado pelo Tratado

---

<sup>12</sup> Dicionário Infopédia. **Golfo da Guiné**. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$golfo-da-guine](https://www.infopedia.pt/$golfo-da-guine). Acesso em 5 de janeiro de 2021.

da Comissão do Golfo da Guiné, em 2001. No entanto, descreveu a mesma área descrita por Silva, mas com certas contenções na determinação, admitindo a variedade e pluralidade de teorias ou conceitos sobre essa área.

De acordo com Gilberto Piedade Veríssimo, a extensão geográfica do Golfo da Guiné não corresponde ao mapa geopolítico que o Tratado da Comissão do Golfo da Guiné abrange. Segundo ele, ao adentrar nessa região, depara-se com a existência de várias definições, porém há duas correntes teóricas mais divulgadas: “a corrente quente do Golfo e a [corrente] que utiliza como referência à posse de recursos energéticos (petróleo e gás)”. A corrente quente “[...] define o Golfo da Guiné como a parte da costa ocidental da África limitada a Norte pelo rio Senegal (Norte do Senegal) e a Sul pelo rio Zaire/Congo (Norte de Angola)”. Ao passo que, a segunda teoria, aquela que parte da perspectiva de recursos energéticos, “situa o Golfo da Guiné na parte da costa ocidental da África que vai desde a República Federativa da Nigéria até a República de Angola. Esta é a região africana da costa atlântica em que se encontram os principais blocos petrolíferos conhecidos” (VERÍSSIMO, 2016, p. 187-8).

*Figura 10: Mapa do continente americano na altura do Brasil e costa da África*



Para o portal BioMania (2020, p. 1), as características geológicas e morfológicas da região do Golfo da Guiné são muito idênticas às características da costa sul-americana, na altura do Brasil.

Essa aproximação geográfica comprova a teoria da deriva continental que afirma que, nos tempos remotos, o continente africano (costa ocidental da África) teria sido ligado ao continente americano (território brasileiro). Para esse portal, o Golfo da Guiné “é a parte do oceano Atlântico que banha a costa africana entre Port Gentil, perto da Linha do Equador, no Gabão, e o cabo Palmas, no sul da Libéria. Nele desembocam muitos rios,

entre eles o [rio] Níger, cuja foz forma um enorme delta, e o [...] Volta” (idem). No Golfo da Guiné, a “única região vulcânica ativa é o arco insular alinhado com o monte Camarão (4.070 m), e que se compõe de Bioko (ex-Fernando Pó), Príncipe, São Tomé e Pagalu (Annobón)” (BIOMANIA, 2020, p. 1).

*Figura 11: Porções vulcânicas do Golfo da Guiné*



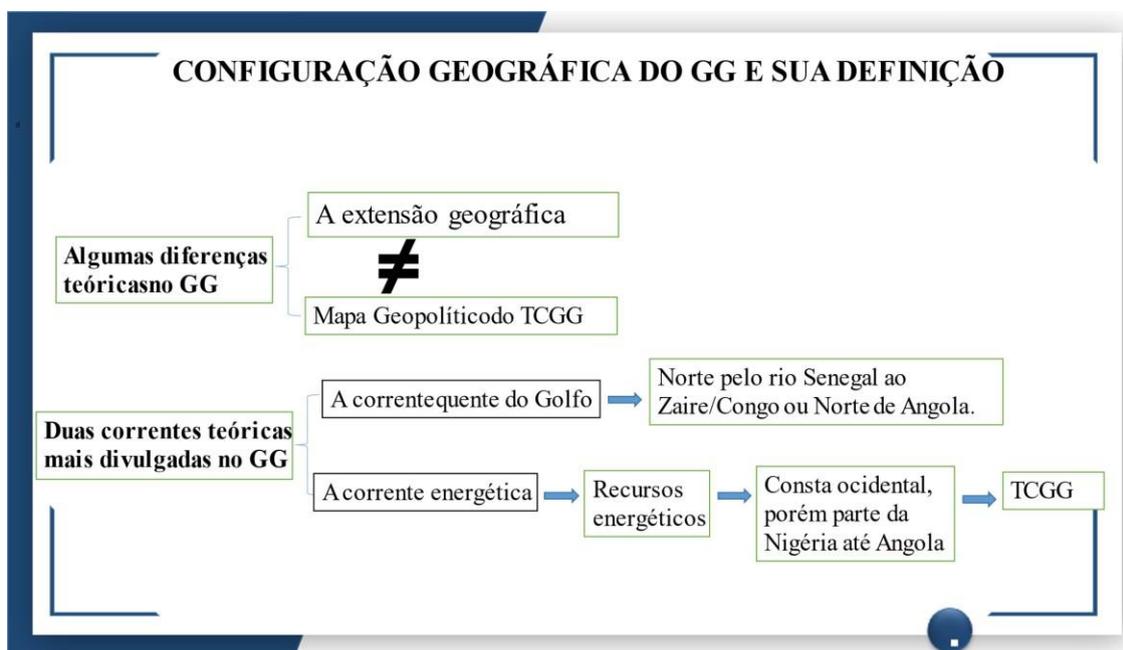
Fonte: internet.

Essa região africana eleva-se na nova geopolítica. Para Rita Suriana Amaro Gaspar, o “Golfo da Guiné é uma ‘grande reentrância na costa ocidental de África’, está situado no ‘Atlântico Sueste’, é uma entidade regional em curso de reclassificação geoeconômica devido à sua confirmação como ‘zona útil’ na subdivisão geopolítica do século XXI” (GASPAR (2017, p. 237). O Golfo da Guiné é uma região integrada na nova vigência do dourado fronteiro triangular do petróleo no século XXI, na qual faz parte o Golfo do México, e a bacia petrolífera brasileira (SILVA, 2015). Num estudo geopolítico, o Golfo da Guiné pode ser entendido como um espaço em que as tendências políticas, disputas e conflitos entre diferentes atores se desenrolam (VERÍSSIMO, 2016).

A configuração física do Golfo da Guiné é caracterizada como irregular. O seu relevo complicado e clima tropical combinados com terrenos pantanosos sem portos naturais não favoreceram a navegação dos europeus na era das viagens aventureiras que culminaram com a colonização da África. Nos séculos XVII e XVIII, as costas do Golfo da Guiné foram umas das regiões mais procuradas pelos escravocratas europeus e, mais tarde, americanos. As mesmas condições geográficas que outrora obstaculizavam a navegação europeia, dificultavam o desenvolvimento da pesca e a navegação dos africanos naquela altura. O seu papel, na era do comércio negreiro, foi preponderante na dominação de costa pelos europeus e aprisionamento e transporte de pessoas escravizadas ao litoral da Nigéria, Benim, Togo e não só. “A costa do Golfo da Guiné, do Senegal até

a baía de Biafra, é banhada pela corrente quente da Guiné, que flui pelo Atlântico a uma distância de 400 a 480 Km, desde o Senegal até a baía de Biafra”. No demais, essa “corrente se limita ao norte pela corrente fria das ilhas Canárias, que chega até as proximidades do rio Senegal, e ao sul, pela corrente de Benguela, também fria, cujo limite está na região do Congo” (BIOMANIA, 2010, s/p.).

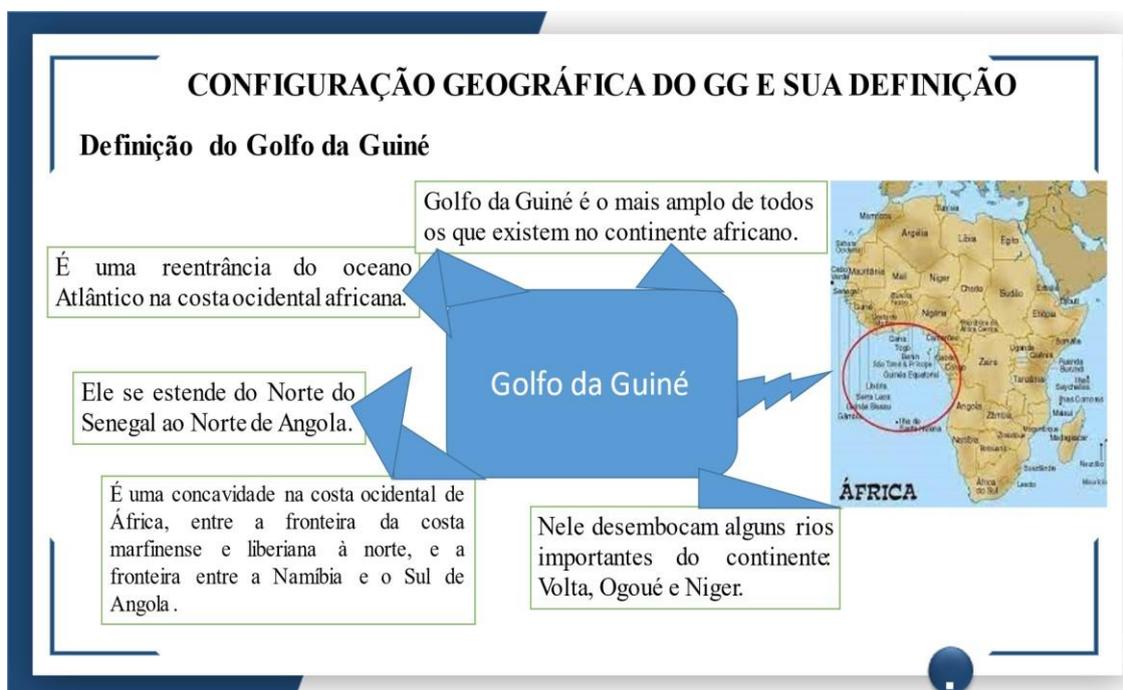
Segundo Aida Maria Silvério Pinto Pegado (2014), as definições do Golfo da Guiné são estruturadas em três dimensões. A primeira, toma como referência as questões histórico-políticas, ou seja, as relações históricas entre países localizados neste Golfo. A segunda dimensão, parte da posse dos recursos energéticos. Assim, tem como referência os países do Golfo que produzem e exportam petróleo, que a crise petrolífera da década 1973, causada pelos produtores árabes, acentuou a sua relevância geopolítica. A terceira dimensão, tem como foco a organização política criada nesse espaço pelos países ali localizados e que procuram melhores estratégias para a maximização dos interesses da região. Trata-se da Comissão do Golfo da Guiné. Essa dimensão define o Golfo da Guiné a partir dessa comissão. A segunda e a terceira dimensões aproximam-se, porque a maior parte dos países exportadores do crude nessa região fazem parte da CGG.



No entanto, Gilberto da Piedade Veríssimo distingue o Golfo da Guiné geográfico do Golfo da Guiné energético. Para ele, o Golfo energético é constituído pelos países que compõem a Comissão do Golfo da Guiné, neste caso: Angola, Nigéria, Congo Brazaville, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe, Gabão, República Democrática do

Congo e Camarões. Os dois últimos aderiram à organização sete anos depois da assinatura do seu Tratado, em 2001. Ao passo que, o Golfo da Guiné geográfico é composto por Senegal, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria, Guiné Conacri, Costa de Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné-Equatorial, Gabão, São Tomé e Príncipe, República Democrática de Congo, Congo Brazaville e Angola (PEGADO, 2014; VERÍSSIMO, 2016). Sendo o nosso foco a geopolítica do petróleo no Golfo da Guiné, as dimensões teóricas que consideram recursos energéticos e arranjos políticos constituem a nossa preferência.

Figura 12: Mapa do Golfo da Guiné no continente africano



Este mapa<sup>13</sup> político nos permite visualizar a região do Golfo da Guiné no oceano Atlântico e as localizações dos países que compõem o Golfo da Guiné energético e geográfico. Dentro dos limites do território energético do Golfo da Guiné, marcado pelo círculo vermelho na **figura anterior**, alguns importantes recursos naturais estão suficientemente comprovados: cobalto, talitan, cobre, ouro, diamante, zinco, petróleo, gás, madeira etc. Além dos recursos pesqueiros, a sua característica marítima é favorável ao comércio naval e permite a ligação com outros continentes.

<sup>13</sup> Fonte: Ivairs. Disponível em: <https://ivairs.wordpress.com/2016/04/12/primeiro-ministro-de-sao-tome-e-principe-quer-o-brasil-na-defesa-do-golfo-da-guine>[Acesso]. Acessado em 20 de jan. 2020.

## 6. O GOLFO DA GUINÉ: POTENCIAL ENERGÉTICO E ECONÔMICO

De acordo com o diplomata angolano Eduardo Beny: “Ultimamente, nota-se um crescente interesse pelo petróleo africano, nomeadamente do petróleo dos países do Golfo da Guiné, uma região que emergiu como potencial produtor de hidrocarbonetos [...]”. O seu potencial e capacidade de produção de hidrocarbonetos influenciou na configuração da geopolítica internacional porque o Golfo da Guiné “[...] tem obrigado à confecção de um novo realinhamento geopolítico e geoestratégico, pelo facto de configurar uma importante fonte alternativa de abastecimento de crude aos principais mercados mundiais”. Essa condição é complementada pela “excelência em termos de qualidade do petróleo produzido naquela região (baixo teor de enxofre) e porque o seu escoamento é feito praticamente em mar aberto” (BENY, 2007, p. 21-22).

No atual contexto fronteiriço da emergente geopolítica do petróleo do século XXI, o “Golfo da Guiné é o primeiro vértice do triângulo dourado, cuja produção de petróleo – de excelente qualidade vem aumentando substancialmente”. No seu todo, ele “representa 50% das importações do Brasil, 40% das importações da Europa e se encontra entre as dez maiores áreas produtoras do mundo” (SILVA, 2015, p. 46). Segundo o Boletim Geocorrente, “o Golfo da Guiné faz parte do que chamamos de Entorno Estratégico Brasileiro, região onde o Brasil tem como objetivo a expansão de sua influência econômica, militar e diplomática”. O mesmo Boletim considera que “o Entorno Estratégico Brasileiro inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da Costa Ocidental africana e a Antártica”. Tendo em conta os interesses econômicos do Brasil nessa região, este país continental integrou na sua política externa a segurança da região. “Em termos econômicos, o Atlântico Sul é responsável por 95% do fluxo de comércio externo brasileiro, o que torna a discussão da segurança marítima do Golfo da Guiné indispensável”. Essa realidade tornou-se visível “na criação, em maio de 2019, do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Acompanhamento da Situação no GoG [Golfo da Guiné], no intuito de planejar e debater temas de interesse do Estado brasileiro”. Além disso, tornou-se compreensível “na elevação do Brasil como membro pleno do G7++FoGG (Fórum de debate internacional para segurança do Golfo)” (2021, p. 10).

Portanto, a posição estratégica do Golfo da Guiné e os seus recursos estratégicos o tornaram centro de preocupação dos atores externos da região, ou seja, as grandes e

médias potências nas quais o Brasil não se exclui. Além dos Estados, as companhias petrolíferas europeias e asiáticas estão presentes no tabuleiro do jogo. Os países dessa região estão também envolvidos naquele jogo estratégico. Nigéria e Angola estão a liderar o jogo regional do petróleo à medida que estão sendo procuradas pelas grandes potências interessadas na busca de segurança energética (BENY, 2017).

Por outro lado, se os atores externos precisam dos atores nacionais para funcionarem como contrapontos articuladores das ações que visam acesso ao petróleo, os atores nacionais também procuram expandir suas vantagens através da influência aos demais países da região com menor capacidade e ao mesmo tempo atrair os investimentos dos atores internacionais. Esta lógica coloca duas formas de geopolítica que concorrem ao mesmo tempo no Golfo da Guiné em particular e no continente africano em geral: geopolítica de África e geopolítica africana (BENY, 2017). Mas, para atrair os investimentos das grandes potências, os governos africanos precisam garantir a segurança e a estabilidade política nos seus países. Pois, Angola e Nigéria dependem destas duas condições para maximizarem suas influências e atrair mais os investimentos das potências mundiais, ou seja, novos atores da região: China, Estados Unidos, Índia, União Europeia, Brasil, Japão...

O que seria geopolítica africana e geopolítica da África? Na vertente de uma geopolítica olhada na perspectiva das disputas entre as potências mundiais na busca pelo crude encontrarem a região do Golfo da Guiné como uma alternativa por vários motivos de acesso ao crude, entre eles, a qualidade do petróleo, a facilidade de transporte pelo mar aberto e menos custos possibilitados pela presença da maior parte das jazidas no mar; pode-se considerar que se está perante uma geopolítica de África. Neste caso, a geopolítica de África reporta a situação relacional de atores externos em que a África representa apenas o aspecto espacial. Mas, os atores da geopolítica não são os africanos. Ou seja, o espaço no qual as disputas estão sendo realizadas é a África, e os protagonistas de todo o ato político encontram-se neste espaço, porque nele existe carburante fundamental para o equilíbrio da economia mundial. No entanto, o jogo é bastante dominado pelos atores exteriores. Porém, isso não significa que não tenha a presença dos atores africanos, mas essa presença é quase inútil, ou seja, não define em nada o jogo (BENY, 2007). É o caso da presença da China, UE, EUA etc., na luta pelo monopólio dos recursos do continente africano (RÊPAS, 2010).

Não obstante, a geopolítica africana, diferentemente da geopolítica de África, é aquela em que envolve os atores africanos. Beny formulou este conceito considerando que a nível regional, há uma corrida para a maximização da influência na região do Golfo da Guiné em que países como Angola, Nigéria que disputam intensamente o poder de influência junto dos outros países com reservas energéticas comprovadas ou outros recursos importantes no cenário internacional. O objetivo dessas disputas é maximizar o poder da influência para melhor atrair o investimento das grandes potências ou dos grandes consumidores da energia, ao mesmo tempo, tirar o proveito das vantagens políticas e econômicas. Aqui entram também aqueles atores que dominam a geopolítica de África, mas o foco são atores africanos na luta pelo poder de influência na região.

Tirando o aspecto competitivo, outro aspecto também pode ser verificado nesta vertente da geopolítica africana, que é o desenvolvimento progressivo do espírito integrador, através da coordenação conjunta para maximizar o poder do continente e juntos fazerem-se face à geopolítica global ou internacional. Ou seja, pode ser entendido como uma procura de força integrada para ter uma participação relevante na geopolítica mundial. Portanto, as organizações como CEDEAO<sup>14</sup>, CEEAC<sup>15</sup>, SADC<sup>16</sup>, CGG etc., são formas de organização e expressão da geopolítica africana na dimensão interna e externa.

É nesta perspectiva que pode ser pensado um conjunto de organizações africanas tanto continental quanto regional assim como sub-regionais. Reiterando a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 25 de maio de 1963, na Etiópia, visava essencialmente, criar uma força conjunta para procurar soluções dos problemas (tanto de ordem mundial – colonialismo –, quanto de ordem local: subdesenvolvimento, pobreza, miséria etc.) que afetam os países africanos. O mesmo espírito guia a transição desta organização para a União Africana (UA). Portanto, ainda unir hoje para enfrentar as novas formas de colonialismo, neste caso, neocolonialismo, balcanização, conspiração etc., e resolver os problemas internos são linhas mestras da geopolítica africana.

A região do Golfo da Guiné é usada como espaço de lutas geopolíticas pelos atores externos que influenciam a sua própria condição geopolítica. Mas também ela em si exerce a geopolítica. Nesse exercício, a Comissão do Golfo da Guiné funciona como um ator geopolítico que na sua interação com demais atores tenta maximizar os interesses

---

<sup>14</sup> Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental.

<sup>15</sup> Comunidade Econômica de Estados da África Central.

<sup>16</sup> Comunidade Econômica de Estados da África Austral.

da região e dos países que a compõem. A política da Comissão do Golfo da Guiné como um todo e a política unilateral de cada país membro dessa organização fazem parte da geopolítica africana.

O Golfo da Guiné é uma parte do oceano Atlântico que tem a importância acrescida no âmbito geopolítico e geoestratégico desde que os oceanos foram há muito tempo conquistando a importância econômica para os povos e, conseqüentemente, espaços de luta pelos recursos e pelo poder. A comunicação, transporte e exploração de recursos pesqueiros e petrolíferos têm aproximado o Golfo da Guiné e demais países asiáticos, europeus e americanos na configuração aberta nos anos 1960 pelas independências dos países africanos. O Golfo da Guiné é uma das rotas mais importantes de tráfego para o comércio internacional. A excitação dessa região pela insegurança e pelo crime organizado impele a Organização das Nações Unidas, União Africana e demais organizações regionais da África: CEEAC, CEDEAO, SADC e a CGG a procurarem formas conjuntas de encontrarem a segurança da região (GASPAR, 2017). No entanto, os dispositivos jurídicos internacionais, nomeadamente, o Direito Internacional, pouco contribuem para a solução do problema de segurança dessa região (LUZ, 2016).

Margarida Rufino Luz trouxe informações interessantes a respeito dos mecanismos institucionais internos (africanos) e externos (Direito Internacional e Organizações Internacionais não africanos) mobilizados em resposta aos problemas de segurança no Golfo da Guiné. A sua dissertação intitulada *A Pirataria no Golfo da Guiné: Como precaver a intensificação do fenômeno da insegurança no Golfo da Guiné e reconduzir a região a uma situação de estabilidade e segurança?* evidencia a incongruência do Direito Internacional com as necessidades reais dessa região. O estudo conclui que, o Direito Internacional está cheio de prescrições e imposições que a condição real objetiva do Golfo da Guiné não corresponde e nem pode corresponder devido às suas particularidades geográficas, econômicas, fraca capacidade material dos Estados ali existentes e a fragilidade de governos em manter a soberania sobre territórios marítimos.

Um dos desafios dos países do Golfo da Guiné e seus parceiros, assim como as organizações regionais, passa pela mensuração dos fatores que influenciam a insegurança da região. As autoridades da região desenvolvem uma série de trabalhos e parcerias nessa linha de apreensão da realidade e a criação de soluções. No entanto, a fraca capacidade

material dos Estados do Golfo da Guiné dificulta ações efetivas na resolução de problemas de pobreza, miséria, violência, pirataria, em suma, de segurança dessa região. Esse trabalho incessante uniu a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a União Africana, a CEDEAO, a CEEAC, a SADC e a ONU na capital do Togo, Lomé, em 2016, para repensarem as políticas de Defesa e Segurança (ATLÂNTICO, 2017; GASPAR, 2017).

A região do Golfo da Guiné é circunscrita por dezoito países. Dentro desse número, quinze são costeiros e três estão à distância de 6.236 Km, aproximadamente 3.300 milhas náuticas com a zona marítima. “Esta região oferece potencialidades geoestratégicas cada vez mais atraentes, no que concerne aos recursos minerais e marinhos, além de abarcar enormes depósitos de hidrocarbonetos”. A sua importância em recursos é um dos fatores que causa a vulnerabilidade, “pois quase 70% da produção de petróleo da África está concentrada na costa oeste. A região possui reservas petrolíferas na ordem de 50,4 bilhões de barris e, produz 5,4 milhões de barris de petróleo por dia” (GASPAR, 2017, p. 238). Segundo Pulido e Fonseca (2004), 81% do petróleo produzido no Golfo da Guiné está entre Nigéria e Angola. Sendo 47% produzido pela Nigéria e 34% por Angola. O resto da percentagem é distribuído entre os demais países produtores da região.

Para Veríssimo, “de acordo com estatísticas recentes, (...) mantendo-se o actual ritmo de crescimento da população africana, no ano 2050 o continente terá uma população a aproximar-se dos 2.5 mil milhões de habitantes”. Enquanto isso, a “RGG no ano 2035 (...) terá mais de meio bilhão de habitantes” (2016, p. 226, 230). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, tem-se o seguinte: a média da CGG era de 0.509 em 2012; ao passo que a média da RGG era de 0.488; a de África Subsaariana era de 0,475. Essas médias são baixas em comparação com a União Europeia que, no mesmo ano, tinha um Índice de Desenvolvimento Humano estimado em 0,876 (VERÍSSIMO, 2016, p. 228). O ritmo de crescimento populacional da região do Golfo da Guiné varia de 2% a 3% por ano. Esse crescimento gera pressão na região, exacerbando desafios em equilibrar os recursos com o crescimento populacional.

A falta de infraestruturas que correspondam ao crescimento demográfico da região; o difícil acesso ao conhecimento, ou seja, poucas instituições universitárias; pouco aproveitamento da terra disponível para a agricultura, isto é, apenas 11% da terra arável é cultivada no Golfo da Guiné; fraca capacidade industrial para a transformação da

matéria prima e *commodities* em produto de valor agregado; a perda do quadro de definição do preço das *commodities*; as epidemias etc., prendem as economias da região do Golfo da Guiné em economias de subsistência, sendo que o subdesenvolvimento não deixa de ser uma preocupação patente nessa região (VERISSIMO, 2016).

Não obstante, o Golfo da Guiné é aberto aos investimentos das grandes petrolíferas mundiais. Essa é a sua diferença com os outros centros energéticos. Pois, sabe-se que na América Latina, por exemplo, a maior parte dos produtores do crude não abriu o seu setor petrolífero aos investimentos estrangeiros. É o caso, por exemplo, da Venezuela, Bolívia, Colômbia e Brasil. Entretanto, o “Golfo da Guiné representa cerca de 15% das actividades da Shell, 10% da Total, Fina, Elf e 35% da Chevron, Texaco. Também a Exxon Mobil e a BP têm investido fortemente na região ao longo dos últimos anos” (RÊPAS, 2010, p. 105). Além dessas multinacionais, operam neste Golfo petrolíferas de vários países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina.

O Golfo da Guiné comunica, através do oceano Atlântico, com demais países ocidentais. Essa vantagem marítima lhe atribui um referencial favorável nas relações econômicas com os continentes americano, europeu e asiático. A ligação marítima também permite a transição de todo tipo de atores e problemas para a região. Se os barcos mercantes, petrolíferos entre outros podem atravessar o Golfo da Guiné nas suas ações comerciais, os bandos e as organizações de crimes transnacionais servem-se das mesmas rotas em direção a essa região. Porém, os hidrocarbonetos e o pescado encontram-se no epicentro das teatralidades nessa parte do dourado do petróleo do século XXI.

O petróleo é o produto de estima internacional que desde o início chamou a atenção dos países ocidentais para essa parada. O percurso petrolífero do Golfo da Guiné regista, como vimos, a presença das multinacionais ocidentais, principalmente, americanas, britânicas, francesas, belgas, italianas e, mais tarde, chinesas, brasileiras e indianas. Em suma, multinacionais tradicionais e emergentes. As multinacionais norte-americanas com longo período na exploração do petróleo do Golfo da Guiné, são Exxon Mobil, Chevron, Marathon Oil, Amerada Hess e Ocean Energy; as francesas são a Elf, Aquitaine e Total; por parte da Inglaterra tem-se: BP e Shell, (PEGADO, 2014; BINSZTOK et al., 2012). A Itália participa com a sua multinacional ENI, criada em 1953 por Enrico Mattei, porém em 1998 foi privatizada.

Petrolíferas tradicionais e emergentes na R. Subsaariana		
País	Potências tradic. ocidentais	Firmas de países emergentes
Nigéria	Exxon Mobil; Chevron; Texaco; Total; Shel; Eni	China National Offshore Company (CNOOC); Petrobras
Angola	Chevron; Texaco; Exxon Mobil; Total; British Petroleum (BP), Eni	China National Offshore Company (CNOOC); Petrobras; Oil and Natural Gas Corporation (ONGC -Índia)
Sudão	-----	China National Petroleum Corporation (CNPC); China Petroleum & Chemical Corporation Limited (Sinopec); Pretronas (Malásia); Oil and Natural Gas Corporation (ONGC -Índia)
Congo Brazzaville	Total; Chevron; Texaco	Engen Energy Africa (África do Sul)
Guiné Equatorial	Exxon Mobil, Eni	Petrobras; China National Offshore Company (CNOOC)
Gabão	Total, Shel	Petronas (Malásia)
Chad	Exxon Mobil; Chevron; Texaco	Petronas (Malásia)
Camarões	Total	-----

Tradicionais
EUA = 11 vezes
França = 5 vezes
Inglaterra = 3 vezes
Itália = 3 vezes
Emergentes
China = 5 vezes
Brasil = 3 vezes
Malásia = 3 vezes
Índia = 1 vez
África de. Sul = 1 vez

Fonte: MONIÉ, 2012, p. 209

O jogo aberto no Golfo da Guiné tem atores políticos que podem ser estruturados numa pirâmide: “Estados Unidos, China, Índia e o conjunto da União Europeia, com o Brasil e a Austrália a não se deixarem ficar para trás constituem o topo da pirâmide”. Ao passo que “os países da zona [África] na base da pirâmide tentam também posicionar-se da melhor forma” ao fazer isso, eles tentam ajustar “as suas estratégias ao advir de uma nova realidade marcada pelo despoletar da importância cada vez maior que a costa da África Ocidental começa a mobilizar [...]” (BENY, 2017, p. 23). Nesta tentativa renhida, os países africanos, de acordo com Beny, buscam acordos interpartes com intuito de criar e conservar melhores alianças. Seria nesta condição que a Comissão do Golfo da Guiné teria sido criada, por isso, nela, transparece certa “homogeneidade”.

O espaço que compreende a região do Golfo da Guiné tinha a sua notoriedade política antes do período colonial. Nesse espaço, os atores políticos de diferentes impérios e reinos africanos desenvolveram políticas econômicas, culturais, comerciais entre si e demais atores externos. A intencionalidade política que define a geopolítica pode ser encontrada nas dinâmicas políticas e econômicas sobre as quais as estratégias dos atores se moldam (VERÍSSIMO, 2016). Com a invasão europeia, os modelos políticos e econômicos que até então se consolidaram foram ameaçados pelas novas políticas impostas pelos novos atores coloniais. Segundo Beny (2017), a África já teve a sua geopolítica interrompida pela colonização. A descontinuidade da geopolítica desse

continente reflete na sua pouca significância no contexto global atualmente, devido ao seu poder material fragilizado pelo colonialismo estrutural. A esse cenário, o Golfo da Guiné não foge.

A crescente procura pelo petróleo, depois da Segunda Grande Guerra na Europa, incrementada pela origem dos países emergentes que são também grandes consumidores do petróleo, reforçou a procura do petróleo e de seus derivados na segunda metade do século XX. Essa procura, encontrando um clima de tensões no Médio Oriente, guerras internas, a atividade petrolífera viu-se ameaçada, causando riscos aos interesses das multinacionais. Com as incertezas patentes no Médio Oriente, associando-se à procura cada vez maior do petróleo pelos países consumidores, o Golfo da Guiné apareceu na geografia petrolífera como uma zona alternativa e com menor risco para os países consumidores e as companhias multinacionais (BENY, 2017).

Contudo, as tensões internas não são ausentes no Golfo da Guiné. De acordo com Philippe Sébille-Lopez (2007), a procura de um campo energético com menor incerteza tem encontrado o Golfo da Guiné como uma prioridade no início do século XXI. Essa prioridade teve reflexos nas políticas energéticas dos Estados Unidos de América que, na década de 2000, perante a prevenção da crise energética, construíram o mapa energético estratégico em que além do Médio Oriente; a região euroasiática, concretamente o Mar Cáspio; o Golfo do México; a América Latina, elegeram a região do Golfo da Guiné como zona vital para o país. Esse ato simboliza o incremento da importância dessa região africana no contexto internacional.

## **7. A COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ (CGG) E A INTENCIONALIDADE POLÍTICA**

Existem diferentes formas em que os Estados realizam as suas relações. Para Bull, “as relações entre os Estados em um sistema internacional podem se realizar pela cooperação, por meio do conflito ou mesmo pela neutralidade”. Dependendo do contexto, os Estados podem se relacionar por meio de uma dessas situações. No caso da Região do Golfo da Guiné, através da cooperação, os Estados ali situados criaram uma sociedade de Estados – a Comissão do Golfo da Guiné. Com efeito, a criação de qualquer grupo tem os seus objetivos. Nada se faz por fazer, qualquer ação visa atingir certas finalidades, caso

contrário, será irrelevante. A sociedade dos Estados também tem os seus objetivos. Esses objetivos são:

Em primeiro lugar, a preservação do próprio sistema e da sociedade de Estados; em segundo, a manutenção da soberania externa dos Estados individuais; e, em terceiro, a manutenção da paz (aqui não em um sentido idealista de paz universal e, sim, a paz dentro de sociedades de Estados). Em quarto lugar, o objetivo comum de qualquer sociedade de Estados deve ser a limitação da violência que resulte em morte ou dano corporal [...] (BULL, 2002 Apud SARFATI, 2005, p. 128).

Esses objetivos foram percebidos nos fundamentos da Comissão do Golfo da Guiné que busca dar respostas à segurança da região, atingir objetivos comuns, definir políticas comuns para a exploração dos recursos da região, proteger-se dos atores externos e exercer influência na sociedade internacional.

A Comissão do Golfo da Guiné é uma entidade política criada pelos países da região do Golfo da Guiné para responder aos desafios e às necessidades comuns da região. É uma organização pensada como um Fórum de Cooperação entre os países membros que primam pela promoção da paz e segurança. Sendo uma organização sub-regional, é formada por 8 países<sup>17</sup> e tem uma superfície de 5.629.471 Km<sup>2</sup>. A sua população é aproximadamente de 260.000.000 de habitantes. A “sub-região coberta pela Comissão do Golfo da Guiné é um dos espaços geopolíticos mais vastos e dos mais povoados”<sup>18</sup>.

Na criação dessa comissão, a Nigéria não se perdeu com a sua mania de protagonismo na projeção dos blocos regionais. Após conquistar o título de protagonista na criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em 1975, (MADEIRA, 2015), Abuja – acreditando na cooperação e coordenação política como mecanismo fundamental para resolução de problemas e anseios comuns – juntou-se ao Gabão e procuraram, nos finais da década 1990, os seus pares da sub-região para criar uma organização em que juntos procurarão soluções para a sub-região do GG.

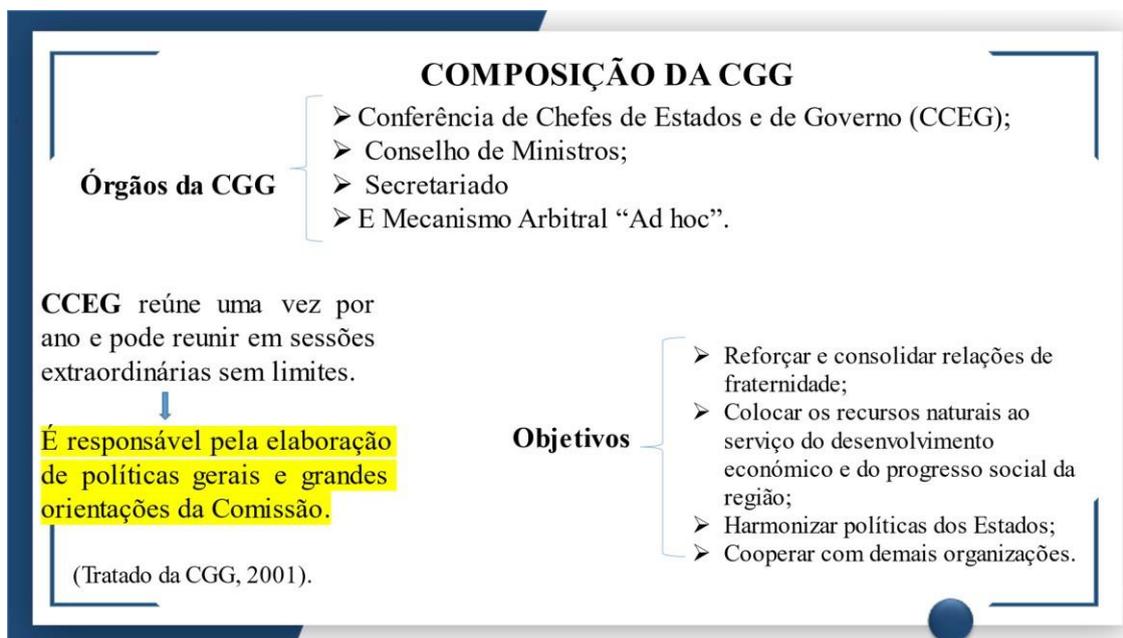
A tentativa da criação da Comissão do Golfo da Guiné decorreu em 1999, porém a assinatura do seu Tratado teve lugar dois anos depois, em 2001, na República de Gabão. A CGG teve o Gabão e a Nigéria como impulsionadores da iniciativa que lhe deu a vida, mas Angola exerceu um papel importante na efetivação do funcionamento da

---

<sup>17</sup> Angola, Gabão, Guiné Equatorial, Congo Democrático, Congo Brazzaville, Nigéria, Camarões e São Tomé e Príncipe.

<sup>18</sup> Disponível na página da Comissão do Golfo da Guiné na internet: <https://cggrps.com/> Acessado em 18/10/2020.

organização, quando em 2006, cedeu o espaço para a construção do edifício, e não só, como também tomou para si todos os custos de construção e de funcionamento do primeiro ano da organização (VERÍSSIMO, 2016; GASPAR, 2017).



A Comissão do Golfo da Guiné é uma espécie de governação dessa região petrolífera, cuja estruturas estão bem definidas (PEGADO, 2014). De acordo com o Tratado constituinte da organização, ela é composta pela Conferência dos Chefes de Estados e de Governo; pelo Conselho de Ministros; pelo Secretariado e Mecanismo Arbitral “ad hoc”. No artigo 7º do Tratado, a hierarquia da organização é encabeçada pela Conferência dos Chefes de Estados e de Governo que é o “órgão supremo da Comissão”. É um órgão responsável pela elaboração de políticas gerais da Comissão. As competências da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, definidas no artigo 8º do Tratado da CGG, atribuem a esse órgão os seguintes poderes:

- a) Definir a política geral e as grandes orientações da Comissão;
- b) Controlar o funcionamento da Comissão;
- c) Apreciar os relatórios do Conselho e tomar as decisões pertinentes;
- d) Decidir, em última instância sobre todas as questões para as quais o Conselho não pôde tomar uma decisão;
- e) Criar qualquer órgão ou Comitês Especializados da Comissão;
- f) Determinar o orçamento da Comissão;
- g) Nomear e exonerar o Secretário Executivo;
- h) Determinar o lugar da sede da Comissão (TRATADO, 2001, p. 8).

A CGG é agregada pela Região do Golfo da Guiné. Sendo assim, um bom alinhamento da CGG pode ser uma vantagem para a geopolítica da RGG. Essa Comissão procura dialogar com outras organizações regionais, nomeadamente SADC, CEEAC e CEDEAO para desenvolver uma coordenação política conjunta na RGG. Com isso,

certamente, os países membros buscam empreender maior peso de influência na região e de defesa dos seus recursos, ao mesmo tempo, dar maior segurança tanto no espaço terrestre quanto no espaço marítimo partilhado.

Os encontros dos chefes de Estado e de Governo na Conferência ocorrem uma vez por ano, na sessão ordinária, porém sem limitações das sessões extraordinárias. Isto é, podem se reunir na sessão extraordinária a qualquer momento, mas sob acordo de 2/3 dos Estados Membros. No artigo 9º, fica plasmado que as suas decisões são tomadas por 2/3 dos Estados presentes.

Os artigos 11º e 12º do Tratado da Comissão do Golfo da Guiné definem o Conselho de Ministros e as suas competências. No artigo 11º, esse órgão é formado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros, mas podem tomar parte na reunião do Conselho de Ministros, “os ministros da Economia, dos Hidrocarbonetos, dos Recursos Haliêuticos, das Minas, do Meio Ambiente ou qualquer outro Ministro designado pelos Estados Membros podem igualmente reunir em caso de necessidade” (TRATADO, 2001, p. 8). Tal como a Conferência, as decisões do Conselho precisam de 2/3 dos membros para serem legítimas, e reúnem também uma vez por ano na sessão ordinária, podendo reunir na sessão extraordinária, solicitada por um dos Estados Membros, sob aceitação de 2/3 (artigo 13º). Esse órgão tem como função:

- a) Preparar as sessões da Conferência; b) Promover quaisquer acções visando a realização dos objectivos enunciados no artigo 2º do presente Tratado, no quadro da política geral definida pela Conferência; c) Para o efeito, elaborar e propor medidas de política geral apropriadas; d) Conhecer todas as questões que a Conferência lhe enviar; e) Implementar a política de cooperação em conformidade com a política geral definida pela Conferência; f) Criar os Comitês e fixar as competências (TRATADO, 2001, p. 9).

No Tratado também é definido o Secretariado da Comissão do Golfo da Guiné nos artigos 16º e 17º. Este é tutelado por um Secretário Executivo nomeado pelos chefes de Estado e de Governo na Conferência. O seu mandato é de três anos, com a possibilidade de uma renovação. As suas funções definidas no artigo 8º do Tratado visam entre outras: “a) Assegurar o funcionamento regular da Comissão; b) Implementar as decisões da Conferência e do Conselho; d) Formular recomendações susceptíveis de contribuir para o funcionamento e desenvolvimento eficaz e harmonioso da Comissão” (idem, p. 11).

Desde a criação dessa organização aos dias atuais, seu desempenho na resolução de alguns conflitos fronteiriços é registrado por pesquisadores como Eduardo Beny,

Gilberto Veríssimo, Ana Maria Pegado entre outros. Todavia, a organização tem os problemas internos que expressam na região: conflitos provocados pelos grupos armados, por exemplo, Boko Haram (grupo radical islâmico na Nigéria); independentistas de Cabinda, em Angola; além de disputas pela influência entre Estados.

Por exemplo, para Veríssimo, na RGG é perceptível um certo ceticismo quanto ao papel da organização no contexto africano de estruturas econômicas regionais. Se não fosse isso, os cinco países que ainda não se integram à CGG não estariam fora: Benin, Togo, Gana, Costa de Marfim e Libéria. Porém, passados 12 anos após a oficialização da CGG, em 2013, os três Estados da Região do Golfo da Guiné solicitaram adesão à CGG. “Os Chefes de Estado receberam com agrado, a manifestação de vontade de adesão à Comissão do Golfo da Guiné, por parte dos seguintes países da África Ocidental: a República do Gana, a República de Costa do Marfim e a República da Libéria” (CGG, 2013, p. 5).

Alguns países da sub-região do Golfo acreditavam que mobilizar a CGG não teria efeitos concretos, uma vez que os pilares desta são os mesmos das Comunidades Econômicas Regionais existentes. Além desse ceticismo, outro obstáculo vigente é a distinção de interesses nacionais e comuns na sub-região. A fraca determinação e o fraco compromisso de certos atores políticos da CGG em relação ao reconhecimento dos interesses comuns e, conseqüentemente, focalizar esforços na defesa desses, pode concretizar a denominação “Cintura Fragmentada”, atribuída à RGG por Samuel Cohen.

Para a criação de uma Cintura não Fragmentada, os interesses coletivos devem sobrepor-se aos interesses nacionais. A projeção da geopolítica forte depende dos níveis de coordenação política e econômica dos seus atores na construção duma unidade coesa e coerente, capaz de resistir às influências das forças estranhas que buscam fomentar conflitos e divisões na região.

O projeto político da CGG é teoricamente extraordinário na formulação de seus objetivos e na descrição da realidade concreta da região, assim como a consciência necessária em atores internos na promoção de cooperação na base de solidariedade e harmonia. A consciência e os desejos são descritos no preâmbulo do seu Tratado, por exemplo: “Desejos de reforçar e consolidar as relações de fraternidade existentes entre os nossos povos; [...] colocar os recursos naturais dos nossos países ao serviço do desenvolvimento econômico e do progresso social dos nossos povos” (Tratado da CGG,

2001, p. 1) expressam a intenção política futura que serve de base geopolítica da Comissão.

Os Estados Membros da CGG apresentam-se preocupados com os problemas comuns que atravessam a região. Os objetivos comuns traçados no Tratado da Comissão demonstram essa preocupação e um grande nível de mensuração dos desafios da região. A mitigação ou enfrentamento desses desafios exige uma ação conjunta dos Estados. Os objetivos primários da CGG visam:

Promover a concertação estreita na exploração dos recursos naturais do Golfo, com vista a assegurar o desenvolvimento econômico dos Estados membros e o bem-estar dos seus povos; Promover a cooperação sectorial no quadro das disposições do Tratado que cria a Comunidade Econômica Africana e a União Africana, para contribuir para o desenvolvimento do Continente; harmonizar as respectivas políticas dos Estados-membros nos assuntos de interesse comum nomeadamente em matéria de recursos naturais” ( CGG, 2001, Art. 3 c, d, e Apud VERÍSSIMO, 2016, p. 196).

Algumas dificuldades dessa organização estão no cumprimento de pagamento das quotas ou contribuições por parte dos Estados Membros e na efetivação prática das decisões tomadas pela organização nos fóruns próprios. Alguns países são indiferentes com a organização e ao mesmo tempo demonstram-se passivos à materialização das recomendações ou decisões vindas das Cimeiras de Chefes de Estado da Comissão. Essa passividade e os atrasos das contribuições anuais dos Estados Membros gerou preocupação tanto que constitui uma das recomendações que compõem o comunicado final da IIIª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado da CGG, realizada na capital da República da Guiné Equatorial (Malabo) em 10 de agosto de 2013. No comunicado, lê-se: “os Chefes de Estado recordaram aos Estados Membros, a obrigação de pagarem as suas contribuições ordinárias assim como as que têm em atraso” (CGG, 2013, p. 5).

A configuração dos Estados Membros da Comissão, associada a intenções hegemônicas das potências mundiais, ilustram a existência de brechas na coordenação da região. Depois de uma análise morfológica da RGG e dos desafios da CGG, Gilberto Veríssimo confirma o enquadramento da classificação do Samuel Cohen: “Cintura Fragmentada”. A análise desenvolvida permitiu concluir que a região continua a manifestar um comportamento de ‘Cintura Fragmentada’, apesar do estabelecimento da CGG” (VERÍSSIMO, 2016, p. 199).

Isto sustenta-se nos três processos: 1) as relações históricas partilhadas que conservam por si valores e perspectivas comuns entre povos da região, e que poderiam ser evocadas para incrementar a coordenação política e cooperação, mas foram

fracassadas pelos efeitos coloniais; 2) O processo colonial que alterou as bases históricas e os valores cultivados; 3) E, por fim, a configuração da Nova Ordem Mundial após o fim da bipolaridade que acelerou um processo de globalização acompanhado com políticas energéticas, principalmente dos EUA ao ativar a sua força militar AFRICOM para a África na qual a região do Golfo da Guiné, por eles eleita como vital para Washington, faz parte.

As forças econômicas e militares exógenas não são menos intensas e densas nas suas pressões sobre a região. Como resultado, os esforços de alguns Estados, como Nigéria e Gabão, precursores do projeto da CGG, sentiu as resistências de alguns Estados da região. Todavia, essas resistências pouco afetaram a engenharia geopolítica que os países membros da Comissão do Golfo da Guiné procuram executar. Mas, se o projeto da CGG tivesse a aderência de todos os Estados da RGG, o ambiente seria mais favorável à superação da “Cintura Fragmentada” para a construção de uma geopolítica integrada e mais efetiva.

## **8. PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E NO GOLFO DA GUINÉ: DINÂMICAS INTERNAS**

A busca pela segurança energética mundial abriu um novo jogo petrolífero após as crises do petróleo dos anos 1970. As décadas de 1980, 1990 e 2000 marcaram grandes dinâmicas na globalização do mercado petrolífero. As corporações tradicionais e os governos emergentes, na busca pelos novos mercados do “ouro negro”, assumiram o protagonismo do sector petrolífero africano. Com a presença cada vez mais significativa das indústrias petrolíferas, verificou-se algumas dinâmicas internas na região subsaariana. A expansão do mercado petrolífero para as regiões energéticas africanas atribuiu paulatinamente à África subsaariana uma posição relevante no mapa energético global (BINSZTOK et al., 2012; BENY, 2007).

O continente africano divide-se, em escala maior, em duas regiões: Norte e Sul do deserto do Sahara, sendo comumente denominadas África do Norte e África subsaariana. As características distintivas das duas grandes regiões da África são visíveis em elementos culturais, econômicos, sociais, políticos e religiosos. Na região subsaariana (macrorregião em que o objeto do nosso estudo está inserido, o Golfo da Guiné), existem

as diversidades entre povos e países ainda que possam ser agrupadas num caixote para ser diferenciada com a região do Norte (LOPES, 2008; ANDREWS, 2016). Segundo Cayo de Oliveira Franco (2011), a África subsaariana agrupa 47 países. E dentre esse número distribuído em regiões internas, algumas produzem o petróleo em escala maior e outras não.

Basta compararmos a produção da Nigéria, Angola e Guiné Equatorial, em 2019, para compreendermos as assimetrias da produção do crude e do gás natural no Golfo da Guiné. Naquele ano, a Nigéria produziu 2.020 (bpd), Angola 1.511 (bpd), ao passo que Guiné Equatorial 109.6 (bpd). A produção de gás natural desses países era de 47.83 bilhões de metros cúbicos para a Nigéria, 10.55 bilhões de metros cúbicos para Angola e 6.23 bilhões de metros cúbicos para a Guiné Equatorial. Nesse mesmo ano, a exportação do petróleo da Nigéria somava US\$ 41 milhões, sendo que a de Angola US\$ 31.3 milhões e a de Guiné Equatorial US\$ 2.6 milhões. Por outro lado, a exportação de gás natural era de US\$ 4.2 milhões da Nigéria, US\$ 1.4 milhões de Angola e US\$ 0.596 milhões da Guiné Equatorial (BOLETIM GEOCORRENTE, 2021, p. 8).

Estes dados representam uma expressiva presença dos hidrocarbonetos na economia nacional desses países. Em Angola, em 2019, a representação percentual dos hidrocarbonetos no PIB era de 50%, sendo a mesma percentagem para os demais produtos. No mesmo ano, os hidrocarbonetos representavam 10% do PIB da Nigéria. Nesse mesmo ano, as principais empresas internacionais de energia que operam na Nigéria, Angola e Guiné Equatorial eram Chevron (EUA), Total (França), Eni (Itália), BP (Reino Unido/ Países Baixos). Além dessas empresas existem outras que atuam nessa região (BOLETIM GEOCORRENTE, 2021, p. 8).

Na medida que a região produz o petróleo em particular e os hidrocarbonetos em geral, a pirataria e demais formas de violência – sequestro, roubo a mão armada, tráfico de drogas etc., – são registradas e constituem o conjunto da preocupação da CGG. Em 2020, foram reportadas ao Centro de Pirataria do Instituto Marítimo Brasileiro (IMB) 195 incidentes no Golfo da Guiné. Nesse conjunto de incidentes, 135 casos eram de sequestros de tripulações que representam 96.3% no Golfo da Guiné, sendo 60 casos ocorridos nas demais regiões da África Subsaariana que correspondem a 3.7% dos incidentes de sequestros de tripulações (BOLETIM GEOCORRENTE, 2021, p. 9).

Por outro lado, em decorrência da produção e exportação do “ouro negro” nesse continente, os atores locais criaram a Associação dos Países Africanos Produtores do Petróleo (APPA). Essa associação é integrada por “Angola, Chade, Congo, República Democrática do Congo (RDC), Mauritânia, África do Sul, Sudão, Benim, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Guiné Equatorial e Nigéria” (FRANCO, 2011, p. 4), sendo apenas 4 países nesse grupo que não estão localizados na região do Golfo da Guiné: Chade, Mauritânia, África do Sul e Sudão. A dimensão da contribuição desses países na economia mundial é associada a outros países não integrantes desse bloco energético e marca o potencial africano no mercado mundial tanto na energia quanto nas *commodities*. Para Oliveira Cayo de Franco, o destaque da região subsaariana em combustível está associado a alguns elementos geográficos, incluindo a posição da região energética, isto é, o Golfo da Guiné.

Franco considera que, os fatores que contribuem para a participação da África subsaariana na conjuntura mundial de petróleo são reservas descobertas em condições exploráveis, a localização da região e a qualidade do petróleo extraído sem grande presença de enxofre, e localizado na sua maioria, no alto mar ou *offshore*. Além disso, os fatores técnicos e a segurança não estão excluídos da relevância no contexto. Segundo ele, “(...) novas fontes com extenso potencial explorável; reservas *offshore*, que apesar de mais caras propiciam maior segurança; centralidade geográfica, a região está localizada no centro do globo e é cortada por diversas rotas comerciais tradicionais”. E não só, mas também “(...) fatores de ordem técnica, apesar do custo de extração mais elevado, o óleo retirado é de excelente qualidade apresentando poucos teores de enxofre”, são os principais fatores para o destaque da região subsaariana na geopolítica internacional (OLIVEIRA Apud FRANCO, 2011, p. 4).

Franco (2011) aponta o crescimento demográfico e econômico dos países emergentes do Sul Global como uma das causas da elevação da procura do combustível. A evolução das sociedades capitalistas tem crescido o consumo do petróleo e seus derivados, fato que resultou na demanda cada vez mais grandiosa do “ouro negro”. Essa situação abriu novos mercados e, nessa abertura, a África aparece como a alternativa, uma vez que apresenta menos tensões e um produto de qualidade (RÊPAS, 2010). Todavia, isto não elimina a existência de atritos internos na região subsaariana.

A primeira onda de investimento no petróleo da África Subsaariana remonta à segunda metade do século XX. Nessa primeira fase, a participação do continente africano no mercado internacional vem sendo consolidada. No entanto, a posição estratégica dessa região africana no mercado internacional foi alcançada nos anos 2000. Para tal, um conjunto de elementos contribuiu, entre os quais, podemos citar “[...] a revalorização dos barris marginais e adoção de políticas de diversificação de fontes de abastecimento de países consumidores” (BINSZTOK et al., 2012, p. 201).

As *commodities* do continente africano são dominadas pelos produtos agrícolas, porém, o petróleo destacou a participação do continente na economia mundial. Sendo uma alavanca do crescimento econômico, os países produtores desse óleo na África subsaariana têm algumas mudanças socioeconômicas. Em termos macros, observa-se que não se pode ignorar a contribuição do petróleo na aceleração do crescimento econômico, a sua contribuição para a inserção dessas economias nos fluxos da globalização, e o seu impacto no aumento das receitas fiscais e divisas (BINSZTOK et al., 2012). Contudo, há que se admitir que os problemas sociais, econômicos, espaciais não foram equitativamente resolvidos nesses países. As desigualdades sociais, a falta de transparência na gestão e distribuição da renda vinda da exploração e exportação do “ouro negro”, a instabilidade política e a forte opressão resultante de distanciamento ou desligamento entre a pequena elite dominante e a população (MANIN et al., 2006) são grandes entraves persistentes nessa região e que devem ser superados.

Apesar do crescimento econômico decorrente da exploração e exportação dos recursos naturais na África subsaariana, o desenvolvimento no seu conceito ocidental é ainda algo a alcançar. São evidentes os problemas sociais e políticos (ANDREWS, 2016). O crescimento econômico tem implicações em número reduzido de cidadãos que têm domínio do poder e, em consequência disso, detêm o controle dos recursos (BINSZTOK et al., 2012). A corrupção e o clientelismo praticados pelos países africanos produtores do petróleo têm canalizado vantagens às economias ocidentais e asiáticas, na medida em que as corporações independentes e/multinacionais ligadas às antigas colônias e às empresas petrolíferas das potências emergentes aproveitam-se desse ambiente de instabilidades africano para gerar ganhos vultosos.

Os aspectos socioespaciais em torno das zonas de extração do petróleo na África subsaariana são mensuráveis em relação ao desenvolvimento do sector petrolífero. A

concentração de fluxos de investimento na indústria petrolífera causou a queda da produção nacional, porque os demais setores fragilizaram-se com a falta dos recursos (BINSZTOK, 2012; ABDALA, 2016). A seletividade espacial transparece na concentração de fluxos interacionais nas zonas de instalação das indústrias do sector, acarretando a acumulação de atividades em certos espaços e o esvaziamento de outros; a fraca interação da estrutura extrativa com o meio social que lhe circunda, isto é, o seu entorno imediato. Estes e outros aspectos constituem o enclave na relação entre elementos que compõem o processo de exploração e exportação do petróleo com o desenvolvimento dos países produtores (BINSZTOK et al., 2012).

A elevada territorialização do petróleo e o seu ambiente de exploração, que geralmente representa um terror para os operadores, exigiu de o sector encontrar mecanismos para a viabilização do funcionamento da extração. Assim, a implantação de dispositivos funcionais foi historicamente a saída encontrada pelo sistema.

### **8.1. Fluxo de extração de petróleo subsaariano entre 2000 e 2010**

Comparativamente a outros lugares, as atividades petrolíferas começaram tardiamente na África. Sendo notável o seu início na região subsaariana na década de 1950 do século XX. Nesse período, o sector era dominado pelos colonizadores ocidentais. Os limitados recursos e as descobertas incipientes, assim como a pouca exploração não poderiam marcar uma presença significativa da África no cenário energético global. Nessa arrancada energética africana, Angola, Gabão, Nigéria e Congo Brazzaville tomaram, por si, o estatuto de países pioneiros na exploração do petróleo nesta região. Ao passo que os Estados Unidos, a Ásia Central e a Indonésia já tinham iniciado o percurso de extração desde a segunda metade do século XIX; seguidos pelo Oriente Médio e pela América Latina no início do séc. XX (BINSZTOK et al., 2012).

As multinacionais europeias e norte-americanas, ou seja, tradicionais, foram cruciais no crescimento e na expansão do setor petrolífero, uma vez que foram pioneiras nesse mercado. “Firmas como Elf, nas ex-colônias francesas, Shell e British Petroleum na Nigéria, Chevron e Texaco em Angola são os principais atores da prospecção e da exploração de petróleo” na África. Essas empresas desempenharam “também um papel decisivo na reestruturação do espaço dos países produtores [...]” (BINSZTOK et al., 2012,

p. 203). A organização do campo de extração, incluindo o transporte e armazenamento, ressignificou os espaços através do estímulo à abertura demográfica nas localidades anteriormente não povoadas, mas que a atividade de exploração atraiu a população à sua ocupação, passando a ser zonas habitadas.

Passando duas décadas após o início das atividades extrativas do “ouro negro” no Sul do Saara, o volume das produções já não é mais igual ao dos anos 1950 e 1960. Nesse período, a África começou a ter impacto relevante no sector energético global. No entanto, os conflitos armados não toleram a estabilização do ambiente interno. Além, dos movimentos separatistas, radicais islâmicos, conflitos religiosos, étnicos etc., os conflitos políticos estão ferozmente presentes (VERÍSSIMO, 2016; ANDREWS, 2016; FRANCO, 2011; PEGADO, 2014; BINSZTOK et al., 2012). Na África lusófona, o contexto foi marcado pelas lutas de libertação nacional que se intensificaram nas décadas de 60 e 70 do século XX (AMADO, 2005). Os movimentos africanos de libertação, por exemplo, em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau nasceram justamente na década em que se deu o início da exploração de petróleo pelos colonizadores europeus na África.

A África como continente que se configura na posição subalterna da economia mundial, não é tão insignificante na economia política internacional como muitos pensam, porque o seu espaço geográfico tem recursos naturais significativos, chegando a participar no sector energético significativamente para a economia mundial. Porém, apesar do continente africano ser rico em recursos naturais, é “pobre em governação” (ANDREWS, 2016, p. 110). É um continente que na economia política internacional especializa-se na produção de *commodities* agrícolas. Pouco avanço tecnológico e o seu sector manufactureiro apresenta sérios problemas que vêm sendo agravados com o neoliberalismo. A abertura do mercado para as empresas estrangeiras imposta na década 90 do século XX pelas instituições internacionais, principalmente pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional pouco contribuiu para o sucesso do continente. Não obstante, isso não tira a importância da sua capacidade energética (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Binsztok et al. (2012), as pesquisas sobre a prospecção do petróleo apontam para um crescimento das reservas africanas. Entre 2000 e 2010, os países da África subsaariana cujo petróleo comprovado apresentaram reservas importantes, somando 10% das reservas mundiais. Binsztok et al. (2012) considera que faltavam muitas fontes para descobrir, sobretudo na região do Golfo da Guiné. De outro lado, as

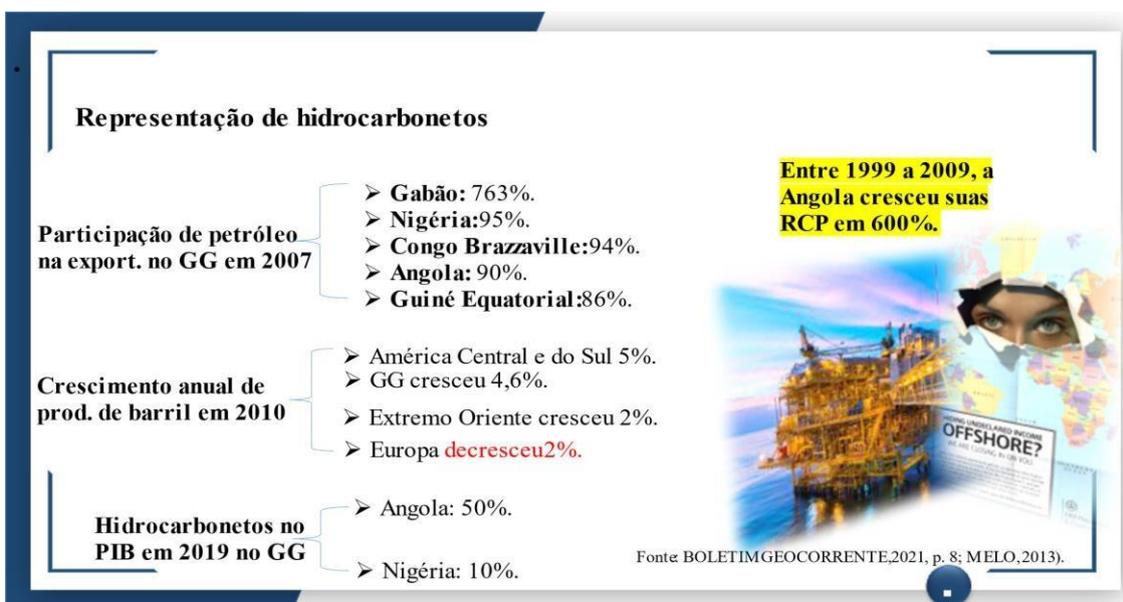
fontes descobertas e que estavam no processo de exploração entre 2000 e 2010 em países como Nigéria, Angola, Sudão, Congo-Brazzaville, Guiné Equatorial, Gabão, Chade e Camarões têm aumentado as suas produções diárias significativamente. A Nigéria, por exemplo, saiu de 2.155.000 barris por dia (bpd) em 2000 para 2.402.000 bpd em 2010; Angola saiu de 746.000 bpd em 2000 para 1.851.000 bpd em 2010. O aumento da capacidade produtiva é verificável, em graus diferentes, em países subsaarianos acima citados. Com exceção do Gabão e dos Camarões que apresentaram pequenas quedas na produção diária entre 2000 e 2010. No ano 2000, a produção diária do Gabão era de 327.000 bpd, porém no ano 2010 este país passou a produzir 245.000 bpd. Enquanto os Camarões, que produziam 88.000 bpd no ano 2000, desceu para 73.000 bpd no ano 2010 (BINSZTOK et al., 2012).

<b>PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA ÁFRICA SUBSAARIANA</b>		
<b>Progressão das reservas comprovadas na África subsaariana (em bilhões de barris)</b>		
País	2000	2010
Nigéria	29,0	37,2
Angola	6,0	13,6
Sudão	0,6	6,7
Congo Brazzaville	1,7	1,9
Guiné Equatorial	0,8	1,7
Gabão	2,4	3,7
Chade	0,9	1,5
Camarões	2,0	2,0
Total	43,4	68,6
Fonte: BP, (2011) Apud MONIÉ, (2012, p. 204) adaptado pelo autor.		
<b>Progressão de produção de petróleo na África Subsaariana em barris de petróleo por dia (bpd)</b>		
País	2000	2010
Nigéria	2.155.000	2.402.000
Angola	746.000	1.851.000
Sudão	174.000	486.000
Congo Brazzaville	254.000	292.000
Guiné Equatorial	91.000	274.000
Gabão	327.000	245.000
Chade	-----	122.000
Camarões	88.000	73.000
Total	3.835.0000	5.745.000
Fonte: BP, (2011) Apud MONIÉ, (2012, p. 205) adaptado pelo autor.		

Naquela altura, o continente africano concentra 20% do crescimento total das reservas mundiais de petróleo. O investimento feito no sector petrolífero naquele período temporal (2000 a 2010) calcula-se em 250 bilhões de dólares (BINSZTOK et al., 2012). Há um horizonte promissor nos países subsaarianos quando se fala das reservas petrolíferas. Além de Angola, Nigéria, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, as prospecções indicam “[...] a multiplicação das reservas técnicas na Tanzânia e em Moçambique; potencial de 2 bilhões de barris na conturbada região dos Grandes Lagos; descobertas recentes na África ocidental”. Ainda são aprovadas cerca de 7 bilhões de barris na hinterlândia sudanesa. Estes e outros dados apontam para o aumento do número

de países produtores de petróleo no curto prazo, atingindo mais de 20 países da África subsaariana (BINSZTOK et al., 2012, p. 204).

Até a presente data, a lista de líderes em exportação de petróleo no Golfo da Guiné é encabeçada pela Nigéria, seguida por Angola, Camarões, Congo Brazzaville, Guiné Equatorial, Gabão, Chade e Sudão. Em termos gerais, o Golfo da Guiné, o Delta do rio Níger e a Bacia do rio Cuanza ou Kuanza, o enclave angolano de Cabinda (localizado entre o Congo Brazzaville e a República Democrática do Congo), são maiores espaços energéticos na África subsaariana. Durante a primeira década do século em curso, intensificou-se a exploração do “ouro negro” no Sul do deserto do Saara. Ao final de 2010, a região do Golfo da Guiné teve o crescimento anual de produção de barril do petróleo calculado em 4,6%, superando o Extremo Oriente que cresceu 2%, enquanto a Europa decresceu 2%. No entanto, a América Central e do Sul lideraram o crescimento, nesse mesmo ano, com 5%. (MELO, 2013).



Desde 1999 até 2009, um período de dez anos de exploração de petróleo no Golfo da Guiné, o cenário foi muito oscilante para os países produtores. Num conjunto de oito países: Nigéria, Angola, Camarões, Congo Brazzaville, Guiné Equatorial, Gabão, Chade e Sudão, apenas este último e Angola apresentaram o crescimento contínuo na linha de produção de barris por dia. Apesar de Angola ter sofrido uma pequena queda em 2000, ao sair de 765 milhões de barris por dia (mbpd) para 761 mbpd em 2009. Fora disso, a produção foi crescente. Se, em 1999, Angola produzia 765 mbpd, em 2009 a sua

produção atingiu 1.948 mbpd. Portanto, apesar da crise de petróleo em 2008, a produção angolana não foi afetada (idem).

Outro país que demonstra um processo produtivo crescente e sem percalços é o Sudão. Este país começou a sua produção em 2001, com um volume de 50 mbpd. No ano seguinte, subiu para 100 mbpd. A reta progressiva contornou o ano 2009 com a produção de 486 mbpd. Foi um processo extremamente evolutivo em que não teve o único ano fechado com a queda na linha de produção diária.

Porém, outros países africanos viram as suas produções em oscilações, – ora declinam, ora crescem. O Gabão, por exemplo, iniciou muito bem, com 309 mbpd em 1999, porém, nos restantes nove anos nunca teve a produção igual ao volume inicial, apesar de ter algumas subidas relativas. A Guiné Equatorial partiu com 85 mbpd em 1999 e cresceu até 420 mbpd em 2007. No entanto, 2008 e 2009 foram anos de decréscimo na sua produção diária, tendo 268 e 246 mbpd para os dois anos vermelhos na sua linha de produção.

A linha de produção do Chade, que começou muito mais tarde que todos, isto é, em 2003, com 59 mbpd prosperou apenas nos dois anos seguintes, ao produzir 200 e 250 mbpd nos anos 2005 e 2006 respectivamente, degradou-se nos 3 anos seguintes ao passar a produzir 225; 156 e 215 mbpd. Camarões teve o ritmo inicial plausível, apesar de ser ínfimo, entretanto, não conseguiu atingir o volume inicial durante dez anos de produção. O seu volume inicial era de 122 mbpd, em 1999. Desta data para 2009, em nenhum ano o país alcançou 122 mbpd, a não ser decrescendo até 77 mbpd, em 2009 (MELO, 2013).

O Congo Brazaville fechou o ano 1999 com 230 mbpd, cresceu até 300 mbpd em 2006. Não obstante, degenerou-se nos três anos seguintes até rodar o ano 2009 com apenas 275 mbpd. A Nigéria, líder de produção na região, selou o ano 1999 com o nível de produção calculado em 1.880 mbpd, e vem prosperando até 4.000 mbpd em 2006. Contudo, os três anos posteriores foram de queda de produção até 2.300, em 2009 (MELO, 2013).

Portanto, o pico da produção varia de país para país, mas 2008 foi o ano em que foram observadas mais descontinuidades do crescimento na produção diária de barris de petróleo nesses países, com exceção de Angola, Gabão e Sudão que não decresceram na produção diária neste ano.

## PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO ENTRE 1999 A 2009

Produção de petróleo cru em 1999-2010 na África Ocidental  
(milhares de barris/dia)

Países	1999	2000	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009
Nigéria	1.880	1.899	2.100	2.250	2.500	3.000	4.000	2.451	2.352	2.300
Angola	765	761	790	900	1.050	1.450	1.600	1.700	1.910	1.948
Camarões	122	120	100	90	70	65	50	82	87	77
Congo-Brazzaville	230	270	263	270	275	300	300	267	261	275
Guiné Equatorial	85	126	160	220	270	275	300	420	268	246
Gabão	309	261	280	280	270	250	200	268	243	241
Chade	0	0	0	0	50	200	250	225	156	215
Sudão	0	0	50	100	209	345	401	344	466	486

Fonte: BP.

(MELO, 2013, p. 536).

Para Melo, o Golfo da Guiné participa com um valor aproximado de 9% nas reservas mundiais comprovadas. “Angola, por exemplo, aumentou as reservas comprovadas em 600%, entre 1999 e 2009” (2013, p. 536). Estas reservas colocam o país lusófono do Golfo da Guiné no jogo estratégico das potências mundiais e emergentes nas suas lutas imparáveis na busca pela energia.

## 9. EFEITOS DO CRASH DO PETRÓLEO: ANGOLA E NIGÉRIA EM 2020

O mercado internacional do petróleo sofreu, de forma repentina e acelerada, a desvalorização profunda da commodity “ouro negro”, desde março de 2020. Sob a arbitragem da Arábia Saudita, seguida, sem demoras, pelos seus aliados como os Emirados Árabes Unidos (EAU), em aumentar os barris diários nas suas linhas de produção. Os produtores de grande e pequeno porte e não só, todos os intervenientes na fileira do petróleo, foram forçados a entrar na guerra do preço que teve como consequência a desvalorização do barril do petróleo. Para muitos, a resistência da Rússia à redução da produção de barril diário proposta pela Opep+ empurrou a Arábia Saudita e seus aliados a declararem o aumento da produção e a redução do preço do barril em março de 2020.

Para David Sheppard: “não é exagero afirmar que a indústria do petróleo enfrenta sua crise mais séria dos últimos 100 anos”, devido ao impacto do coronavírus. “Com as economias ocidentais entrando em estado de hibernação, na esperança de sufocara primeira onda do coronavírus por meio de quarentenas e isolamento, o setor se depara com o fato de que a demanda por combustíveis vai cair mais rápido do que nunca”. Sendo que os índices da demanda desmoronam em decorrência da redução de circulação de carros e outros meios de transporte movidos a gásóleo e demais derivados do petróleo, não há como conservar o preço desse óleo tão importante no sistema energético presente. “Os preços já caíram cerca de 50% desde o começo do mês [março], com as atividades das companhias aéreas interrompidas e milhões de trabalhadores trocando o automóvel por uma caminhada curta até o laptop na mesa da cozinha” (SHEPPARD, 2020, p. 84).

Segundo este analista, o setor de petróleo é muito sensível às mudanças. Uma pequena parada do setor é capaz de criar perdas elevadas, porém no período da pandemia, o setor ficou parado por dois anos: “Para um setor há muito ciente de que uma oscilação de 1% a 2% no equilíbrio do fornecimento e da demanda pode representar a diferença entre a disparada e o colapso dos preços, a extensão da queda no consumo é difícil de processar”. Sheppard observa que: “Com a Europa e a América do Norte se entrincheirado, as estimativas mais recentes sugerem que 10% a 15% do consumo mundial poderá evaporar nos próximos meses”. Para ele, “em termos normais, o mundo consome 100 milhões de barris de petróleo por dia” (SHEPPARD, 2020, p. 84).

A situação é agravada pela pandemia de Covid-19 que restringiu a circulação a nível mundial, e, em decorrência disso, o consumo do petróleo e seus derivados caiu

drasticamente. O mercado ficou sobrecarregado de crude, enquanto o consumo permaneceu estacionado. As indústrias e outros setores consumidores do crude viram-se severamente restringidos ou fechados durante o primeiro semestre de 2020, sendo que muitos permaneceram fechados mais que esse período. Com esse cenário, as empresas que atuavam no setor petrolífero passaram pela queda dos seus ativos e alguns na impossibilidade de suportar as suas despesas, decretaram a falência.

Sheppard apresentou perdas da multinacional britânica. Segundo ele, o “preço da ação da BP acumula perda de mais de 50% no ano [2020], recuando ao patamar visto pela última vez em 1995, afundando mais do que quando por ocasião do desastre de Macodo quando a sobrevivência da empresa esteve em dúvida”. Além dessa companhia, o autor descreve a situação de outras também. “A Exxon Mobil, outrora a maior companhia aberta do mundo, perdeu 70% a favor de seu valor de mercado nos últimos seis anos”. Considerando os dados disponíveis que permitam a compreensão do setor petrolífero, Sheppard afirma ser a vizinha da tragédia ímpar nesse setor. “Se as perspectivas de curto prazo para o setor são, francamente, uma tragédia, as perspectivas de longo prazo não são melhores. A pandemia poderá deixar uma marca no já claudicante crescimento da demanda por petróleo” (2020, p. 84). Pois, a previsão desse autor apontava um longo tempo para a retomada normal das atividades e circulações.

As transnacionais e multinacionais que operam no setor do petróleo perderam a capacidade de compra e logística durante a pandemia de Covid-19. Os carregadores ficavam massivamente cheios e estacionados no mar sem ter por onde descarregar. Não são poucos os funcionários que tiveram interrompidos temporariamente os seus contratos laborais e as empresas que despedem do setor temporariamente. A circulação de capital reduziu e os atores foram colocados na penúria insuportável. A África Ocidental não fugiu a esse cenário. Pois, ali a situação não é menos agravante, as economias foram ameaçadas e o financiamento dos Orçamentos Gerais dos Estados ficaram em incógnita.

Pois, “Os operadores petrolíferos estão com dificuldades em vender crude da África Ocidental, numa altura em que o coronavírus está a reduzir a procura por parte da China e em que os refinadores europeus hesitam em comprar devido às margens fracas”. Nigéria e Angola, por exemplo, que são os maiores produtores do “ouro negro” no Golfo da Guiné viram-se na dificuldade de escoar as suas produções, devido ao desestímulo da procura tanto da Europa quanto da China e dos Estados Unidos de América. “Cerca de

70% dos carregamentos de abril, de Angola e da Nigéria, estão ainda à espera de encontrar compradores, naquela que é uma acentuada redução face ao ritmo normal de vendas”. Em decorrência disso, “Os lotes por vender estarão a competir com os milhões de barris que estavam programados para exportação este mês [março de 2020], mas que têm ainda de ser comprados” (BLOMBERG, 2020, p. 1).

Além da distância que separa os continentes africano e asiático, a demanda de Pequim ao petróleo africano reduziu no período da pandemia. “Os fluxos oriundos da África Ocidental deverão diminuir em cerca de um terço este mês [março], segundo operadores daquela região”. Com as limitações dos maiores compradores e consumidores do petróleo do Golfo da Guiné, esses produtores tinham que aguentar sufocações nos seus estoques:

A maior parte do programa de exportações de abril da Nigéria está por vender, ao passo que cerca de metade dos envios planeados por Angola para o próximo mês [abril de 2020] estão ainda à espera de compradores, referem dois operadores especializados neste tipo de crude do Ocidente de África. Segundo as suas estimativas, o correspondente a 55 cargueiros nigerianos e 18 angolanos ainda não têm comprador (BLOMBERG, 2020, p. 2).

A situação é muito desafiadora a todos os Estados do Golfo da Guiné que dependem muito do crude para financiar a boa parte dos seus Orçamentos Gerais. “A Nigéria e Angola têm prevista a venda de quase 100 cargueiros de crude no próximo mês [abril], o que significa que a taxa de consignações por despachar é de cerca de 70%. Por esta altura, num ciclo de comercialização normal, 50% do petróleo já deveria ter sido vendido”. Porém, não foi possível a sua venda na altura em que esta era fundamental para financiar atividades econômicas. “Os operadores projetam que cerca de 17% dos volumes de março para a Nigéria e Angola estão ainda por comprar, a par com alguns envios por parte de pequenos produtores – como é o caso da República do Congo, Gabão e Chade” (BLOMBERG, 2020, p. 2).

No caso de Angola, o crash do petróleo desafiou o cumprimento do seu Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2020, calculado em 11 mil milhões de dólares, valor correspondente a 9,6 mil milhões de euros. Porém, dentro desse total, 6,50 mil milhões de dólares, que é 5,7 mil milhões de euros, são bancados pelas receitas do petróleo. Os dados demonstram que apenas 4,5 mil milhões de dólares, correspondentes a 3,9 mil milhões de euros, são provenientes de outras fontes de receitas que não sejam o petróleo. Havendo a desvalorização do preço do barril do petróleo na ordem de 40% no

mês de março, o OGE deste país africano lusófono tornou-se inexecutável (CARVALHO, 2020).

De acordo com o economista angolano Carlos Rosado de Carvalho, o preço do barril considerado na elaboração do OGE era de 55 dólares (48 euros), porém, surpreendentemente, o país foi confrontado com o choque do preço que desceu o valor inicial previsto, causando déficit de 26,31% no valor dessa *commodity* estratégica para o país. O barril do petróleo do Brent caiu para 33 dólares (29 euros) em março de 2020. Uma queda que, segundo o autor, é a maior já vista desde 1991 aquando da primeira Guerra do Golfo (CARVALHO, 2020). Portanto, matematicamente, Angola estava, em 2020, desabilitada de financiar o seu Orçamento Geral de Estado (OGE).

Face a essa situação, o economista Carvalho exortou às autoridades angolanas a reduzir as despesas do Estado e a negociar com os parceiros internacionais, como o FMI, por exemplo, para rever o programa de assistência financeira que essa organização internacional auxilia esse país africano. O fenômeno que afeta a capacidade orçamentária de Luanda é considerado por Carvalho como exterior à Angola, sendo assim, o melhor é evitar uma “espiral de convulsão social” que possa surgir da irrealização do OGE (CARVALHO, 2020).

Além da redução das despesas, o endividamento tornou-se indispensável no contexto da pandemia de Covid-19 para dar cobro ao financiamento do OGE. Ou seja, o endividamento foi visto como solução dos produtores africanos. No entanto, muitos careciam de grande margem de manobra na contratação de endividamento nas instituições financeiras internacionais, porque já se encontravam endividados. Portanto, o crash de petróleo e a pandemia de Covid-19 agravaram a situação econômica dos produtores da África Ocidental em geral e do Golfo da Guiné em particular.

No entanto, alguns países produtores no Golfo da Guiné estão a melhorar as suas refinarias para aumentar a capacidade de produção. Além disso, os projetos de instalação de novas refinarias estão em curso. A Nigéria programou, em 2020, a manutenção das suas refinarias de Warri e Kaduna. A manutenção será feita pela companhia *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC). O país projeta lançar a construção da nova refinaria de Dangote na cidade de Lagos, em 2022. O lançamento era previsto para final de 2021, porém, o novo coronavírus alterou o cronograma para 2022, devido às restrições impostas em decorrência da pandemia (PETRO ANGOLA, 2020).

Angola, através da Sonangol, programou a manutenção da sua refinaria de Luanda em 2021. Ao mesmo tempo, tem projetos de construção de três novas refinarias: a refinaria de Cabinda em 2021; Soyo, em 2024 e Lobito, em 2025. A princípio, a refinaria de Cabinda deveria ter trabalhos de preparação do terreno para a construção em agosto de 2021. Até ao final de 2020, a primeira fase da refinaria de Cabinda deveria estar concluída. A capacidade inicial prevista dessa refinaria é de 30.000 bpd. Enquanto isso, o governo angolano rubricou com a empresa Gemcorp, em janeiro de 2021, o contrato de construção de uma refinaria com capacidade de 60.000 bpd (PETRO ANGOLA, 2020).

Essas dinâmicas estão atreladas aos esforços desses países em inverter o quadro de dependência de combustíveis importados. Apesar de serem grandes produtores de petróleo na África subsaariana, Angola e Nigéria importam a maior parte de combustíveis para seus mercados domésticos. Isso deve-se, em parte, à fraca capacidade de refino e/ou da tecnologia. No entanto, alguns críticos atribuem essa situação aos interesses das elites políticas que são, ao mesmo tempo, elites econômicas e operadores de grandes negócios de crude. Assim, o processo de vender em bruto para depois, eles mesmos vestidos da camisa empresarial, importarem os produtos acabados para o mercado interno, a fim de monopolizar o mercado e tirar vantagens lucrativas, tornou-se rentável para as suas contas pessoais. Portanto, a importação de crude seria o esquema montado pelas elites desses países para fazer o capital ou acumulação primitiva do capital em detrimento do bem-estar social do seu povo.

Essa prática tem criado escassez de combustíveis nos seus países e quando existem são caros. A população, na sua maioria pobre, com pouca capacidade de compra, não tem acesso ao crude, porque o poder aquisitivo é limitado. Portanto, se efetivarem os projetos de novos refinamentos, a capacidade de produção aumentará e com isso contribuirá na acessibilidade dos derivados do petróleo àqueles mais carenciados ou com pouco poder de compra. Mas, isso será possível se refletir no preço de venda, ou seja, se contribuir para a redução do preço dos derivados do petróleo.

## 10. NIGÉRIA E ANGOLA NA PROJEÇÃO DO PODER NA REGIÃO DO GG

### 10.1. Nigéria na construção do espaço da influência na região do GG

Falar da geopolítica na África nos convida a ter como foco atores africanos e não africanos. Ao fazer isso, teremos que distinguir atores internos e externos. Nisso, entra a distinção dos atores africanos desfilando na região africana com suas políticas que visam perseguir seus interesses comuns e nacionais e, de outro lado, tem-se atores não africanos, mas que têm o espaço africano como um dos espaços de efetivação de suas geopolíticas, sendo grandes potências que disputam hegemonia do espaço e de recursos africanos.

A República Federativa da Nigéria é a única federação na África, localizada na região ocidental africana. A Nigéria tornou-se independente da Inglaterra em 1 de outubro de 1960. Desde então, até finais da década de 1990, passou por instabilidades políticas. Porém, com o fim do governo de Sani Abacha, em 1998, o país tem demonstrado uma certa estabilidade vista na ausência de alteração da ordem constitucional pelos militares como foi frequente nas décadas anteriores.

A demografia da Nigéria é a mais numerosa do continente africano, com uma população estimada em 211.259.560 de habitantes. Seu território é menor que o de Angola, mas concentra maior população que esse país lusófono. A superfície territorial da Nigéria é de 923.768 Km<sup>2</sup>. A sua capital fica em Abuja. O clima é tropical. A moeda nacional é a Naira. O país tem um dos maiores PIB do continente, calculado em US\$ 397,3 bilhões. O PIB Per Capita é de US\$ 2.028,18. Porém, o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está abaixo da média, 0,539<sup>19</sup>. No entanto, é o maior produtor do petróleo na região subsaariana (BERNARDI, 2019).

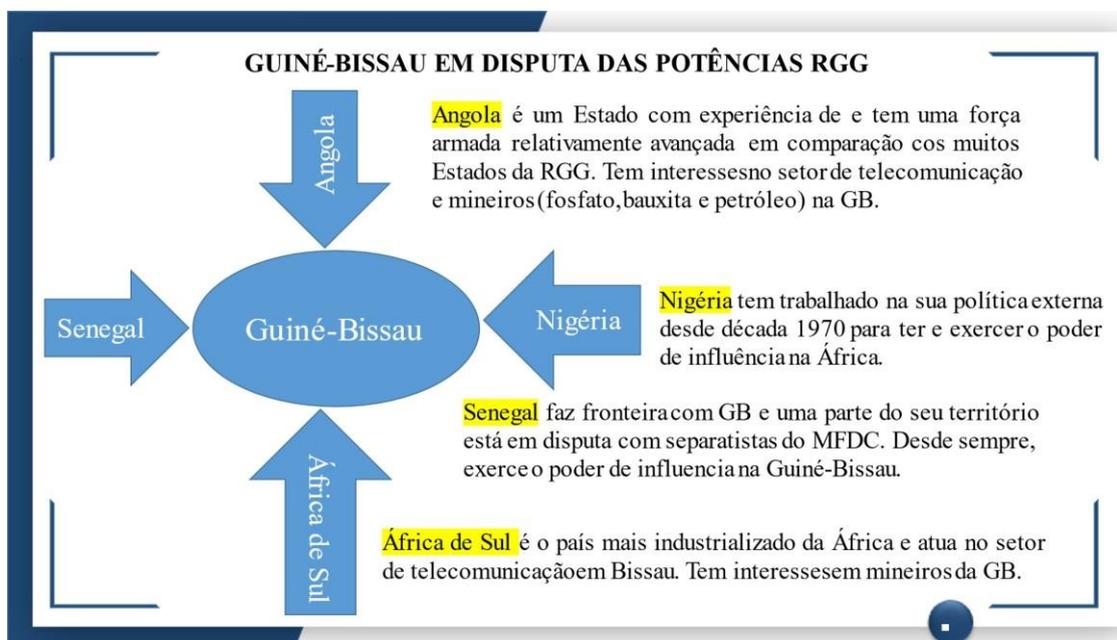
As corridas das potências africanas regionais para o domínio da esfera de influência, com vista às projeções dos poderes político, econômico e militar estão patentes na região da África Ocidental. Um dos espaços disputados é a Guiné-Bissau. Com efeito, Angola, Nigéria, África do Sul e Senegal são potências africanas que disputam o mercado guineense. A Guiné-Bissau, segundo Gustavo Plácido dos Santos, ocupa uma posição estratégica na região devido à sua ligação oceânica com a América do Sul, o Golfo da

---

<sup>19</sup> [Nigéria - Infopédia \(infopedia.pt\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nig%C3%A9ria). Acesso em 29 de maio de 2021.

Guiné e a Europa. Ter influência na Guiné-Bissau representará para Angola e os demais atores africanos concorrentes, uma vantagem na geopolítica e geoestratégia africana, sobretudo, na África Ocidental e no Golfo da Guiné.

A corrida para o acesso e a exploração dos recursos naturais da Guiné-Bissau contrasta com Luanda e Abuja (dois países da Comissão do Golfo da Guiné que disputam a influência nos demais países para maximizar os seus interesses econômicos e políticos). Sendo a CEDEAO a organização da região ocidental da África em que a Nigéria é uma das potências que decide o seu destino, foi, segundo Gustavo Plácido dos Santos (2015), utilizada pela Nigéria de um lado, e pelo Senegal do outro, para travar o avanço progressivo de Luanda ao mercado guineense e a implementação dos seus projetos gigantes de investimento que marcariam uma enorme vantagem na corrida geopolítica e geoestratégica da África Ocidental entre as potências africanas.



Desde sua independência em 1960, a Nigéria não escondeu a sua clara intenção e ambição de exercer o poder de influência no seu espaço imediato, na região ocidental e no continente africano. A menos de dez anos da sua independência, a Nigéria abriu e venceu guerras políticas, diplomáticas e militares contra atores hegemônicos ocidentais e africanos que eram vistos por Lagos como fantoches do imperialismo e do colonialismo europeu. Enfrentou e venceu políticas neocoloniais mascaradas da França, na segunda metade da década 1960, que tentavam barrar ou cercar a Nigéria, dificultando a sua relação com países da colônia francesa vizinhos, política essa que o antigo presidente da

Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, denominou de neocolonial. Referia-se, então, à política *Fraceafrique*.

A Nigéria enfrentou a sabotagem da Inglaterra e da França quando o país estava atingido pela guerra civil resultante das ideologias separatistas, em 1967, no Sul, zona com maior reserva petrolífera da Nigéria; combateu o *apartheid* na África do Sul, utilizando seu poder petrolífero para conter intenções racistas inglesas, americanas e de alguns países africanos com vista a uma liberdade e autonomia africana. A influência da Nigéria na organização política continental africana, por exemplo, a União Africana está bastante clara desde a década 1970 aos dias atuais.

Ao sabermos que o atual projeto denominado *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* é a compilação do projeto da política externa nigeriana, sul-africana e senegalesa, imaginamos como essa potência regional estendeu suas garras nas regiões ocidental e continental para afirmar seu poder material e simbólico. Desde 1960, as pressões das políticas neocoloniais da França e demais potências ocidentais empurraram a Nigéria a encontrar “obrigatoriamente” soluções para sobreviver a sua influência na região, sob pena de ceder-se a uma colônia francesa na esfera de influência do poder político e militar.

No entanto, Lagos foi muito eficaz e pragmático em deslocar-se dentro do tabuleiro de xadrez da geopolítica africana. Adotou estratégias de utilização de instrumentos multilaterais e bilaterais ao mesmo tempo. Sabendo que não havia os instrumentos multilaterais regionais africanos, a Nigéria empenhou-se na sua criação e defesa para, a partir deles, autodefender-se das políticas neocoloniais ocidentais e enfrentar os seus congêneres africanos. Foi assim que inventou ECOWAS em contraposição ao intento francês em avançar com CEAO (Communauté Economique de l’Afrique de l’Ouest) e saiu vitorioso, em 1975, ao ter o Tratado da ECOWAS/CEDEAO assinado por vários países da África Ocidental.

Em 1999, junto com o Gabão, a Nigéria inventou a Comissão do Golfo da Guiné para proteger sua fonte de recursos, petróleo, e convenceu, em 2000, seis países a assinarem seu Tratado, sete anos depois, entraram mais dois países e, em 2013, registrou-se os pedidos de três países para integrar à organização CGG. Ainda na década 1970, a Nigéria assumiu a presidência da União Africana por alguns anos e a sua presença ali foi determinante para o sucesso do MPLA contra a UNITA, em Angola, devido ao apoio

diplomático que dava ao MPLA, influenciando a União Africana a reconhecê-lo como único representante legítimo do povo angolano.

Nos finais da década 1980 a Nigéria criou a força militar da CEDEAO que passou a intervir na região ocidental como poder bélico que pacifica a região e foi reconhecido ainda na década 1990 pelas potências ocidentais, principalmente, a França, a Inglaterra e os EUA etc., como o único ator político na região ocidental capaz de assegurar a região e instituir a paz nessa zona. Portanto, desde cedo que esse país se levantou para buscar liderar a região, porém enfrentou e continua a enfrentar resistências de outros países que disputam o poder na região e a esfera da influência nos fóruns multilaterais, como é o caso do Senegal, da Angola e da África do Sul.

## **10.2. Angola na geopolítica africana e o caso da Guiné-Bissau**

Angola é um país africano, ex-colônia portuguesa, que se situa no intermédio da região central e austral da África, posição localizada na costa ocidental africana. Conquistou a sua independência em 11 de novembro de 1975. Infelizmente, mal recebeu a liberdade, as disputas políticas entre atores protagonistas da mesma, MPLA, UNITA e FNLA de braços de ferro na luta pelo poder levou-a à uma história sangrenta desgastante das bases nacionais e da unidade construtiva almejada pelos cidadãos angolanos.

As crises traduzidas em guerra civil acabaram em 2002, com o assassinato do líder da UNITA, general Jonas Malheiro Savimbi, pelas forças governamentais dominadas pelo partido do poder MPLA. Durante pouco menos de 27 anos de guerra civil, Angola experimentou uma destruição das infraestruturas incipientes e a perda de vidas humanas estimada em mais de 500 mil pessoas e mais de 1 milhão de deslocados<sup>20</sup>. Após a crise, os angolanos assumiram o processo de reconstrução nacional, porém os traços ou as consequências da guerra persistem até aos dias atuais.

Com capital em Luanda, o Estado angolano é administrativamente organizado em 18 províncias e 163 municípios. Sua configuração étnica é diversificada e rica pela sua característica multilinguística e multicultural. Seu território é o mais extenso de todas

---

<sup>20</sup> Nacional Geographic. **Guerra civil de Angola: de 1975 aos dias de hoje**. Disponível em: <https://www.natgeo.pt/historia/2019/08/guerra-civil-de-angola-de-1975-aos-dias-de-hoje> Acesso em 28 de maio de 2021.

as ex-colônias lusitanas na África, com superfície de 1. 246. 700 Km<sup>2</sup> e a população estimada em 32. 522. 339 de habitantes (dados de 2020)<sup>21</sup>. Tem clima tropical e temperado. Sua estrutura fronteiriça é limitada ao Norte pelo Congo Democrático e ao Congo Brazzaville; ao Leste, pelo Zâmbia, ao Sul pela Namíbia e Oeste é banhado pelo Oceano Atlântico.

O estrato social formado por grupos étnicos, cujas especificidades são marcadas pelos traços próprios de cada grupo, constituem a nação através de um processo de construção da unidade nacional experimentado na organização de movimentos de libertação nacional e na luta armada. O seu mosaico étnico é formado por grupos numericamente desiguais e distribuídos no território nacional. Os Ovimbundos destacam-se como os mais numerosos do país e representam 1/4 da população nativa. Porém, outras etnias fazem-se sentir em relevância reconhecida na demografia do país: Mbundu, Kongo, Lumbé, Humbé, Nyaneka, Tchokwe, Luena, Lucchesi, Lunda, Nkhumbi, Ngangela etc., contudo, o português é a língua oficial, de comunicação institucional e nas relações cotidianas é frequente o seu uso nas zonas urbanas e rurais angolanas. Além do oceano Atlântico no oeste do país, o território angolano é irrigado pelos rios e os principais rios são Cuanza, Cubango, Cuando e Cuango<sup>22</sup>.

As religiões predominantes em Angola são: africanas, católica e protestante. No território nacional existe uma variedade de recursos e metais preciosos comprovados pelos estudos científicos: petróleo, diamantes, ferro, manganésio, cobre, urânio, fosfato, ouro, prata, entre outros. Sua produção agrícola é variável, entretanto, destacam-se café, banana, cana-de-açúcar, madeira, tabaco, sisal, milho, algodão, batata-doce, mandioca, feijão etc. A pecuária e a pesca fazem parte das atividades econômicas dominantes nesse país africano. Sua moeda nacional é o Kwanza (AOA). As receitas são de longe dominadas pela venda do petróleo e seus derivados, contudo os diamantes estão entre os recursos da economia nacional. Isso não dispensa a contribuição de outros recursos mencionados acima. Seu Produto Interno Bruto (PIB)<sup>23</sup> é de US\$ 105,8 bilhões e o seu

---

<sup>21</sup> [Angola - Infopédia \(infopedia.pt\)](http://Angola - Infopédia (infopedia.pt)) Acessado em 28 de maio de 2021.

<sup>22</sup> Revista Mundo Educação. Angola. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em 29 de jan. de 2021.

<sup>23</sup> Revista Mundo Educação. Angola. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acessado em 29 de janeiro de 2021.

PIB per capita é de US\$ 3.432,39. O país apresentou um crescimento tímido nos últimos três anos (idem).

Apesar de alguns desafios estruturais, a população angolana é maioritariamente jovem, mantida pela fertilidade das mulheres e redução da taxa de mortalidade em 8,5 &permil, e o crescimento da taxa de natalidade em 42,7 &permil<sup>24</sup>. A esperança de vida é de 61,3 anos. O seu potencial hidroelétrico é um dos bem mais posicionados no continente negro. No entanto, os seus principais parceiros são atores tradicionais e emergentes: EUA, China, Portugal e Brasil (idem).

Guiné-Bissau e Angola tiveram acordos importantes de cooperação na área de Defesa e Segurança de um lado e, de outro lado, na área de exploração dos recursos naturais e de construção de infraestruturas. No sector da Defesa e Segurança, Luanda compromete-se em apoiar na execução do ambicioso projeto do governo guineense de Carlos Gomes Júnior: reforma das forças de defesa e segurança e no sector da infraestrutura. Este país lusófono da África Austral investiria na construção do porto de Buba e na linha ferroviária que ligaria Bissau a Bamako (Mali). Além destes dois grandes campos, “Importa ainda destacar o interesse da angolana Unitel em adquirir a falida Guiné Telecom e assim estabelecer presença, pela primeira vez, no mercado de telecomunicações da região” (SANTOS, 2015, p. 12). Todos estes projetos que Angola se dedicaria a executar com o governo de Carlos Gomes Júnior foram fortemente comprometidos com o levantamento militar de 12 de abril de 2012, que derrubou o governo do Gomes Júnior e o presidente da república interino Dr. Raimundo Pereira.

Com o golpe militar, a força militar angolana – MISSANG – presente na Guiné-Bissau no quadro de acordo de apoio à reforma no sector da Defesa e Segurança foi obrigada a recuar, para dar lugar a uma outra força militar – a ECOMIB – instituída pela CEDEAO, na qual a Nigéria e o Senegal têm presenças muito expressivas. Pois, a ECOMIB, tal como a MISSANG, visou o mesmo objetivo: manter a segurança e permitir que as reformas das duas áreas entendidas como fundamentais para o arranque da Guiné-Bissau, seja possível, isto é, o setor da Defesa e Segurança (SANTOS, 2015). Esta situação deixou a percepção de que a presença de Angola na Guiné-Bissau representa uma ameaça aos objetivos da Nigéria e do Senegal, porque “invadiria e dominaria” a área

---

<sup>24</sup> [Angola - Infopédia \(infopedia.pt\)](http://Angola - Infopédia (infopedia.pt)) Acesso em 14 de jan. 2020.

de influência das duas potências concorrentes na projeção do poder nigeriano dentro da África Ocidental em particular e do continente africano em geral.

A MISSAG não foi bem quista pela Nigéria e pelo Senegal na região, motivo de não hesitarem em classificar a presença das forças militares angolanas na Guiné-Bissau como uma ingerência de Luanda no país da região ocidental, na qual a CEDEAO goza de privilégio da esfera de influência. Enquanto as forças armadas de Bissau encaravam a mesma presença como uma redução do seu poder e da sua soberania tentada pelo governo de Carlos Gomes Júnior. Portanto, a nível regional, a MISANG não era bem-vinda à Bissau, assim como a nível doméstico, ela não era bem acolhida pelas forças armadas do país (SANTOS, 2015).

Essa organização sub-regional, a CEDEAO, foi criada em 28 de maio de 1975 em Lagos e visa promover a cooperação e integração na região ocidental africana com vistas à união econômica. No seu todo, é formada por 15 países heterogêneos e assimétricos situados em três regiões que são: a Saheliana, a Extrema Ocidental e o Golfo da Guiné. Na primeira região encontra-se países como “Burkina Faso, Mali e Níger; na segunda região tem-se Cabo Verde, Gâmbia, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa; e na terceira região estão, Benin, Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Togo.” (GOMES, 2009; CARVALHO, 2014).

Segundo Ricardo de Carvalho, essa organização persegue interesses que vão além daqueles que norteiam a criação. É nessa perseguição de interesses que entra em choque com outras organizações na Guiné-Bissau, por exemplo, a CPLP. Sendo assim, o choque com Angola foi um dos que vieram à tona. Com efeito, em “[...] nível organizacional, a CEDEAO tem apresentado um nível conceituado de apoio a vários setores e iniciativas regionais, ‘com variados patamares de sucesso, a definição de normas e encorajando o cumprimento e implementação dos princípios democráticos’. Movido por essa determinação de fazer valer a democracia, chegou a Bissau em 2012, na sequência de uma alteração constitucional do poder, provocada pelo levantamento militar que provou a expulsão da presença militar angolana no país. No entanto, a “divulgação dos valores comuns da democracia e da boa governação não tenha sido um ingrediente de base para a constituição da CEDEAO, em 1975, mediante o fortalecimento da conexão entre boa governação, segurança e desenvolvimento” (UZOECHINA, 2014, p. 28).

Contudo, acabou por adotar, na sua linha de ação política, a defesa da democracia devido às mudanças da conjuntura após a Guerra-Fria (CARVALHO, 2014)

O choque dos interesses entre as potências africanas levou a Guiné-Bissau a conhecer uma alteração da ordem constitucional, em 2012. Para Santos, se Angola gozava da preferência do governo Carlos Gomes Júnior, Senegal enfrentava a prenhe realidade de perder a sua influência histórica que vinha a ter e a exercer sobre Bissau:

Ao receio de perder a capacidade de ação na sua vizinhança, acresce o facto de Dakar – tal como a Nigéria – não ver com bons olhos um governo de Bissau ancorado a Luanda. Isso significaria, por exemplo, a sujeição das autoridades de Bissau à manipulação de Angola no que respeita à abordagem aos rebeldes do Movimento das forças Democráticas de Casamança (MFDC), o que ultimamente constitui uma ameaça aos interesses do Senegal (SANTOS, 2015, p. 13).

Este é apenas um dos motivos relativos ao fato de Senegal legitimar o golpe de 2012 de forma indireta, porque a CEDEAO teria sido a única organização que reconheceu o golpe, apesar de proferir uma comunicação que condenou o ato. Outra razão que a presença angolana na Guiné-Bissau inquietou os senegaleses e os levou ao mau gosto é o fator econômico. O investimento angolano reduziria a projeção do mercado senegalês na região, porque no setor de comunicação, Angola recuperaria a empresa de comunicação guineense e isso afetaria a empresa senegalesa (Orange) que opera no país ao lado da empresa sul-africana MTN que lidera o mercado de comunicação daquele país lusófono cobiçado pelas potências regionais. Paralelamente ao setor de comunicação, o setor de comércio seria também afetado pela ferrovia prevista para ligar Bissau a Bamako (Mali). Assim, a economia senegalesa enfrentaria crises que possam lhe conduzir para a depressão profunda (idem).

A respeito do setor econômico,

as preocupações senegalesas não se cingem à influência política de Angola na sua esfera de interesse imediato. Os danos económicos resultantes da concretização dos projectos angolanos – em particular o porto de Buba e a linha férrea Bissau/Bamako – redundariam no rápido declínio do Senegal como um dos grandes hubs comerciais da África Ocidental. Por outro lado, apesar de numa escala menor, a operadora de telecomunicações Sonatel – detida em quase metade pela France Telecom e com sede em Dakar – poderá ter numa Guiné Telecom detida por angolanos uma ameaça à segunda maior operadora do país— a seguir à sul-africana MTN (Santos, 2015, p. 13).

No caso da Nigéria, é importante destacar não apenas sua situação de concorrente com Angola e África do Sul, mas sua “liderança” na África Ocidental. Nigéria tem uma influência reconhecida na região ocidental, assim como na própria organização econômica regional, chegando a ter também um papel importante na

manutenção de paz tanto a nível da CEDEAO, quanto a nível da ONU. “A Nigéria é o Estado Membro mais activo e que mais contribui para a CEDEAO, tendo todo o interesse em continuar a sê-lo” (Santos, 2015, p. 12). Claro que Abuja desfruta também da CEDEAO, porque o seu *Soft Power* maximiza-se por intermédio desta organização.

A CEDEAO presta apoio na área de defesa e segurança aos Estados Membros. Pois, ela “vem discutindo desde sua criação, a necessidade de uma liderança regional, mas, ao mesmo tempo, apresenta contradições no que diz respeito à coerência entre a coordenação de fundos para gerenciamento prático”. Nisso destaca-se sua relação com outros atores externos: “Nações Unidas, a UE, o Reino Unido ‘e outros países ocidentais - por meio dos seus departamentos de defesa, diplomacia e desenvolvimento - constituem-se em intervenientes centrais na prestação de apoio à [RSDS]’ na África Ocidental” (UZOECHINA, 2014, p. 33 Apud CARVALHO, 2014, p. 179).

Numa descrição do que seriam benefícios da Nigéria proporcionados pela coalizão de 15 Estados Membros desta interação e integração, Santos descreve o seguinte:

A CEDEAO proporciona a Abuja uma maior capacidade para exercer influência sobre os países da África Ocidental, permitindo-lhe também projectar a sua política externa através de um enquadramento regional. Além disso, garante-lhe maior espaço de manobra para conter, monitorizar e contrabalançar a presença dos maiores rivais africanos na sua esfera de influência (2015, p. 12).

Seria esta condição que garante a Abuja um diferencial com a Luanda e a Pretória que não pertencem a organização CEDEAO da região ocidental da África. O sentimento de pertença combinado com a sensação de direito ao privilégio em relação aos países exteriores à região teria sido um dos aspectos que cresceram o ressentimento de Abuja à presença de Luanda na sua zona de esfera de influência.

No entanto, a oscilação do preço do crude no mercado internacional, a instabilidade política e a mobilização do grupo armado Boko Haram afetaram a projeção do poder nigeriano na região. O país sofreu baixas na economia e em decorrência disso, reduziu a sua participação nas missões de manutenção da paz (OLIVEIRA, 2012). A alta dependência da economia nigeriana ao carburante representa uma das suas fraquezas na perseguição dos seus objetivos e interesses geopolíticos e geoestratégicos. Com a economia quebrada devido ao baixo preço do petróleo e o surto da epidemia do ebola, a Nigéria foi indesejadamente incapacitada em continuar com os investimentos que injetava na CEDEAO. Segundo Santos:

[...] a Nigéria tem em mãos problemas económicos, políticos e de segurança. O contexto de baixos preços do petróleo tem prejudicado as finanças nacionais, tendo impacto não apenas na economia doméstica, mas também na capacidade de projecção de poder a nível regional e continental. Acresce ainda a instabilidade e incerteza política do período pós-eleições e a insurgência do Boko Haram no nordeste do país. Estes desafios limitam a capacidade de Abuja em financiar e participar em operações de manutenção de paz e de estabilização, tendo já implicado a retirada de contingentes militares presentes em missões—como no Mali e no Darfur. Da mesma forma, a CEDEAO e a Nigéria têm-se deparado com dificuldades de financiamento da própria ECOMIB (2015, p. 12).

Essas dificuldades abrirão a Luanda uma porta de vantagem, porque a velocidade nigeriana na corrida à influência através de incremento de investimentos será substancialmente reduzida. Santos ilustra que Luanda combina seu poder político e económico na sua corrida ao acesso e controle dos mercados e recursos na geopolítica africana. A estratégia diz respeito “[...] a natureza estatal das grandes empresas angolanas – nomeadamente da Sonangol – permite ao regime de Luanda expandir a sua influência económica e política, na medida em que estas funcionam como uma ferramenta importante da sua política externa” (idem, p.13).

Angola busca formar-se como potência regional, mas para tal precisa reforçar suas relações com países vizinhos e das regiões ocidental, central e austral a sua localização intermédia entre essas regiões é estratégica para a projeção do poder. Apesar da sua marinha barracar-se sem condições necessárias para flutuar em direção à potência naval, seu exército e sua força aérea estão em relativa condição se comparados com as forças dos países vizinhos (PEGADO, 2014).

Ao lado dos dois poderes (político e económico) na política externa de Luanda, encontra-se o terceiro poder que é o poder militar. Este se efetiva no envio de contingente militar para assegurar outros Estados africanos. Adotando esta forma, Angola demonstra uma estratégia “fundamentada no uso das Forças Armadas Angolanas como instrumento da política externa, satisfaz ainda a necessidade de ocupar e mobilizar um exército já por si entre os maiores e melhores preparados e equipados do continente africano” (SANTOS, 2015, p. 13). Todavia, na Guiné-Bissau, Angola viu seus investimentos comprometidos e suas estratégias fracassadas pelas forças armadas guineenses que se sentiram ameaçadas pela presença armada de Luanda no seu território nacional. De forma pacífica, o governo angolano mandou a retirada dos seus militares em Bissau a pedido das autoridades militares guineenses que se colocaram contra e interromperam a segunda volta das eleições presidenciais de 2012 (PEGADO 2014; SANTOS, 2015).

No cenário das disputas das potências africanas para o mercado guineense, o gigante africano – a África do Sul – não está de fora. Numa corrida estratégica para o setor de defesa e segurança da Guiné-Bissau, Pretória se encontra com Luanda em Bissau, disputando espaço através de acordos assinados com o governo de Carlos Gomes Júnior.

É ainda importante referir o interesse expresso pela África do Sul na Guiné-Bissau. O antigo primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior deslocou-se a Pretória a 24 de agosto de 2010 para discutir a cooperação em várias áreas, em particular nos sectores de defesa e segurança, tendo também sido abordados possíveis investimentos em sectores como a extração de minérios. Um ano mais tarde, o Vice-Presidente da África do Sul, Kgalema Motlanthe, visitou Bissau com o objectivo de assinar um acordo de cooperação. Motlanthe foi acompanhado por membros importantes do governo sul-africano, o que ilustra a importância com que Pretória olha para a Guiné-Bissau (SANTOS, 2015, p. 13-4).

Basta olhar para a composição da comitiva de Pretória<sup>25</sup> que se deslocou para Bissau, dá para entender o grau da importância que Bissau representa para os interesses sul-africanos. Pois, a África do Sul já está fortemente presente na Guiné-Bissau com sua empresa MTN a liderar o setor de telecomunicação. Além dessa fatia muito lucrativa, “representantes da África do Sul estão na corrida pela Guiné Telecom, o que a concretizar-se resultará no facto de empresas sul-africanas terem duas das três operadoras da Guiné-Bissau — a MTN é a única empresa sul-africana no país”. Com isto, Pretória desfrutará melhor o mercado nacional guineense e alongará o bico para chupar o mercado regional. Ou seja, “[...] desta forma dominando o mercado guineense e reforçando a sua presença no mercado das telecomunicações na África Ocidental” (SANTOS, 2015, p. 14), o gigante africano se posicionaria bem na zona estratégica que todas as potências africanas querem exercer influência.

No outro ângulo estratégico, a África do Sul ao assinar acordos com a Guiné-Bissau na área de Defesa e Segurança, terá a oportunidade de acompanhar os passos do seu concorrente, Angola, que também tem acordos com Bissau no âmbito do programa de reforma do sector da Defesa e Segurança. Estando previstos para trabalharem em conjunto ou no mesmo setor, estima-se que a partilha de informações entre as duas potências pode proporcionar o maior grau de previsibilidade das ações e políticas de cada

---

<sup>25</sup> De acordo com Santos (2015, p. 14): “Motlanthe fez-se acompanhar pelo Ministro da Segurança do Estado, Ministro-Adjunto de Relações Internacionais, Ministro-Adjunto da Defesa e Veteranos Militares e Ministro-Adjunto da Saúde. “Deputy President Kgalema Motlanthe departs for the Republic of Guinea Bissau on an official visit” (The Presidency Republic of South Africa, 29 de agosto de 2011)”.

um deles. Desta forma, a concorrência ou a colaboração, dependendo de qual virá a prevalecer, seria mais intensa. Isso seria menos desejado pela Nigéria que luta pelo poder.

Apesar de tudo que possa ser alvo de interpretação nesta jogada das potências africanas na Guiné-Bissau, não se pode negar que estamos perante uma geopolítica e geoestratégia africana que visa a posse e o controle dos recursos naturais. Pois, a Guiné-Bissau “[...] detém quantidades substanciais de recursos naturais e em larga medida inexplorados – como petróleo, bauxita, fosfato, ouro, urânio, níquel e outros –, oferece boas oportunidades de investimento – por força da escassez de infraestruturas [...]” (SANTOS, 2015, p. 11). Com efeito, as disputas entre as potências regionais africanas – Angola, Nigéria e África de Sul estão relacionadas com as oportunidades férteis desse espaço. A Guiné-Bissau tem uma economia subdesenvolvida, mas sua localização é estratégica “[...] com implicações para a segurança e estabilidade regional e internacional – situa-se no caminho entre a América do Sul e a Europa, bem como na porta de entrada para o Golfo da Guiné” (idem, p. 12). Estas condições favoráveis ao sucesso dos investimentos estrangeiros e afirmação das políticas geoestratégicas que dão à Guiné-Bissau o grau de interesse demonstrado pelos países atrás mencionados.

Portanto, a disputa pela esfera de influência entre os atores do Golfo da Guiné e demais potências regionais africanas têm viés econômico, político e militar, visando maximizar diferentes vantagens geoestratégicas, segurança e estabilidade, sem esquecer comerciais. O ativismo político da Nigéria e de Angola têm o propósito de exercer o poder no Golfo e na África. A Nigéria tem sido um dos Estados da região que mais exerce o poder devido a sua reconhecida expressão nas instituições multilaterais por ela criadas ou não: CEDEAO, CGG entre outras. Angola tem poder reconhecido na CGG, pois foi o primeiro país a presidir a organização e teve um papel fundamental na institucionalização dela, assim como na construção da sua infraestrutura.

## **11. CONCLUSÃO**

O Atlântico Sul continua a ser relevante na economia mundial devido a sua localização geoestratégica e os recursos naturais nele encontrados. Sua bacia hidrográfica que se estende da América do Sul à costa africana é rica não só em fauna e flora, porém faz flutuar transações comerciais, além de vastos recursos pesqueiros. O petróleo

descoberto e explorado no Atlântico Sul impele atores tradicionais e emergentes às disputas pelos recursos e poder.

A ligação geográfica da costa africana com o continente sul-americano facilita não só intercâmbio comercial, entretanto, a transição de problemas sul-americanos para a África e vice-versa pelo oceano Atlântico. Assim, tráfico internacional de droga, piratas, bandos armados, em suma, crime organizado e transnacional atingem o Golfo da Guiné pelas vias de comunicação marítimas desse oceano.

O Brasil e os países da costa da África tentam buscar segurança na região, mas são desafiados a enfrentar as grandes potências mundiais e emergentes que têm interesses no Atlântico Sul: EUA, China, União Europeia, Inglaterra, França, Japão, Índia entre outros países. Apesar das ameaças que a presença maciça dos países ocidentais e asiáticos possa representar ao Brasil, este não se desestimulou em construir instrumentos de cooperação multilaterais para proteger seus interesses no Atlântico Sul. Um desses instrumentos é a ZOPACAS, criada por governo brasileiro, em 1986, que tenta mobilizar todos os países do Atlântico Sul em busca de paz e segurança. Além dessa organização, o Brasil participa em várias organizações, vários tratados e tem vários acordos de cooperação com os países africanos banhados pelo oceano Atlântico. Um oceano que participa ativamente na geopolítica internacional devido ao seu potencial energético, pesqueiro e estratégico. Um oceano que contém, entre outros, o Golfo da Guiné.

O Golfo da Guiné se reacendeu no cenário internacional no século XXI devido à valorização das jazidas periféricas do sistema energético mundial em geral e africanas em particular. Com efeito, também faz parte do processo de ascensão do Golfo da Guiné, as instabilidades político-militares verificadas no Oriente Médio, nos finais do século XX. Contudo, nesta segunda década do novo século, não se pode falar da estabilidade no Oriente Médio. Aquela região ainda enfrenta vários problemas, apesar da retirada das forças militares dos EUA no Afeganistão em 30 de agosto de 2021. O Afeganistão foi ocupado durante 20 anos (2001 a 2021) na sequência do atentado terrorista contra os EUA em 11 de setembro de 2001, que atingiu os prédios das torres gêmeas do World Trade Center (WTC), na ilha de Manhattan, em Nova York. O Oriente Médio e o Golfo da Guiné são representados pelos EUA como centros de fabricação e/ou esconderijos de terroristas desde os atentados de 2001. Os ataques teriam sido organizados pelo grupo terrorista *Al Qaeda*, liderado por Osama Bin Laden.

Apesar dos esforços dos atores africanos da região do Golfo da Guiné em colaboração com países ocidentais, organizações regionais africanas e organizações mundiais (CEDEAO, CEEAC, SADC, EU, ONU, ZOPACAS etc.) em criar políticas comuns para conter a insegurança, a violência, os roubos - políticas essas que se expressam na criação da Comissão do Golfo da Guiné -, os conflitos nessa região, a construção de um quadro estável capaz de sustentar consensos duradouros e a partilha equilibrada dos recursos para todas as camadas ou classes da população não se consolidaram. A corrupção e o autoritarismo têm agravado o quadro social da região e facilitaram a permanência da pobreza, a omissão do Estado, o afastamento da elite governante da população, a crise de representação entre outros fenômenos que não contribuem para o bem-estar social. Pois, as políticas públicas com programas sociais viáveis e concretos são imperceptíveis na vida da população que se encontra em estado difícil, devido à má distribuição de recursos e à falta de oportunidades.

A riqueza do Golfo da Guiné é cobiçada pelos países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Contudo, é uma região muito vulnerável e sensível às instabilidades das regiões do Oriente Médio, da Eurásia e demais regiões cujos atores nela interagem. As fragilidades das economias do Golfo da Guiné expõem a população às sensibilidades externas. Considerando essas fragilidades, muitos atores, incluindo a ONU, acreditam que a segurança regional depende do desenvolvimento econômico. Para os adeptos desse entendimento, com um quadro econômico minimamente estável e promissor, capaz de ofertar empregos a altura das demandas, a pobreza reduzir-se-á e, conseqüentemente, os índices de criminalidade, migração clandestina, tráfico de seres humanos, pirataria etc., desaceleraram até tornarem-se insignificantes. Mas, tudo isso não foi capaz de ir além da teoria. Na prática, muita pouca coisa mudou para não dizer nada. A vulnerabilidade ainda é viva. A pobreza é um dos desafios centrais da Comissão do Golfo da Guiné. Qualquer conturbação aguda no Sistema Internacional é sentida na dificuldade econômica, alimentar e comercial dos países do Golfo da Guiné.

As crises político-militares provocadas pelos atritos entre potências hegemônicas no Oriente Médio e o conhecido “combate ao eixo de mal” - que se acendeu nos finais do século XX e se acentuou após os atentados de 11 de setembro de 2001 -, custaram muito ao Golfo da Guiné em particular e à África em geral. Pois, tiveram que enfrentar, porém sem força, a campanha norte-americana de combate ao terrorismo e a

luta pela segurança dos EUA de um lado e de outro, a defesa dos direitos humanos e da democracia.

Desde finais da década 1980 até 2020 as incursões dos EUA na África são várias e com consequências pesadas. Com mais de uma dezena de bases militares na África subsaariana, sendo uma delas fixada no Corno da África, em Djibuti, os EUA combateram os projetos e atores não alinhados aos seus interesses. Não só criaram o primeiro comando para o continente, o conhecido AFRICOM, em 2007, mas os americanos combateram a velocidade do “dragão vermelho” asiático (a China) no acesso ao crude da África e demais países emergentes. O cenário custou caro para os africanos que foram levados a assistir destruição da Líbia; a proliferação de grupos armados que perturbam os governos e aterrorizam a população; a inconclusão de projetos de gasodutos e oleodutos que não beneficiam os interesses de Washington etc.

Com efeito, “as possíveis reservas de petróleo de bilhões de barris descobertos recentemente na África subsaariana estão localizadas na sensível região transfronteiriça de Uganda, Sudão do Sul, República Centro-Africana e República Democrática do Congo”. O “Novo Grande Jogo” atingiu a África, sobretudo as regiões onde existem grandes reservas de petróleo e gás. O projeto de construção de oleoduto entre Uganda e Líbia foi interrompido pela guerra destrutiva que assassinou o presidente Gaddafi. O Quênia e a Somália tiveram que enfrentar conflitos forçados de fora para dentro. O AFRICOM foi instalado em 2008 na África para aterrorizar todos e ver se consegue redirecionar os recursos energéticos do continente para os Estados Unidos, visto que a China não parava de adentrar no continente com o seu *soft power*, ou seja, poder brando. Fazendo a troca dos recursos energéticos africanos com as infraestruturas (ESCOBAR, 2013, p. 208).

Uma vez localizadas zonas de maior concentração de petróleo e gás africano, os EUA não poderiam demorar em forjar a sua moral liberal para justificar guerras destrutivas. Um autêntico neocolonialismo, denominado 2.0. “Na África Central, o objetivo é a supremacia estadunidense – no ar e em serviços de inteligência – sobre Uganda, Sudão do Sul, República Centro-Africana e República Democrática do Congo”. Não eram apenas esses países que precisavam ser controlados pelos Estados Unidos, a ambição e a geopolítica de Washington estavam muito além desses Estados, mas contornar o norte, o centro e o oriente africano, como disse Escobar:

Na Líbia, o objetivo é ocupar um entroncamento absolutamente estratégico entre o Mediterrâneo, a África Setentrional e o Oriente Médio, com o benefício acrescido (nostálgico?) – como se vê em Paris, Londres e Washington – de o Ocidente finalmente assumir o controle de bases militares, como quando o rei Idris estava no poder (de 1951 a 1969). Em conjunto, é mister estabelecer o controle sobre a África Setentrional, a África Central e a África Oriental mais problematicamente no Chifre da África (ESCOBAR, 2016, p. 208).

Certamente, é esse círculo que os EUA, através da OTAN, tentaram e estão a tentar na Eurásia. Porém, a China e Rússia estão de olhos e levantaram-se na hora, através de criação da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) em 15 de junho de 2001; formulação, em 2001, da organização intercontinental BRIC pelo britânico Jim O'Neil, (Brasil, Rússia, Índia e China, porém oficializada em 16 de junho de 2009, que mais tarde integrou a África do Sul, passando a ser BRICS) e demais políticas de coalizão que se fortaleceram e abriram facilidades a intercâmbio energético, por meio de oleodutos e gasodutos na Eurásia.

As tensões geopolíticas envolveram a Rússia e a Ucrânia numa intensa guerra destrutiva que teve a participação financeira e material do Ocidente e dos EUA a favor da Ucrânia. Verifica-se, mais uma vez, o choque da geopolítica no Leste Europeu e que o Golfo da Guiné sofre pela sua sensibilidade às instabilidades regionais e externas.

Não obstante, na África a geopolítica norte-americana parece atingir os seus objetivos, porque quase não existe uma coalizão de forças capazes de contrabalançar a geopolítica dos Estados Unidos, tal como se vê na Eurásia. A estratégia estadunidense envolve a manipulação de um certo número de africanos, melhor dizendo, nacionais para servirem de perturbadores e instigadores de confusões para justificar a atuação militar da América poderosa. Esses indivíduos eram chamados por Escobar, no período de governo do presidente William Jefferson Bill Clinton, que governou América entre 1993 e 2001, de *exércitos privados de Clinton*. Esse exército que desempenhou a função de conselheiro e, pago pelo governo dos Estados Unidos, é “fabricado” em todos os países em que os EUA atuam. Eles existiram e ainda existem não só na África, mas em todos os continentes em que os interesses dos gigantes se fazem presentes.

De acordo com o Departamento de Estatística dos Estados Unidos, a Líbia é a oitava maior reserva de petróleo do mundo, conservando 41,5% das reservas mundiais (RÊPAS, 2010). Apesar de todas as justificativas feitas sobre o caso do ataque à Líbia, o petróleo não deixará de constituir o pano de fundo, quando sabemos que a nova política

energética americana lançada por George W. Bush, em 2001, apontou entre outros espaços energéticos a África como o centro que os EUA devem privilegiar para atender as demandas energéticas de Washington a longo prazo. O petróleo não deixará de ser um dos motivos obscuros, quando sabemos que, em 2005 e 2006, nos EUA, houve uma preocupação enorme - expressa nos relatórios confidenciais das instituições americanas e nas vozes das figuras proeminentes daquele país - sobre a perda dos espaços de provisão do petróleo na África, devido à entrada acelerada da China nesse continente. Ao sabermos que o petróleo africano é um dos motivos de remanejamento do comando AFRICOM, não deixaremos de perceber o epicentro desse líquido nos problemas da Líbia e do Golfo da Guiné, ou seja, na África subsaariana. Aliás, o Plano Nacional Energético de Cheney e Bush, iniciado em 2001, descrito pelo professor americano Michael T. Klare, deixou nítido a intenção das autoridades americanas sobre seu programa energético e a forma como esse programa deve e vai ser executado. A fórmula é simples: combinar diplomacia, economia, política e mísseis (força militar) nos centros energéticos do Oriente Médio, da América Latina e da África.

A exploração do petróleo e demais minerais no Golfo da Guiné carregou conflitos para a região. Toda a região tem grupos armados, separatistas ou jihadistas, além dos problemas étnicos e religiosos. Em Angola, existem separatistas em Cabinda, batizados com o nome de Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). É uma guerrilha e movimento político que reivindica a independência de Cabinda, maior zona petrolífera de Angola. Na Nigéria, existe o Boko Haram. A África ocidental no seu todo está com problemas de rebeldes que desestabilizam regiões nos últimos anos. Além dos rebeldes, os próprios militares perturbam governos civis, sendo que a região subsaariana da África é demasiadamente decorada com sucessivos golpes de Estado feitos pelos militares (MADEIRA, 2015).

Os Estados da RGG, apesar de demonstrarem progressos na produção e exportação do crude, tiveram falhas ao não diversificar tanto as suas economias para reduzir a dependência ao petróleo. Houve um descuido, demonstrado na produção de alimentos ou na despromoção do setor agrícola. Na Nigéria, por exemplo, o petróleo começou a dominar a economia do país na década de 1970, passando a ocupar 95% do PIB entre 1970 e 1980. Antes desse período, as commodities agrícolas tinham predominância no PIB, porém sofreram baixas com o *boom* do crude e o autossustento

alimentar entrou em declínio. A partir daí a importação de alimentos tornou-se prática inevitável. Esta realidade é visível em todos os países da RGG, incluído os da África subsaariana (ARRIGHI, 2006).

O cenário internacional sempre é apresentado por muitos pesquisadores como um encrave do desenvolvimento da África. Um caso recente é a guerra no Leste europeu iniciada pela Rússia, com sua ação militar em fevereiro de 2022. Segundo o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, a África mal acabou de sofrer a crise sanitária, causada pela pandemia de Covid-19, teve que enfrentar a crise alimentar provocada pela guerra na Ucrânia. Segundo ele, a “guerra na Ucrânia está a criar uma tempestade perfeita para os países em desenvolvimento, especialmente em África; esta crise está a resultar num aumento exponencial de custos para os alimentos, energia e fertilizantes”. Não só isso, também tem “como consequências devastadoras para os sistemas alimentares e de nutrição, ao mesmo tempo que torna mais difícil para o continente mobilizar os recursos financeiros necessários para investir no seu povo” (LUSA, 2022, p. 1)<sup>26</sup>. Situações como essas são recorrentes, porque a corrupção, o autoritarismo, o desligamento etc., praticados pelos Estados africanos impedem o avanço de suas economias.

Com essa guerra na Ucrânia, a crise energética abalou o mundo, visto que a Rússia – maior fornecedor de gás de cozinha à Europa, além de ser um dos maiores produtores do petróleo do mundo – suspendeu ou reduziu a venda do seu petróleo ao Ocidente, obrigando aos demais interessados a comprarem seu petróleo e gás com a moeda nacional, o rublo. O crude e seus derivados encolheram-se e os preços dispararam no mercado internacional em consequência da guerra e das sanções econômicas impostas pelo Ocidente à Rússia. Devido à experiência desta guerra, os países consumidores de petróleo e dos seus derivados, incluindo o gás natural, estão empenhados na busca pelas fontes e energias alternativas. Não só outros produtores foram buscados, sobretudo

---

<sup>26</sup>LUSA. Guerra é uma "tempestade perfeita" para África. 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guerra-na-ucr%C3%A2nia-%C3%A9-uma-tempestade-perfeita-para-%C3%A1frica-alerta-ant%C3%B3nio-guterres/a-61929260#:~:text=%22A%20guerra%20na%20Ucr%C3%A2nia%20est%C3%A1,nutri%C3%A7%C3%A3o%2C%20ao%20mesmo%20tempo%20que> Acesso em 10 de jan. 2023.

aqueles que até então sofriam pesados embargos econômicos, por exemplo, a Venezuela e o Irão, para suprir as demandas energéticas com a suspensão do fornecimento da Rússia, também as energias renováveis e o carvão compõem novos planos a serem desenhados para inverter o cenário e precaver situações idênticas no futuro. A China e alguns países ocidentais estão a ver a possibilidade de reativar suas indústrias de carvão como forma de reduzir a dependência do “ouro negro” e acelerar o desenvolvimento da energia renovável.

Neste cenário, o continente africano que nem sequer chegou a conhecer uma transição significativa para a energia fóssil, porque o nível da industrialização é baixo e a maior parte da população usa a energia fornecida pela biomassa e pelo carvão. Apesar de ser produtor de petróleo, o consumo do continente é muito limitado se comparado com os países industrializados. O cenário atual, embasado pelas crises econômica e energética, leva a supor que a hegemonia do petróleo na economia mundial venha a ser questionada ou afetada pelas transformações vistas nas consequências das lutas geopolíticas dos atores hegemônicos e emergentes no cenário internacional e energético.

Os países da região do Golfo da Guiné lutam pela esfera da influência na região. As relações de Angola e da Nigéria estão além das amizades, pois incluem a disputa de poder de influência na RGG. O petróleo nigeriano participa na construção de vantagens do país nas geopolíticas regional e continental em que se encontra envolvida. Isso é histórico, pois, desde a década de 1960 a projeção de poder da Nigéria conhece avanços e recuos dependendo das oscilações do preço do barril de petróleo.

A criação da Comissão do Golfo da Guiné como organização de gestão deu à região a existência da intencionalidade política e, além disso, atribuiu ao espaço o significado comum sobre qual as políticas comuns são construídas e implementadas em prol da estabilidade da região. No entanto, dada as limitações da intervenção da CGG nos entornos internos dos seus Estados Membros, essa organização nada consegue fazer para alterar os quadros nacionais afetados pela corrupção (que dificulta a boa gestão dos recursos em benefício da população) como forma de reduzir a pobreza que é um dos objetivos da organização.

O petróleo é um recurso estratégico, mas ainda que esteja visível a sua exploração na região do Golfo da Guiné, as carências das condições técnicas – recursos humanos, materiais ou tecnológicos e financeiros – diminuem os rendimentos dos países

dessa região. Porque, boa parte dos recursos obtidos com o crude é destinada ao pagamento dos custos da exploração, sendo os quadros qualificados maioritariamente estrangeiros.

A perversidade das políticas menos democráticas, menos transparentes e desarticuladas com os interesses dos cidadãos exacerbou crises e conflitos regionais, dando lugar às instabilidades políticas e econômicas que dificultam o exercício estável das atividades econômicas das comunidades do Golfo da Guiné. O compromisso dos governantes africanos com a distribuição equitativa dos recursos petrolíferos precisa de ser assumido de forma plena. A falta de investimentos significativos no setor petrolífero fragiliza os países subsaarianos produtores de petróleo. As grandes potências mundiais aproveitam-se das carências africanas para maximizar suas políticas energéticas com vistas ao abastecimento dos seus mercados internos.

## 12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Chris; ROGERS, Paul; SLOBODA, John. **As ameaças do mundo actual**. Alterações climáticas. Escassez de recursos. Marginalização. Militarização. Terrorismo. Lisboa: Presença, 2007.

ABDALA, Sebastião. **A natureza conflituosa da exploração dos recursos minerais na África subsaariana**. In ZECA, Emilio J. (org.). Moçambique: recursos energéticos e política internacional. Lisboa: Escolar, 2018, p. 47-96.

AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. Porto, **Africana Studia**, nº 8, 2005, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 109-135.

ANDREWS, John. **África rica em recursos, pobre na governação**. In ANDREWS, John. Os grandes conflitos mundiais: uma análise estratégica sobre as zonas mais perigosas e as ameaças à estabilidade do nosso mundo. Lisboa: Clube do Autor, 2016, p. 109-162.

[ANGOLA - Infopédia \(infopedia.pt\)](https://www.infopedia.pt) Acesso em 14 de jan. 2020.

ARRIGHI, Giovani. **A crise africana: aspectos regionais e sistêmicos do mundo**. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes: Seleção de Artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 31-59.

BENY, Eduardo. **Metodologia; Questões de geopolítica**. In BENY, Eduardo. **A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné**. Luanda: Novo Embondeiro, 2017, p. 30-43.

BERNARDI, Bernardo Boucinha. **Petróleo e poder no sistema-mundo: a era do petroyuan?** Dissertação, 2019. 106f. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2019.

BIOMANIA. **Golfo da Guiné**. Disponível em: <https://biomania.com.br/artigo/golfo-da-guine> . Acesso em 05 de jan. de 2021.

BOLETIM GEOCORRENTE. **Edição Especial: Golfo da Guiné**, junho de 2021. Disponível em: BG Especial - GoG 3.0.pdf. Acesso em 20 jun. 2022.

CABRAL, Amílcar. **Palavras de Ordem Gerais do Camarada Amílcar Cabral aos Responsáveis do Partido, PAIGC**, Conakry, 1965.

CANCIAN, Renato. Geopolítica - Teorias do Heartland e do Rimland. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm>. Acesso em 23 de dez. de 2020.

CARVALHO, Carlos Rosado de. **Angola pode entrar em "default" se petróleo continuar em queda**. Jornal LUSA, publicado em 9 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/afrika/angola/detalhe/angola-pode-entrar-em-default-se-petroleo-continuar-em-queda-alerta-economista>. Acessado em 29 de dez. de 2020.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Política Externa e Estado Frágil na Guiné-Bissau. Crises Multidimensionais e o Papel dos Organismos Internacionais: “CPLP & CEDEAO” (1973-2014)**. 2016. 252 f. (Tese de Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RGS, 2016.

COLLIER, Paul. Angola: **Options for Prosperity**, S.L, Oxford University, 2006. Disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~econpco/research/pdfs/AngolaOptionsforProsperity.pdf> Acesso: 15 de dez. de 2021.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ. **Comunicado Final da III Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comissão do Golfo da Guiné**. Malabo, 10 de agosto de

2013. Disponível em: <file:///C:/Users/rafa/Desktop/Documentos/tcc%20sociol%C3%B3gia%20justino/Desenvolvimeto/documentos%20sobre%20a%20comiss%C3%A3o%20do%20olfo%20da%20uin%C3%A9/Comunicado-Malabo10AGO2013.pdf> Acesso em 10 de jan. de 2020.

COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ. **Tratado da Comissão do Golfo da Guiné**. Libreville, 3 de agosto de 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/rafa/Desktop/Documentos/tcc%20sociol%C3%B3gia%20justino/Desenvolvimeto/documentos%20sobre%20a%20comiss%C3%A3o%20do%20olfo%20da%20uin%C3%A9/Tratado-PT1.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2020.

CRAMER, Christopher. **Civil War is not a Stupid Thing**: Accounting for Violence in Developing Countries, London, Ed. C. Hurst & Co. Publishers Ltd., 2006.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA. **Golfo da Guiné**. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$golfo-da-guine](https://www.infopedia.pt/$golfo-da-guine). Acesso em 5 de jan. de 2021.

EXPRESSO DAS ILHAS. Golfo da Guiné cada vez mais exposto à pirataria marítima. Publicado em 9 de nov. de 2021 pelas 7:29. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/economia/2021/11/09/golfo-da-guine-cada-vez-mais-exposto-a-pirataria-maritima/77417> Acesso em 10 de jan. de 2023.

FERRO, Eduardo. **Nova sede da União Africana “Madi in China”**. Pulicado no dia 16 de jan. de 2012 no portal Voa Português. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/article-01-16-12-au-headquarters-137423408/1262018.html>. Acesso em 25 de jun. de 2021.

FRANCO, Oliveira Cayo de. **Petróleo e geopolítica na África subsaariana**: o caso nigeriano. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011 - Costa Rica II Semestre 2011, p. 1-15.

GASPAR, Rita Suriana Amaro. **O papel da Comissão do Golfo da Guiné na segurança marítima em África**. Revista Transversos. “Dossiê: Áfricas e suas diásporas”. Rio de Janeiro, a. 4, nº 10, p. 236-251, ago. de 2017.

GOMES, Joaquim. **A inserção de Cabo Verde na CEDEAO**: o comércio e as migrações. Porto: Centro de Estudos Africanos, 2009. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB013.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GUIAME. Após 4 anos de sequestro, mais de 100 meninas de Chibok continuam presas pelo Boko Haram. Brasil, 2018. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/apos-4-anos-de-sequestro-mais-de-100-meninas-de-chibok-continuam-presas-pelo-boko-haram.html>. Publicado em 14 de abr. 2018 às 09:52. Acesso em 10 de dez. de 2022.

HARVEY, David. **Tudo por causa do petróleo**. In.: O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2014, p. 11-30.

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-jornal-bloomberg>. **Angola acumula milhões de barris de petróleo à espera de serem vendidos**. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/materias-primas/petroleo/detalhe/angola-acumula-milhoes-de-barris-de-petroleo-a-espera-de-serem-vendidos>. Acesso em 29 de dez. 2020.

JORNAL O ESTADO DE MINAS. **Isabel dos Santos é acusada de fraude e lavagem de dinheiro em Angola**. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/23/interna\\_internacional,1116458/isabel-dos-santos-e-acusada-de-fraude-e-lavagem-de-dinheiro-em-angola.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/23/interna_internacional,1116458/isabel-dos-santos-e-acusada-de-fraude-e-lavagem-de-dinheiro-em-angola.shtml).

Acesso 03 de set. de 2022.

JORNAL O ATLÂNTICO SUL: **uma rota de segurança em discussão**, publicado em A.3 nº10, abril de 2017, Fortaleza.

JORNAL PAMBAZUKA NEWS. **AFRICOM fora da Alemanha - agora! AFRICOM para fora da África - agora!** Disponível em: <https://www.pambazuka.org/pt/governance/africom-v%C3%A1-pra-casa> Acesso em 09 de fev. de 2021.

KLARE, Michael T. **Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Chenei**. In: PINITCH, Leo; LEYS, Colin [orgs.]. O novo desafio imperial. São Paulo: Clacso, 2004, p. 201-223.

KYNGE, James. **A China abala o mundo. Ascensão de uma nação ávida**. Lisboa: Bizâncio, 2006.

LOPES, Carlos. **África e os desafios da cidadania e inclusão**. In: Como tudo começou, Nacionalismo e pensamento revolucionário; Negritude e panafricanismo; Cidadania, inclusão e modernismo. Clio - Série **Revista de Pesquisa Histórica**, nº 26, 2008.

LUZ, Margarida Rufino Correia. **A Pirataria no Golfo da Guiné: como precaver a intensificação do fenómeno da insegurança no Golfo da Guiné e reconduzir a região a uma situação de estabilidade e segurança?** 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais), Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016.

MACEDO, Márcia. Bacia hidrográfica do Atlântico Sul. EDUCA BRASIL, 12 de dez. de 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/bacia-hidrografica-do-atlantico-sul> Acesso em 13 de dez. de 2022.

MADEIRA, João Paulo. Cabo Verde: geopolítica e projeção de um pequeno estado insular na África ocidental. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.4, nº 8, jul.-dez. 2015, p. 59-79.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, nº 67, p. 105-138, 2006.

MELO, Jaqueline Lima Ximenes. **O petróleo offshore no Atlântico Sul**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEO, Karl Schurst de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Atlântico: a história de um oceano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 523-543.

MONIÉ, Frédéric. **Petróleo**, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África Subsaariana. In MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob [orgs.]. Geografia e geopolítica do petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012, p. 201-325.

MORAIS, Abel Coelho. **O país africano onde todos querem bases militares**. DIÁRIO DE NOTÍCIA, publicado em 17 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/o-pais-africano-onde-todos-querem-bases-militares-8641545.html>. Acesso 09 de dez. de 2021.

MORAIS, Roberto. Recordes mundiais de consumo e produção de petróleo em 2018 reforçam o seu peso sobre a geopolítica em 2019. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2019/06/recordes-mundiais-de-consumo-e-producao.html> Acesso em 20 de dez. de 2022.

NACIONAL GEOGRAPHIC. **Guerra civil de Angola: de 1975 aos dias de hoje**. Disponível em: <https://www.natgeo.pt/historia/2019/08/guerra-civil-de-angola-de-1975-aos-dias-de-hoje> Acesso 28 de maio de 2021.

O GLOBO. **Recordista mundial, ditador da Guiné Equatorial completa 40 anos no poder.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/recordista-mundial-ditador-da-guine-equatorial-completa-40-anos-no-poder-23851706> Acesso dia 03 de set. de 2022.

O GLOBO. **Teodoro Obiang Mangué: quem é o filho de ditador africano que teve dólares e relógios apreendidos no Brasil.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/15/teodoro-obiang-mang-que-m-e-o-filho-de-ditador-africano-que-teve-dolares-e-relogios-apreendidos-no-brasil.ghtml> Acesso em 2 de set. de 2022.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **Nigéria: história da política externa e das relações internacionais.** Bacharel. 115 p. Monografia apresentada para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **A economia política internacional e o petróleo na Nigéria.** Tensões Mundiais. Fortaleza, v. 9, nº 17, p. 109-128, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo. **Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise of Sonangol,** The Journal of Modern African Studies, (2007), p. 595-619.

PALADINI, Rafaela Tamer. A Nigéria e o Boko Haram. **Série Conflitos Internacionais.** v. 1, nº 5, out. de 2014.

PADILHA, Luiz. Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a defesa nacional. Defesa Aérea e Naval, 2015. Disponível em: <https://www.defesaareanaval.com.br/aviacao/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional> Acesso 10 de jan. de 2023.

PAÚL, Fernanda. Além do canal de Suez, conheça 3 passagens essenciais ao comércio marítimo. BBC NEWS, 3 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56601306> Acesso 10 de jan. de 2023.

PEGADO, Aínda Maria Silvério Pinto. **Angola como Potência Regional Emergente: Análise dos Factores Estratégicos (2002-2012).** Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2014.

PETROANGOLA. **Refinarias africanas retomam atividades**. Disponível em: <https://www.petroangola.com/downstream/refinarias-africanas-retomam-atividades/>.

Acesso 24 fev. de 2021.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n° 22, p. 113-143, 2016.

RÊPAS, Paulo Jorge Malva de Jesus. **EUA e CHINA: a disputa pelo petróleo**. Dissertação. Universidade Autônoma de Lisboa. 2010. 194f. (Dissertação de Mestrado para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais). Departamento de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2010.

REVISTA MUNDO EDUCAÇÃO. Angola. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em 29 de jan. de 2021.

REVISTA MUNDO EDUCAÇÃO. Angola. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso 29 de jan. de 2021.

SALDO POSITIVO: **Energia primária: quais as fontes disponíveis e como as usamos**. Disponível em: <https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/Sustentabilidade/Pages/energia-primaria.aspx#:~:text=Energia%20prim%C3%A1ria%20%C3%A9%20toda%20aquela,ou%20funcionar%20como%20mat%C3%A9ria%2Dprima>. Acesso 30 de dez. 2022.

SANTOS, Gustavo Plácido dos. A centralidade da geopolítica subsaariana no desenvolvimento e consolidação institucional da Guiné-Bissau. **Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)**. 1º de abril de 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/rafa/Downloads/A\\_centralidade\\_da\\_geopolitica\\_subsaarian.pdf](file:///C:/Users/rafa/Downloads/A_centralidade_da_geopolitica_subsaarian.pdf). Acesso 10 jan. de 2020.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SÉBILLE-LOPES, Philippe. **Introdução**; Petróleo e geopolítica. In SÉBILLE-LOPES, Philippe. **Geopolíticas do petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007, p. 9-14.

SHEPPARD, David. **Petroleiras enfrentam a maior crise em 100**. In.: JORNAL FINANCIAL TIMES, publicada em 26 de março 2020, p. 84.

SILVA, Jackson Sales da. **O papel da Marinha do Brasil no Atlântico Sul e seu reflexo na geopolítica do petróleo**. (Monografia de Graduação em Política e Estratégia Marítimas). Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

TEIXEIRA, Héllen Tracy Lemes. Entre viver e sobreviver: a insegurança humana na Nigéria no século XXI. Centro Universitário Ritter dos Reis, 2022.

TODA MATÉRIA. **Bacia hidrográfica do Atlântico Sul**. Disponível em: [https://www.todamateria.com.br/bacia-hidrografica-do-atlantico-sul/#:~:text=Com%20uma%20C3%A1rea%20total%20de,Paulo%20\(0%2C8%20%25\)](https://www.todamateria.com.br/bacia-hidrografica-do-atlantico-sul/#:~:text=Com%20uma%20C3%A1rea%20total%20de,Paulo%20(0%2C8%20%25).). Acesso 10 de dez. de 2022.

UZOECHINA, Okey. Reforma e governação do setor de segurança na África Ocidental: dos conceitos à realidade. Centro de Genebra para o Controle Democrático das Forças Armadas (DCAF). **Série de Artigos sobre Políticas**. Genebra, nº 35, fev. 2014.

VERÍSSIMO, Gilberto Piedade. **O golfo da Guiné geopolítico**. In VERÍSSIMO, Gilberto Piedade. Geopolítica do Golfo da Guiné. Lisboa: Ler Devagar, 2016, p. 187-199.

ZECA, Emilio J. Debate interparadigmático sobre recursos e política internacional. In ZECA, Emilio J. (org.). **Moçambique: recursos energéticos e política internacional**. Lisboa: Escolar, 2018, p. 27-46.